

CAROLINA MARTINS SAPORETTI

**A GESTÃO DE RENATO SOEIRO NA DIREÇÃO DA DPHAN (DIRETORIA
DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL) (1967-1979).**

JUIZ DE FORA

2017

CAROLINA MARTINS SAPORETTI

A GESTÃO DE RENATO SOEIRO NA DIREÇÃO DA DPHAN (DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL) (1967-1979).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História.
Orientador: Prof. Dr. Marcos Olender

JUIZ DE FORA

2017

Ficha catalográfica elaborada através do programa de
geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Saporetti, Carolina Martins.

A GESTÃO DE RENATO SOEIRO NA DIREÇÃO DA
DPHAN (DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E
ARTÍSTICO

NACIONAL) (1967-1979). / Carolina Martins Saporetti. -- 2017.

134 f.

Orientador: Marcos Olender

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de
Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós
Graduação em História, 2017.

1. Renato Soeiro. 2. IPHAN. 3. preservação de patrimônio.
I. Olender, Marcos, orient. II. Título.

CAROLINA MARTINS SAPORETTI

A GESTÃO DE RENATO SOEIRO NA DIREÇÃO DA DPHAN (DIRETORIA DO
PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL) (1967-1979)

DISSERTAÇÃO apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História da Universidade Federal de
Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do
título de MESTRE EM HISTÓRIA.

Juiz de Fora, 19/09/2017.

Banca Examinadora

M.O.U.

Prof. Dr. Marcos Olender - Orientador(a)

Prof. Dr. Rodrigo Christófoletti (UFJF)

P 1

Prof. Dr. Andrey Rosenthal Schlee (UNB)

Dedico esta dissertação a minha mãe Marilene Martins Saporetti e minha irmã Camila Martins Saporetti, que tanto apoiaram e incentivaram para meu crescimento profissional.

AGRADECIMENTOS

À Deus pela vida.

À minha mãe, Marilene Saporetti, por todo apoio, amor e compreensão que sempre teve comigo. Sem você nada seria possível.

À minha irmã por sempre estar comigo, me aconselhando e torcendo. Também, agradeço, por puxar minha orelha todas as vezes que foram necessário.

Ao meu orientador Marcos Olender pela amizade e pelo carinho, por sempre acreditar em mim e nunca ter deixado eu desistir.

Ao Prof. Dr. Rodrigo Christofolletti e ao Prof. Dr. Andrey Rosenthal Schlee, integrantes da banca de qualificação e de defesa, que enriqueceram este trabalho com valiosas sugestões.

Aos meus amigos (não vou citar nome com receio de esquecer alguém) que acompanharam todo o processo. Nos momentos de desesperos sempre me acalmaram e faziam eu seguir em frente.

Ao meu namorado, Lucas Elias, que teve muita paciência sempre me ouvindo e por ter me motivado cada vez que o cansaço falou mais alto.

Aos meus familiares do Rio de Janeiro que me receberam da melhor forma possível todas as vezes que precisei ir pesquisar.

À todos da Pro Fight Team, professores e parceiros de treino, que entenderam a minha ausência na reta final desta dissertação e que sempre torceram por mim.

Aos meus alunos pelos ensinamentos que a convivência com eles me proporcionam e pela paciência nos dias em que esta me faltou.

À Camila Figueiredo que leu e corrigiu meu projeto de dissertação várias vezes, sempre com muita atenção.

Aos membros do LAPA pela convivência e experiência. Com certeza foram anos muito especiais de muito aprendizado.

Aos funcionários do Arquivo Central do IPHAN - RJ que me ajudaram imensamente com a documentação do IPHAN.

Ao Prof. Dr. Paulo Ormino David de Azevedo por me auxiliar a esclarecer algumas questões da pesquisa.

Ao PPGHIS UFJF pela oportunidade de ingressar no mestrado e desenvolver tal pesquisa.

À CAPES pelo período que tive bolsa, com certeza contribuiu para que eu pudesse me dedicar somente a pesquisa.

À UFJF por me acolher desde a graduação. Foram anos inesquecíveis.

"A relação entre o pensamento e a palavra é um processo vivo; o pensamento nasce através das palavras. Uma palavra vazia de pensamento é uma coisa morta, e um pensamento despido de palavras permanece uma sombra. A conexão entre ambos não é, no entanto, algo constante e já formado: emerge no decurso do desenvolvimento e modifica-se também ela própria. À expressão bíblica 'No princípio era o Verbo', Goethe faz Fausto responder: 'No princípio era a ação'. A intenção desta frase é de diminuir o valor da palavra, mas podemos aceitar esta versão se lhe dermos outra acentuação: no princípio era ação. A palavra não é o ponto de partida - a ação já existia antes dela; a palavra é o termo do desenvolvimento, o coroamento da ação."

Autor: Lev Semenovich Vygotsky

Livro: Pensamento e Linguagem

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1: A institucionalização da preservação do patrimônio no Brasil: a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e a atuação de Renato Soeiro na "fase heróica"	4
1.1 A influência modernista na preservação do patrimônio e a criação do SPHAN.....	4
1.2 A gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade como diretor do SPHAN e a atuação de Renato Soeiro neste período na instituição.....	16
1.2.1 Renato Soeiro no SPHAN: trajetória anterior a direção da instituição.....	21
Capítulo 2: Políticas de preservação do patrimônio nas décadas de 60 e 70 no Brasil: a atuação de Renato Soeiro como diretor da DPHAN/IPHAN	27
2.1 Desenvolvimento e preservação: a proteção do patrimônio nas décadas de 60 e 70 no Brasil.....	27
2.1.1 Legislações voltadas para a preservação do patrimônio no Brasil no período de 1965-1979.....	31
2.1.2 A proteção do patrimônio brasileiro e a relação com órgãos internacionais: desenvolvimento aliado a preservação.....	39
2.2 Renato de Azevedo Duarte Soeiro e a preservação dos bens culturais no Brasil nas décadas de 60 e 70.....	42
2.2.1 O "Plano Estratégico de Ação" da gestão de Renato Soeiro na DPHAN.....	45
2.2.2 A participação de Renato Soeiro na Reunião do Quito (1967).....	48
2.2.3 Os Encontros de Governadores para Preservação do Patrimônio (1970 e 1971).....	49
2.2.4 Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural (1972).....	53
2.2.5 Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas do Nordeste (PCH).....	56
2.2.6 Curso de Especialização em Restauração e Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos (CECRE).....	60
2.2.7 Reforma na estrutura administrativa e mudança para IPHAN.....	63
2.3 O Conselho Federal de Cultura (CFC) e o Departamento de Assuntos Culturais (DAC).....	65
Capítulo 3: O fim da gestão de Renato Soeiro: um balanço de 1967 à 1979 e a transição para Aloísio Magalhães	72
3.1 Aloísio Magalhães e o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC): a disputa pela direção do IPHAN e o fim da gestão de Renato Soeiro.....	77
Conclusão	87
Referências Bibliográficas	89
Fontes Primárias	94

Anexo 1: Documentos digitalizados no Arquivo Noronha Santos (IPHAN-RJ).....	96
Anexo 2: Transcrição das principais fontes primárias utilizadas.....	101
a) Discurso de posse proferido por Renato Soeiro ao assumir a direção da DPHAN	101
b) Conservação dos monumentos históricos no Brasil.....	104
c) Discurso do novo conselheiro.....	108
d) DAC: Defesa e preservação do patrimônio cultural brasileiro.....	111
e) “Plano Estratégico de Ação”.....	117
f) Notas sobre a Reunião de Quito.....	124

RESUMO

O presente trabalho disserta sobre a administração de Renato de Azevedo Duarte Soeiro enquanto diretor da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) (1967-1979). Foi realizado um estudo do desenvolvimento da política de preservação do patrimônio neste período e da adequação das ações do IPHAN na proteção, conservação e defesa dos bens, aos desafios do avanço da industrialização, enfatizando a influência de Soeiro nessas mudanças.

Assim, procura-se abordar sobre todo o período em que Renato Soeiro trabalhou nesta instituição, desde seu ingresso como assistente técnico de 3ª classe, em 1938, até o final da sua carreira no IPHAN como diretor deste órgão.

Para isso, apontam-se os principais programas e ações desenvolvidas por Soeiro para preservação, conservação e divulgação do patrimônio nacional, e como estas contribuíram para o avanço das atividades do IPHAN no país.

Palavras chaves: Renato Soeiro, IPHAN, patrimônio, preservação.

ABSTRACT

This work discusses the administration of Renato de Azevedo Duarte Soeiro as director of the National Historical and Artistic Heritage Institute (IPHAN) (1967-1979). A study was carried out on the development of the patrimony preservation policy in this period and the adequacy of IPHAN's actions in the protection, conservation and defense of assets, and the challenges of industrialization, emphasizing Soeiro's influence on these changes.

Thus, it is sought to address the whole period in which Renato Soeiro worked in this institution, from his entry as a technical assistant of the third class in 1938, until the end of his career at IPHAN as director of this body.

For this, the main programs and actions developed by Soeiro for the preservation, conservation and dissemination of the national patrimony are pointed out, and how they contributed to the progress of IPHAN activities in the country.

Keywords: Renato Soeiro, IPHAN, heritage, preservation.

INTRODUÇÃO

Através desta dissertação irei historicizar sobre a administração de Renato de Azevedo Duarte Soeiro na direção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (1967-1979). Este trabalho suplementa pesquisas que ignoram ou desvalorizam a gestão de Renato Soeiro, como os autores José Reginaldo Santos Gonçalves e Maria Cecília Londres Fonseca.

Gonçalves em seu livro "A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil" reconheceu que houve um segundo período na história do IPHAN, gerenciado por Renato Soeiro, porém relata que esta gestão "não foi marcada por quaisquer mudanças significativas em termos da política oficial de patrimônio" (1996, p. 51).

Maria Cecília L. Fonseca trata a direção de Renato Soeiro como parte da "fase heróica", mas não positivamente. Para a autora, embora ele fosse considerado o legítimo sucessor de Rodrigo M. F. de Andrade, "não gozou, como ele, do mesmo prestígio, não teve o mesmo trânsito junto a autoridades e personalidades nem foi ungido com a mesma aura". Ainda, segundo Fonseca, quando o IPHAN perdeu a figura carismática de Rodrigo M. F. de Andrade, se revelou o caráter fraco da autonomia da instituição, "na medida em que dependia de líderes para conduzi-lo e torná-lo visível, tanto no interior da burocracia quanto junto à sociedade". De acordo com Fonseca, o patrimônio como tema de interesse político nos anos 70 ressurgiu por ter sido associado a outra figura carismática: Aloísio Magalhães (2005, p. 141).

É pertinente ressaltar que grande parte da bibliografia especializada acerca do IPHAN não se refere ao contexto histórico no qual Renato Soeiro assumiu a direção do órgão. O período que vai do final da década de 1960 até o fim da de 1970, segundo Lia Calabre (2006), deve ser analisado como um tempo valoroso no campo da ação do governo federal sobre a cultura.

Essa pesquisa se fundamenta no trabalho de autores, como: Júlia W. Pereira e Lia Calabre, Paulo Ormindo de Azevedo e Márcia Sant'Anna, que reconhecem relevância da atuação de Renato Soeiro na direção do IPHAN para realizar esse diálogo

entre o desenvolvimento econômico e industrial que ocorreu durante o regime militar no Brasil e a preservação do patrimônio.

A partir da pesquisa realizada busca-se ressaltar a atuação de Soeiro na instituição e enfatizar a participação deste no desenvolvimento das políticas de patrimônio no período citado. Para isso dividimos este trabalho em três capítulos.

No primeiro capítulo, "A Institucionalização da preservação do patrimônio no Brasil: a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e a atuação de Renato Soeiro na "fase heróica"", se aborda a gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade no SPHAN. Além disso, é ressaltada a atuação de Renato Soeiro na instituição antes de assumir o cargo de diretor geral, sendo destacado o seu desempenho como diretor da Divisão de Conservação e Restauração (DCR), entre 1946 e 1967.

Além disso, relata-se sobre a participação de Soeiro em importantes eventos internacionais, como principal representante do SPHAN. Também é comentado a respeito dele assumir a função diretor substituto da instituição na ausência de Rodrigo M. F. de Andrade.

No segundo capítulo, "Políticas de preservação do patrimônio nas décadas de 60 e 70 no Brasil: a atuação de Renato Soeiro como diretor da DPHAN/IPHAN", inicialmente é feita uma breve contextualização sobre as legislações relacionadas à preservação de patrimônio. Na sequência é trabalhada a participação de Renato Soeiro como diretor do IPHAN, destacando as ações e programas liderados por ele e a influências destes no desenvolvimento da preservação do patrimônio. Assim, foi descrito sobre: a relação do desenvolvimento econômico e industrial, turismo e patrimônio; os Encontros de Governadores; Programa de Cidades Históricas; Normas do Quito; auxílio da UNESCO, cursos de especialização em conservação e restauração, Conselho Federal de Cultura e Departamento de Assuntos Culturais.

O último capítulo, "O fim da gestão de Renato Soeiro: um balanço de 1967 a 1979 e a transição para Aloísio Magalhães" é realizada uma análise do fim da gestão de Renato Soeiro no IPHAN e a transição do cargo para Aloísio Magalhães. É destacado: as últimas atividades de Renato Soeiro na instituição; homenagens à ele; a criação do

Centro Nacional de Referência Cultural; e a posse de Aloísio Magalhães como diretor do IPHAN.

A partir da análise destes capítulos pretende-se enfatizar a importância de Soeiro para a preservação de patrimônio no período estudado. Desconstruindo a ideia que ele foi apenas um sucessor de Rodrigo M. F. de Andrade e que não teve grandes contribuições para o instituto e para o país.

CAPÍTULO 1: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NO BRASIL: A CRIAÇÃO DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (SPHAN) E A ATUAÇÃO DE RENATO SOEIRO NA "FASE HERÓICA"

1.1 A influência modernista na preservação do patrimônio e a criação do SPHAN

No Brasil, após a independência política do país, intelectuais assentados sobretudo no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), sob a proteção do imperador D. Pedro II, eles promoveram a tarefa de construir uma história-memória nacional.

A elaboração de uma narrativa nacional se tornou necessária para legitimar a monarquia e satisfazer as pretensões de alçar o Brasil à condição de país ordeiro, integrado e desenvolvido na segunda metade dos oitocentos. Segundo Khaled, a missão de escrever a história do país também era uma incumbência de modernizá-lo e de garantir a sua sobrevivência (KHALED JR., 2010, p.47).

Segundo Nora, a história nacional, principalmente no século XVIII na Europa, se constituiu a mais forte das tradições coletivas, um meio de memória (NORA, 1993, p.11 e 12). Para Pierre Nora, a tradição histórica desenvolveu-se como exercício regulado da memória e seu aprofundamento espontâneo, "a reconstituição de um passado sem lacuna e sem falha". Além disso, Nora salienta a importância da história-memória e de resgatar as tradições para um povo se identificar como nação. (1993, p. 11 e 12).

No início do século XX no Brasil. tal objetivo foi acrescido da identificação e movimentos em prol da preservação de bens que expressassem este passado nacional e, mais do que isso, a própria origem e essência da cultura brasileira.

Conforme Márcia Chuva, as representações acerca de um Brasil heróico, classificado como o Brasil colonial, estas foram constituídas pela imagem dos bandeirantes e das minas, que adquiriram o domínio sobre a expressão da modernidade. Somente através destas, se podia identificar a origem um Brasil moderno, diferente daquele europeizado. Estas representações, no decorrer da década de 1920,

conquistaram reconhecimento, a partir da dedicação de grupos de intelectuais paulistas, que passaram a valorizar uma ""quádrupla dimensão simbólica": "distinção social, sofisticação, passado colonial e raiz cultural popular"". Assim, desde a divulgação destes aspectos, principalmente após a Semana de 22, foi gerado o modelo de "brasilidade" (SEVCENKO, 1992, p. 244 APUD CHUVA, 2009, p. 101 e 102,).

Em “A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica”, Eduardo Jardim de Moraes destaca a importância da publicação do Manifesto Pau Brasil, escrito por Oswald de Andrade.¹ Segundo o autor, a partir deste, desenvolveu-se uma nova perspectiva de cultura. Houve uma tentativa de romper com as soluções importadas através da valorização dos elementos nacionais. Assim, Moraes ressalta o Modernismo como a retomada de uma tradição que valoriza a brasilidade (MORAES, 1978, P. 84).

O nacionalismo neste momento da trajetória do modernismo brasileiro apareceu de forma tão acentuada por influência da cultura francesa. Esta tornou um modelo que inspirou movimentos artísticos e culturais não só no Brasil, mas em vários países. Muitos brasileiros foram inspirados a valorizar a própria cultura e rever os processos de colonização histórica, questionando, assim, séculos de discurso eurocêntrico.

Dessa maneira, assim como o Manifesto Pau Brasil, Macunaíma (1928) de Mário de Andrade, obteve grande destaque neste período. Nesta obra, Andrade procurou representar a diversidade da cultura brasileira. A obra valoriza as raízes brasileiras e a linguagem dos brasileiros, buscando aproximar a língua escrita ao modo de falar.

No artigo “História e literatura na busca pela identidade na América Latina no século XX: a visão de Richard Morse”, Beatriz Helena Domingues ao citar Morse, afirma que as técnicas modernistas em manifestos como o Pau-Brasil (1924) e Antropófago (1928) passaram a ser usadas para codificar mensagens direcionadas aos países metropolitanos. Uma vez que, depois de muitos anos enriquecendo o Ocidente capitalista com as exportações de pau-brasil, ouro e café, o Brasil passou a exportar

¹ Publicado em 18 de março de 1924, no Correio da Manhã, escrito por Oswald de Andrade.

poesia, a fim de enriquecer e pluralizar a mentalidade e a sensibilidade dos ocidentais (DOMINGUES, 2011).

Mário de Andrade se destaca por ser um escritor que se preocupou em fazer coexistir o projeto estético e a ideologia do Modernismo, de forma equilibrada e coerente. Suas obras têm como base a crítica tanto social quanto formal. Lafetá enfatiza essa característica de Mário em sua escrita:

Mário é, de fato, (...) o esforço maior e mais bem sucedido, em grande parte vitorioso, para ajustar numa posição única e coerente os dois projetos do Modernismo, compondo na mesma linha a revolução estética e a revolução ideológica, a renovação dos procedimentos literários e a redescoberta do país, a linguagem da vanguarda e a formação de uma literatura nacional (LAFETÁ, 1974).

A preocupação com a história do Brasil e o almejo por uma identidade, pelo reconhecimento do povo brasileiro, influenciou Mário de Andrade, que nos anos 1930, tornou-se diretor fundador do Departamento de Cultura da cidade de São Paulo. Dessa forma, teve a oportunidade de transpor suas ideias sobre educação, tradições brasileiras e a relação entre a cultura popular e cultura intelectual para um programa público.

Para Morse, essa experiência possibilitou que Mário de Andrade mostrasse uma preocupação com a linguagem e a arte como contexto e fonte de coerência para o trato com a política (MORSE, 1995, p. 26).

Portanto, o Modernismo possibilitou através da valorização da arte nacional, que autores brasileiros exportassem conhecimento sobre o seu país e sobre sua região e deixassem de reproduzir o conhecimento europeu sobre o Brasil e o povo brasileiro.

Na luta pela construção de uma “cultura brasileira”, artistas e estudiosos brasileiros percorreram o interior do Brasil procurando inspiração principalmente no folclore. Dentre esses intelectuais, considerados modernistas, destacaram os que pertenciam ao Grupo dos Cinco (as pintoras Tarsila do Amaral e Anita Malfatti e os escritores Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Menotti Del Picchia). Eles

lideraram o Movimento Modernista Brasileiro composto por vários pensadores e artistas, como Manuel Bandeira, Di Cavalcanti, Graça Aranha, Guilherme de Almeida, Plínio Salgado, entre muitos outros, que acabaram fazendo um inventário da cultura popular brasileira, procurando sempre a ênfase na brasilidade (MATIAS, et. al, 2014).

No processo de fortalecimento deste sentimento de identidade nacional foram criadas políticas de constituição e preservação do patrimônio histórico e cultural do Brasil. Assim, elementos da identidade que se tornaram símbolos, passaram ser relevantes para afirmação do povo enquanto nação.

Sendo assim, o movimento de construção da identidade nacional passou pela criação de símbolos nacionais, a fim de fortalecer a existência de um Estado. Uma nação deveria apresentar um conjunto de elementos simbólicos e materiais: uma história, que estabelece uma continuidade com os ancestrais mais antigos; heróis, modelos das virtudes nacionais; uma língua; monumentos culturais; um folclore; lugares importantes e uma paisagem típica; pitorescas, como costumes, especialidades culinárias, animais e árvores-símbolo.

As produções intelectuais da primeira metade do século XX apontavam para a necessidade da construção da identidade e memória do Brasil. Neste período são formuladas no regime republicano, as políticas culturais na ótica de preservação e criação do nosso patrimônio histórico. Houve um processo de incorporação de valores culturais populares nos símbolos nacionais. A participação dos intelectuais nesse projeto de construção do Brasil relaciona-se a propaganda política e a educação no governo Vargas, principalmente no Estado Novo (VELLOSO, 2013, p. 153).

Ademais, a política cultural no governo de Vargas envolveu a nomeação de intelectuais modernistas para postos de destaque e a criação de diversos órgãos capazes de atraí-los para junto do governo.

Em 1930, o arquiteto Lúcio Costa foi indicado para a direção da Escola Nacional de Belas Artes. Manuel Bandeira foi convidado, em 1931, para presidir o Salão Nacional de Belas Artes. Em 1932, o escritor José Américo de Almeida assumiu a pasta da Viação e Obras Públicas. Gustavo Capanema foi nomeado em 1934, ministro da

Educação e Saúde Pública, e convidou o poeta Carlos Drummond de Andrade para chefiar seu gabinete. Mário de Andrade iria assumir, em 1935, a direção do Departamento de Cultura da Municipalidade de São Paulo. Foi ele quem indicou, juntamente com Manuel Bandeira, o nome de Rodrigo Melo Franco de Andrade para organizar e dirigir o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, principal instituição de proteção dos bens culturais do país que seria criada logo após o golpe do Estado Novo.

A partir da implantação do Estado Novo, com a instalação de uma nova ordem política, econômica e social, o ideário do patrimônio passou a ser integrado ao projeto de construção da nação pelo Estado.

Assim sendo, Mário de Andrade além de ter construído uma importante atuação no Departamento de Cultura do município de São Paulo, ele foi responsável pela elaboração do anteprojeto de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

Todavia, anteriormente, ao anteprojeto de Andrade, analisa-se que alguns projetos em relação à preservação do patrimônio influenciaram o decreto-lei 25/37 que regulamentou o ato de tombamento e as ações do SPHAN em relação a esse processo. Dentre esses se destacam os trabalhos realizados por Luis Cedro (1923), Jair Lins (1925) e o José Wanderley de Araújo Pinho (1930).

O projeto proposto pelo deputado Luis Cedro constituía na criação da Inspeção dos Monumentos Históricos²:

Art. 1º - Fica criada, com sede na cidade do Rio de Janeiro, a Inspeção dos Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil, para o fim de conservar os imóveis públicos ou particulares, que no ponto de vista da história ou da arte revistam um interesse nacional (SPHAN, 1980, P.33).

² Em 1934 foi criada a Inspeção dos Monumentos Nacionais pelo Decreto nº 24.735, de 14 de julho, assinado pelo presidente Getúlio Vargas e seu ministro da Educação e Saúde Pública, Washington Pires, que aprovaram o novo regulamento do Museu Histórico Nacional (MHN). Caberiam ao novo departamento do Museu Histórico as funções de inspeção das edificações de valor histórico e artístico e o controle do comércio de objetos de arte e antiguidades.

Neste projeto, observa-se o aparecimento do tripé “histórico - artístico – nacional”, que se repetirá nos trabalhos posteriores, inclusive no decreto-lei nº 25/37. No artigo 5º da proposta de Cedro salienta que não será permitida a “destruição, no todo ou em parte, como ainda qualquer modificação ou restauração, sem que as suas obras sejam devidamente aprovadas pela inspetoria”. No decreto-lei citado no artigo 17º se tem:

Art. 17. As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado (Art. 17º Decreto-lei nº25/37).

Deste modo, observa-se que o trabalho desenvolvido por Luiz Cedro pode ter influenciado o decreto-lei nº 25/37.

Uma segunda proposta que se acredita ter contribuído na composição do decreto foi um esboço de anteprojeto de lei federal, escrito por Jair Lins. Este foi relator da Comissão designada em julho de 1925 pelo Presidente Mello Vianna, do Estado de Minas Gerais, a fim de organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico (SPHAN, 1980, p. 35).

De acordo com Telles, este plano trouxe muitas contribuições para o decreto-lei 25/37, podendo-se destacar: o direito de preferência; a exclusão dos bens estrangeiros da catalogação, os tipos de catalogação (voluntária/compulsória e definitiva/provisória)³; exigência de registro no Registro Geral de Hipotecas, entre outras (TELLES, 2009, p. 5).

³ Catalogação e classificação são outros nomes possíveis para o tombamento. Catalogação é utilizada na Espanha e classificação em Portugal e França.

A terceira proposta que será comparado com o decreto-lei nº 25/37 foi elaborada pelo deputado José Wanderley Pinho, em 1930. Este documento se destaca por condensar as contribuições anteriores. Em função disso, este pode ser considerado, o principal antecessor do decreto de proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional, pois reuniu boas propostas em volta de uma única lei (SPHAN, 1980, p. 46-53).

Sendo assim, nota-se a existência de outros projetos que influenciaram o documento escrito por Mário de Andrade e o decreto-lei nº 25/37.

Conforme já citado anteriormente, antes da criação do SPHAN, inspirado no projeto de 1923 de Luis Cedro foi criada a Inspetoria de Monumentos Nacionais (IMN) através do Decreto nº 24.735, de 14 de julho de 1934 – assinado pelo presidente Getúlio Vargas e seu ministro da Educação e Saúde Pública, Washington Pires, que aprovou o novo regulamento do Museu Histórico Nacional (MHN). Gustavo Barroso foi nomeado Inspetor de Monumento e, naquele momento, além do novo cargo, acumulou a direção do MHN e do Curso de Museus (criado em 1932).

A IMN foi criada para restaurar, principalmente, monumentos de valores históricos e artísticos. Além disto, esta possuía a função de fiscalizar o comércio de objetos de arte e antiguidades. Este órgão atuou principalmente na cidade de Ouro Preto e foi desativado em 1937, quando foi substituído no mesmo ano pelo SPHAN. Tal acontecimento pode ser relacionado às disputas pela hegemonia do discurso preservacionista sobre o patrimônio durante o Estado Novo.

Segundo Aline Montenegro Magalhães,

Enquanto os modernistas assumiam uma postura de vanguarda na busca da identidade nacional, a partir da valorização estética do patrimônio histórico e artístico, Barroso fazia parte de uma ala mais conservadora, que se apegava aos vestígios do passado como forma de cultuar os homens ilustres e os grandes feitos da nação. Essa incompatibilidade de olhares e perspectivas sobre os monumentos nacionais levou a uma disputa pela institucionalização da preservação do patrimônio cultural brasileiro, da qual os modernistas, que acabaram por gerir o SPHAN, saíram vencedores. Com a consolidação do SPHAN, dirigido por Rodrigo Mello Franco de Andrade, iniciou-se o processo de esquecimento da Inspetoria (MAGALHÃES, 2006, p. 94-95).

Marcio Ferreira Rangel defende que a Inspeção de Monumentos Nacionais foi um dos principais antecedentes do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Para reforçar sua ideia, ele cita Mário Chagas:

(...) a morte da Inspeção não ocorreu por problemas técnicos de falta de especialização ou de pouca amplitude geográfica, mas por embates de poder, por disputa de projetos de memória. A corrente de pensamento e prática patrimonial que Gustavo Barroso representava foi derrotada politicamente pela corrente modernista, que tinha em Rodrigo Mello Franco de Andrade e Mário de Andrade os seus mais destacados representantes (CHAGAS, 2012, p. 118 apud RANGEL, 2009, p. 47).

Rangel destaca que mesmo com o fechamento da Inspeção a ideia de musealização do patrimônio artístico não foi abandonada pelo SPHAN, visto que no decreto de criação desta instituição ficou explícito que:

O Museu Histórico Nacional, o Museu Nacional de Belas-Artes e outros museus nacionais de coisas históricas ou artísticas, que forem criados, cooperarão nas atividades do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pela forma que for estabelecida em regulamento (Art. 46º §3º lei nº378 de 13 de janeiro de 1937).

Além da influência dos projetos apresentados anteriormente, observa-se que o SPHAN integrou as atividades da IMN, desde o funcionamento da instituição em caráter provisório, a partir do anteprojeto elaborado por Mário de Andrade.

No documento escrito por Mário de Andrade, a pedido do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, se tinha a finalidade de criar o Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPAN) que tinha como objetivo “determinar, conservar, defender e propagar o patrimônio artístico nacional” (SPHAN, 1980, p. 55).

Neste programa, Andrade definiu como Patrimônio Artístico Nacional:

...todas as obras de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiras, residentes no Brasil (SPHAN, 1980, p. 55).

O SPAN possuiria quatro livros de tombamento⁴ e quatro museus⁵, que compreenderiam oito categorias: arte arqueológica, arte ameríndia, arte popular, arte histórica, arte erudita nacional, arte erudita estrangeira, artes aplicadas nacionais e artes aplicadas estrangeiras (SPHAN, 1980, p. 55-59).⁶

Os livros de tombamento serviriam para terem escritos os nomes dos artistas, as coleções públicas e particulares, as obras de arte e arquitetura, que pertenceriam oficialmente ao Patrimônio Artístico Nacional.

Segundo Mário, os museus guardariam e colocariam em exposição às obras de arte colecionadas para cultura e enriquecimento do povo brasileiro através do Governo Federal.

Mário de Andrade concluiu o anteprojeto do SPHAN, em 24 de março de 1936. A partir deste, Getúlio Vargas autorizou o funcionamento da instituição, em caráter experimental, no dia 19 de abril do mesmo ano.

Porém, o SPHAN teve sua criação oficializada somente na lei nº378, de janeiro de 1937. Esta lei tem o objetivo de implantar uma nova organização ao Ministério de Educação e Saúde. Então, apesar do SPHAN ter sido criado oficialmente a partir desta lei, esta não detalha a organização da instituição. De acordo com o artigo 46º da Seção III do capítulo III da lei nº 378 de janeiro de 1937:

Art. 46. Fica criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com a finalidade de promover, em todo o Paiz e de modo

⁴ Livro de Tombo Arqueológico e Etnográfico, Livro de Tombo Histórico, Livro de Tombo das Belas Artes/ Galeria Nacional de Belas Artes, Livro de Tombo das Artes Aplicadas/ Museu de Artes Aplicadas e Técnica Industrial.

⁵ Museu Arqueológico e Etnográfico, Museu Histórico Nacional, Galeria Nacional de Belas Artes, Museu de Artes Aplicadas e Técnica Industrial.

⁶ Propostas incorporadas no Decreto-lei 25/37

permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional.

§ 1º O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional terá, além de outros órgãos que se tornarem necessários ao seu funcionamento, o Conselho Consultivo.

§ 2º O Conselho Consultivo se constituirá do diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dos diretores dos museus nacionais de coisas históricas ou artísticas, e de mais dez membros, nomeados pelo Presidente da República.

§ 3º O Museu Histórico Nacional, o Museu Nacional de Bellas Artes e outros museus nacionais de coisas históricas ou artísticas, que forem criados, cooperarão nas atividades do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pela forma que for estabelecida em regulamento (Art. 46 da Seção III do capítulo III da lei nº 378 de janeiro de 1937).

Em 30 de novembro do mesmo ano, o SPHAN teve sua ação de proteção regulamentada pelo decreto-lei nº 25. Assim, foi discriminado aquilo que deveria constituir o patrimônio histórico e artístico no Brasil, ou seja, esse decreto teve a função de organizar a proteção do patrimônio no país. (CHUVA, 2009).

No decreto-lei 25/37, aparece à denominação do órgão como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou seja, inclui a categoria histórica no nome. Porém, a ausência do termo histórico na denominação dada por Mário de Andrade não implicava na sua desvalorização, mas entendia-se que esta seria uma dentre as várias categorias por ele criadas para a obra de arte patrimonial.

Márcia Chuva utilizou o depoimento de Judith Martins, ex-secretária de Rodrigo Melo Franco de Andrade, que trabalhou neste cargo desde 1936, para salientar sobre o projeto. Segundo o relato escrito por Chuva, Judith afirma que o trabalho realizado por Mário de Andrade era maior do que o programa que se tem conhecimento. Também declarou que Rodrigo realizou discussões com outros intelectuais conseguindo reduzir e fazer algumas alterações chegando ao decreto nº 25/1937.

Conforme Fonseca, os planos de Mário de Andrade e Rodrigo M. F. de Andrade foram influenciados por ações de preservações do patrimônio em outros países (por exemplo, a França), embora ampliaram algumas concepções. Em primeiro lugar, em outros países as iniciativas voltadas para preservação de bens culturais contemplavam

apenas tipos de bens isolados; já no Brasil houve a preocupação em abordar o tema de forma abrangente e articulada, além de proporem uma única instituição para proteger os bens culturais de forma geral. Em segundo lugar, se em outros países os agentes da preservação geralmente eram escolhidos entre estudiosos vistos com uma concepção passadista e conservadora de cultura, no Brasil os intelectuais que participaram do projeto do patrimônio eram aqueles que assumiam em suas respectivas áreas profissionais posturas claramente inovadoras (2005, p. 97).

É importante ressaltar que embora estivesse sendo realizadas discussões sobre a organização do SPHAN e a construção de um decreto-lei, a instituição estava em funcionamento em caráter provisório desde 1936. Assim, o decreto lei 25/37 contribuiu para a organização e desenvolvimento de ações, limitações e procedimentos do tombamento e descrever o papel Conselho Consultivo.

O artigo 1º do decreto-lei nº 25 de 1937 estabelece como patrimônio histórico e artístico nacional:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§1 - Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, que trata o Artigo 4º desta lei.

§2 - Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela Natureza ou agenciados pela indústria humana.

De acordo com Chuva (2009), as funções do Conselho Consultivo do SPHAN, definidas no decreto-lei nº 25/37, se centralizam na análise dos bens indicados para tombamentos contestados pelos proprietários e dos tombamentos voluntários.

Dessa forma, o Conselho Consultivo possuía o papel de interceder nos casos de conflito entre a sociedade civil e a sociedade política, analisando as razões e

contrarrazões requeridas, visto como um “tribunal de segunda instância”. A sua composição contribuiu para a consolidação do SPHAN no início do funcionamento da instituição, com a participação de integrantes dos campos intelectual e político brasileiros.

No Brasil, a ideia de preservação do patrimônio veio atribuída à importância de resguardar a história, a cultura nacional. Sendo assim, com a criação do SPHAN e a institucionalização dessa preservação, primeiramente, se teve a preocupação em proteger monumentos e obras ligadas a história nacional. Observa-se que inicialmente a maioria dos bens preservados eram imóveis (CHUVA, 2009).

Dessa forma, como foi dito anteriormente, essa busca foi realizada por parte de intelectuais modernistas, estes assumiam a sua contradição essencial: embora se buscasse o novo, encontrava-se, através do antigo, uma identidade genuinamente brasileira, uma tradição brasileira. À medida que o conjunto arquitetônico colonial era valorizado, a relação dos artistas brasileiros com o modelo europeu ia sendo revista.

O colonial foi redescoberto e valorizado, uma vez que a arte e a história ganharam dimensão eminentemente coletiva, e constituíram, assim, um paradigma da construção da ideia de nação enquanto civilização (SANTOS, 1992, p. 37).

As práticas de preservação e colecionamento eram vistas como um esforço de restabelecer ou defender a continuidade e a integridade do que define a identidade e a memória nacional; um esforço no sentido de transcender a inautenticidade e garantir à “autenticidade” ao restaurar e defender um evanescente “sentimento de ser”.

O SPHAN investiu no projeto de construção da nação, legitimando-a pela materialidade de um patrimônio histórico e artístico nacional.

1.2 A gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade como diretor do SPHAN e a atuação de Renato Soeiro neste período na instituição

Rodrigo M. F. de Andrade assumiu a direção do SPHAN na implantação da instituição em caráter provisório, em 1936. Ele deixou a direção deste órgão quando se aposentou em 1967.

Para alguns pesquisadores, esse período na instituição é conhecido como “fase heróica”, visto que, estes foram os primórdios da institucionalização da proteção do patrimônio no Brasil. Segundo, o pesquisador José Gonçalves, o patrimônio cultural brasileiro era visto como uma causa nacionalista e Rodrigo era o herói desta. Assim, Gonçalves valoriza a atuação de Rodrigo como diretor do SPHAN. (GONÇALVES, 1996, p. 50).

Para Júlia Wagner Pereira a denominação "fase heróica", dada posteriormente aos primeiros anos do SPHAN, justificar-se-ia pela excelente atuação e a extrema dedicação à “causa” patrimonial dos intelectuais e profissionais envolvidos. O caráter pioneiro dessa ação garantiu ao grupo fundador um caráter mítico e heróico. (PEREIRA, 2009, p. 373).

Rodrigo de Andrade foi autor do projeto aprovado no decreto-lei nº 25/37 que organizou o SPHAN, possuía como objetivo principal proteger o patrimônio histórico e artístico nacional e assim, institucionalizar a prática de tombamento.

Rodrigo M. F. de Andrade organizou uma grande equipe de profissionais (pesquisadores, historiadores, juristas, arquitetos, engenheiros, conservadores, restauradores, mestres de obra) para a elaboração de inventários, estudos e pesquisas; execução de obras de conservação e restauração de monumentos; organização de arquivo de documentos e dados colhidos em arquivos públicos e particulares; reunião de valioso acervo fotográfico; e estruturação de biblioteca especializada.

O SPHAN foi estruturado em duas divisões técnicas: a Divisão de Estudos e Tombamento (DET) (subdividida em Seção de Arte, Seção de História e o Arquivo Central) e a Divisão de Conservação e Restauração (DCR). A DET possuía o papel de

criar diretrizes de atuação do órgão e na elaboração de critérios que selecionassem bens culturais para tombamento. A DCR era responsável por avaliar os pedidos de restauração e obras de conservação, além de fiscalizar esses serviços.

A instituição possuía representação regional em algumas cidades e também era responsável por alguns museus regionais e nacionais.

De acordo com o art. 24 do capítulo V do decreto-lei nº 25/37:

“A União manterá, para a conservação e a exposição de obras históricas e artísticas de sua propriedade, além do Museu Histórico Nacional e do Museu Nacional de Belas Artes, tantos outros museus nacionais quantos se tornarem necessários, devendo outrossim providenciar no sentido de favorecer a instituição de museus estaduais e municipais, com finalidades similares”.

Então, na direção de Andrade foram criados museus regionais e nacionais e inúmeros bens passaram a ser protegidos. Foram implantados: o Museu da Inconfidência, em Ouro Preto (1938); das Missões, em Santo Ângelo (1940); do Ouro, em Sabará (1945); do Diamante, em Diamantina (1954); da Abolição, em Recife (1957); o Regional de São João del Rei, (1963), entre outros. Ele implantou programas de treinamento de técnicos, efetuou disputas judiciais e lutou pela sobrevivência da instituição.

Na narrativa de Rodrigo M. F. de Andrade observa-se que o “patrimônio histórico e artístico” deveria representar a nação como um todo e suas diferentes regiões. O patrimônio era concebido como “nacional” e nenhuma ênfase deveria ser colocada explicitamente sobre quaisquer regiões que constituem o país. No entanto, a maioria dos monumentos tombados como patrimônio nacional pelo SPHAN de 1937 a 1938 está situada em Minas Gerais (GONÇALVES, 1996, p. 71).

Então, inicialmente no ato administrativo de tombamento ocorreu a consolidação da herança colonial como demonstração da presença portuguesa ao longo dos séculos de colonização. Destacou-se, basicamente, “a arte, arquitetura, imaginária, quadros, edifícios religiosos, militares, civis e públicos e conjuntos urbanos do período colonial,

remanescentes europeus que “testemunhavam” a participação do Brasil na história das civilizações”. A percepção do pertencimento à “civilização ocidental” foi um dos pontos de vista mais significativos na configuração do desenvolvimento da construção de um “patrimônio nacional” no Brasil (PEREIRA, 2009, p. 36).

O processo de “barroquização” do “Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” consistiu em um trabalho direcionado à junção de um tipo de manifestação “artística-arquitetônica” brasileira à produção universal da arte. O grande número de bens barrocos-coloniais tombados nos primeiros anos engrandecia as provas dessa trajetória histórica, fortalecendo a versão da origem portuguesa da nação na memória (PEREIRA, 2009, p. 36).

Deste modo, os “patrimônios nacionais” podem ser analisados como recursos no processo de “invenção” da nação, visto que, pode-se criar um laço com o seu povo, devido à história, a memória, identidade e/ou tradição. Igualmente, auxiliam para delimitar territorialmente a nação ao fundamentar seu passado e afirmá-la politicamente no presente (Idem, p. 40).

Portanto, a modernidade do SPHAN estava na busca contemporânea de intervir no permanente processo de construção de memórias e esquecimentos. Assim, o “patrimônio nacional” era uma construção de um contexto determinado social, política e culturalmente (NORA, 1993). Isso se faz notável, na medida em que seus agentes se autorepresentavam como intelectuais capazes de determinar o melhor rumo para esta construção.

Maria Cecília Londres Fonseca, em “O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil” (2005) critica a rápida análise das inscrições dos bens nos livros. Fonseca supõe que estas teriam sido feitas baseadas em depoimentos de funcionários mais antigos e que, portanto, o rigor nas inscrições não era uma preocupação. Também era comum que a parte interessada na proteção do bem, avaliasse a sua inscrição. Embora, o Conselho Consultivo participasse dessas decisões, este enquanto representação da sociedade junto ao SPHAN, teoricamente vinha legitimar a orientação imprimida pelos técnicos do órgão à proteção do patrimônio

nacional. Sendo assim, inicialmente o mais importante era assegurar a preservação dos bens a partir do tombamento (FONSECA, 2005, p. 114-117).

Logo, nesse momento, constata-se que as solicitações do período foram conduzidas pela "retórica da perda" (GONÇALVES, 1996). Ou seja, um sentimento nostálgico da importância da preservação de bens, principalmente com características do período colonial, sendo o tombamento uma das formas de escapar do risco do esquecimento e da perda definitiva dos "testemunhos" do passado (GONÇALVES, 1996).

O discurso de perda "pressupõe uma situação original ou primordial de integridade e continuidade, enquanto a história é concebida como um processo contínuo de destruição daquela situação" (GONÇALVES, 1996, p. 87). Neste contexto, ao apropriar-se do patrimônio cultural e protegê-lo estariam entre as tarefas "obrigatórias" para a nação, visto que, o risco a este patrimônio, entendido como expressão da identidade nacional, seria uma ameaça ao próprio país.

Assim, observa-se a importância do tombamento, principalmente nesta primeira fase do SPHAN, como forma de assegurar a preservação do patrimônio nacional, e assim, da história do país.

Em 02 de janeiro de 1946 através do decreto-lei nº 8534 ocorreu algumas mudanças no SPHAN. A instituição tornou-se Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) que manteve os serviços prestados e aderiu outras providências:

Art. 2º A Diretoria terá por finalidade inventariar, classificar, tomba e conservar monumentos, obras, documentos e objetos de valor histórico e artístico existentes no país, competindo e promover :

I - a catalogação sistemática e a proteção dos arquivos estaduais, municipais, eclesiásticos e particulares, cujos acervos interessem à história nacional e à história da arte no Brasil ;

II - medidas que tenham por objetivo o enriquecimento do patrimônio histórico e artístico nacional;

III - a proteção dos bens tombados na conformidade do Decreto-lei número 25, de 30 de novembro de 1937 e, bem assim, a fiscalização sobre os mesmos, extensiva ao comércio de antiguidades e de obras de arte tradicional do país, para os fins estabelecidos no citado decreto-lei;

IV - a coordenação e a orientação das atividades dos museus federais que lhe ficam subordinados, prestando assistência técnica aos demais;

V - o estímulo e a orientação no país da organização de museus de arte, história, etnografia e arqueologia, quer pela iniciativa particular, quer pela iniciativa pública;

VI - a realização de exposições temporárias de obras de valor histórico e artístico, assim como de publicações e quaisquer outros empreendimentos que visem difundir, desenvolver e apurar o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional (Art. 2º decreto-lei 8534 de 1946).

A DPHAN além de contar com o serviço auxiliar do Conselho Consultivo, terá a colaboração de quatro distritos:

1º Distrito, com sede na cidade do Recife, compreendendo os Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco de Alagoas; 2º Distrito, com sede na cidade de Salvador, compreendendo os Estados da Bahia e Sergipe; 3º Distrito, com sede na cidade de Belo Horizonte, compreendendo o Estado de Minas Gerais; 4º Distrito, com sede na cidade de São Paulo, compreendendo os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Art. 5º decreto-lei 8534 de 1946).

Portanto, a DPHAN manteve as mesmas propostas instituídas no decreto-lei nº 25/37, porém instituiu o auxílio de distritos e propunha a partir disso uma maior fiscalização sob os trâmites dos bens tombados.

Assim caminhou a trajetória de Rodrigo M. F. de Andrade na DPHAN. Uma gestão que visou o desenvolvimento da prática da preservação do patrimônio no Brasil como uma forma de construção da história e identidade nacional. Com a grande tarefa de cumprir esse desafio apesar das dificuldades financeiras e também, com o dever de disseminar a importância dessa atividade para os brasileiros.

1.2.1 Renato Soeiro no SPHAN: trajetória anterior a direção da instituição

Renato de Azevedo Duarte Soeiro, nasceu no dia 23 de dezembro de 1911, em Belém- Pará, filho de Benedito Duarte Soeiro e Angélica de Azevedo Soeiro. Matriculou-se no curso de Arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes da Universidade do Brasil, em 15 de março de 1932 (ENBA, 1932). Soeiro se formou em 1937. No ano seguinte começou a trabalhar no SPHAN como assistente técnico de 3ª classe.

Em 1940, Soeiro foi contratado como arquiteto do SPHAN-MES. A partir de 1946, ele assumiu o cargo de diretor da Divisão de Conservação e Restauração (DCR) da então DPHAN. Renato Soeiro permaneceu neste cargo até se tornar diretor da DPHAN, em 1967.

Até 1976, quando foi aprovado um novo regimento para a instituição através da Portaria nº 230, a Divisão de *Conservação e Restauração*, compreendia a *Seção de Projetos* e a *Seção de Obras*. A primeira seção atuava em relação “ao estudo técnico, prévio e pormenorizado dos monumentos e obras de arte cuja reparação ou restauração deva ser incluída no plano de atividades da Diretoria” (BRASIL, 1946, art. 10, alínea a). Ademais, deveria encarregar-se da vigilância sobre os bens tombados e monumentos naturais, prestar assistência técnica em obras e equipamentos aos museus federais e organizar exposições temporárias.

À Seção de Obras possuía o dever de realizar e fiscalizar obras de restauração nos bens tombados e nos museus federais subordinados à Diretoria. Deveria realizar, também, “moldagens dos elementos mais valiosos e característicos da arte tradicional do país” (BRASIL, 1946, art. 10, alínea b).

Como diretor da DCR, Renato Soeiro possuía a função de avaliar os pedidos de restauração e de obras de conservação antes destes serem enviados para o diretor geral da DPHAN. Soeiro, também era responsável pela distribuição da verba destinada a essas ações, assim como o repasse do dinheiro para alguns funcionários mais próximos a ele.

Enquanto diretor da DCR, Soeiro foi um dos principais representantes da DPHAN no âmbito internacional. Nesta condição, ele participou de diversos eventos, dentre estes: Reunião de especialistas organizada pela UNESCO em Paris – França

(1952); Simpósio Panamericano para a Preservação de Monumentos Históricos – Flórida – Estados Unidos (1965); Reunião de especialistas – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS (UNESCO) em Bruxelas – Bélgica (1966) (SOEIRO, sem data).

Na reunião em Paris (1952), Soeiro atuou como representante do Brasil. Nesta conferência ocorreram estudos sobre medidas de proteção de monumentos e bens culturais em ocasião de conflito armado. No Simpósio Panamericano para a Preservação de Monumentos Históricos (1965), ele realizou uma apresentação na função de delegado do Brasil, em que abordou sobre a preservação do patrimônio no Brasil, o ato de tombamento e a atuação da DPHAN. Nesta fala, Soeiro relatou sobre as condições para o tombamento, e também a cerca das características dos bens tombados neste período. Segundo Soeiro, os principais bens tombados eram do século XVIII, em sua maioria eram imóveis com arquitetura colonial (SOEIRO, 1965).

Na reunião de especialistas do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) (1966), patrocinada pelo Instituto Royal du Patrimoine Belgique, foi realizado um estudo sobre a organização e utilização de Centros de Documentação relacionada a atividades do Conselho, Soeiro participou como delegado do Brasil. Nesta reunião, Soeiro enfatizou os problemas na ação de preservação do patrimônio no Brasil. Além da falta de apoio da população, ele destaca a dificuldade de conseguir organizar uma equipe capacitada. Soeiro também salienta a necessidade de criar um Centro de Documentação, que possua uma biblioteca completa em relação a referências e periódicos sobre preservação do patrimônio nacional e internacional, o que auxiliaria no trabalho dos técnicos, uma vez que estes teriam acesso a informação (SOEIRO, 1966).

Renato Soeiro foi um importante representante da DPHAN em âmbito internacional. Em carta destinada a Rodrigo M. F. de Andrade, em junho de 1966, Soeiro comentou sobre um projeto do IPHAN que visava solicitar recursos da UNESCO para programas de Incremento ao Turismo e de Recuperação de Recursos Naturais. Após negociações mediadas pelo embaixador Carlos Chagas Filho para conseguir o apoio da UNESCO, o Brasil recebeu a visita de representantes da organização.

Em outubro de 1966, Rodrigo M. F. de Andrade enviou uma carta ao Ministro da Educação e Cultura, Raymundo Augusto de Castro Moniz de Aragão, na qual pediu que a delegação brasileira apoie o

Plano do Incentivo ao chamado Turismo Cultural, importando em concurso financeiro de estabelecimentos de crédito internacional, sob responsabilidade da UNESCO, para conservação e recuperação de monumentos e proteção da natureza nos territórios dos Estados membros. (...). Pleiteamos a aplicação dele ao Brasil. Se a Conferência Geral tiver de incluir no orçamento recursos destinados a favorecê-lo, há grande conveniência de que a Delegação brasileira, sob sua presidência, apoie a medida (ANDRADE, 1966).

No ano seguinte foi concluída a missão do consultor da UNESCO no Brasil, Michel Parent, este tinha o objetivo “dar parecer sobre o auxílio pleiteado para a execução de um plano de serviços desta repartição, cuja inclusão é pretendida no programa das Nações Unidas de Incentivo ao Turismo Cultural”. Em seu relatório, Parent enfatizou o contato estreito que teve com os funcionários do então IPHAN⁷, especialmente com Renato Soeiro e Rodrigo Melo Franco de Andrade. Ressaltou que qualquer “planejamento global para a conservação dos bens artísticos e de determinados patrimônios naturais” desejado pelo governo e levado em consideração pela UNESCO deveria, como enfatizou o embaixador Chagas, ser realizado “por meio de sua integração nos projetos de desenvolvimento do país”.

Assim, Renato Soeiro e Rodrigo M. F. de Andrade conseguiram recursos para implantar programas que protegessem o patrimônio através de atividades turísticas. Principalmente na gestão de Soeiro no IPHAN, onde se observa políticas de preservação adaptadas ao desenvolvimento do país e gerando renda a partir de atividades turísticas.

Com relação ao exercício de diretor da DCR, Soeiro desempenhava várias funções de grande responsabilidade. Ele lidava diretamente com os funcionários encarregados pela atuação nos bens em preservação e restauração. Assim, a verba a ser

⁷ Passou a ser denominado IPHAN, em 1970.

repassada para a obra e para os funcionários passava por ele antes, fato que é possível observar em cartas, contracheques, recibos e telegramas que estão custodiados no Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro. Conforme é possível observar no trecho abaixo de uma carta enviada por Rodrigo M. F. de Andrade a Soeiro:

Meu caro Soeiro,

Tenho o prazer de comunicar a você que determinei ontem a remessa, por intermédio do Banco do Brasil da importância Cr\$......477.961,40 (quatrocentos e setenta e sete mil novecentos e sessenta e um cruzeiros e quarenta centavos) inclusive despesa de remessa, a seu favor, a fim de habilitá-lo a providenciar para a execução das obras projetadas nesse Estado...

Um abraço afetuoso (trecho de carta enviada por Rodrigo M. F. de Andrade a Soeiro em 11/12/1947).

Soeiro atendia as solicitações feitas a ele com presteza e atenção. Eram recorrentes os pedidos para que solucionassem alguma demanda que estava em atraso. Observa-se tal fato, nas cartas em agradecimento há algum pedido, e/ou quando se aposentou das suas atividades no IPHAN e recebeu várias homenagens em cartas e títulos. Observa-se tal fato, por exemplo, neste trecho a seguir de uma carta de Estephanio Braga destinada a Soeiro:

Meus respeitosos cumprimentos.

Dou em seu poder vossa carta 55 de 2 de Fevereiro deste ano, confirmando o vosso ofício nº 1092 de 22 de Setembro de 1949 e a autorização do Snr. Diretor Geral sobre o pagamento do saldo restante a meu favor referente as obras que executei para esta diretoria.

Agradeço-vos a atenção ao compromisso firmado, aguardando receber a importância prometida, que V.S. confirmou estar providenciando para ser paga... (carta enviada a Soeiro por Estephanio Braga em 19/03/1951).

Além dessas funções, é possível observar em cartas escritas por Rodrigo M. F. de Andrade, que algumas vezes Soeiro ocupou o cargo de diretor do SPHAN, em ocasiões que Andrade precisou se ausentar, como no exemplo abaixo:

Prezado Dr. Péricles⁸.

Por motivo do atropelo das últimas providências que tive de tomar antes de seguir esta tarde para Ouro Preto, não pude lhe apresentar, pessoalmente, como pretendia, o Dr. Renato Soeiro, Diretor substituto desta repartição...

...Durante minha ausência, não só o ministro e o Senhor, como própria repartição, só tem a lucrar com a gestão e o concurso do Dr. Soeiro.

Recebe um cordial abraço do

Rodrigo M. F. de Andrade (Carta de Rodrigo à Dr. Péricles 10.03.1951).

Renato de Azevedo Duarte Soeiro trabalhou no IPHAN por 41 anos, sendo 12 anos destes, diretor da instituição (1967-1979). Além de amigo, ele era o “homem de confiança” de Rodrigo M. F. de Andrade.

A importância que Soeiro adquiriu dentro da instituição através de cargos e atividades, como Chefe da Divisão de Conservação e Restauração (DCR), representante do Brasil em diversos congressos e reuniões internacionais e diretor-substituto (pelo cargo que ocupava) ocasionaram na indicação dele para diretor. Rodrigo Melo Franco de Andrade apontou no discurso de posse de Renato Soeiro as razões pela escolha:

Ao cargo de alta responsabilidade que exerceu até agora, por mais de vinte anos, com proficiência notável, tal como ao que passa de ora em diante exercer, ascendeu sem os ter postulado, nem se insinuado, para ocupá-los, levado apenas pelo reconhecimento a suas aptidões e ao valor da obra que já tinha realizado (ANDRADE, 1987, p. 180).

⁸ Silvestre Péricles de Góis Monteiro foi um militar e político brasileiro cuja família exerceu o mandato em Alagoas durante o Estado Novo. Ele ocupou o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União no período de 1956-1959.

Durante esses anos de dedicação ao SPHAN, Soeiro teve uma atuação significativa na instituição, trabalhando desde os primeiros anos deste órgão em ações e projetos de preservação ao patrimônio.

No próximo capítulo (capítulo 2), será historicizado sobre o período em que Renato Soeiro foi diretor do IPHAN (1967-1979). Além de realizar uma breve contextualização sobre o desenvolvimento econômico, urbano e industrial nas décadas de 1960 e 1970, esses fatores serão relacionados com os programas, ações e principais políticas públicas desenvolvidas nesse período e destacada a participação do Soeiro nessas.

CAPÍTULO 2: POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NAS DÉCADAS DE 60 E 70 NO BRASIL: A ATUAÇÃO DE RENATO SOEIRO COMO DIRETOR DA DPHAN/IPHAN

2.1 Desenvolvimento e preservação: a proteção do patrimônio nas décadas de 60 e 70 no Brasil

Na década de 1960, o Brasil vivenciou um novo modelo de desenvolvimento econômico pautado na industrialização e urbanização. Esse fato trouxe como consequência o inchaço das cidades, a pressão demográfica, o crescimento da indústria da construção civil e da especulação imobiliária. Com a implantação de indústrias de bens de consumo, fabricavam-se quase tudo: aço, alumínio, cimento, eletrodomésticos, alimentos industrializados, shopping-centers... (MELLO & NOVAIS, 1998).

Para Mello e Novaes (1998) nesse período a industrialização acelerada desencadeou em uma urbanização desenfreada. O campo era subdesenvolvido, sobretudo se comparado aos centros urbanos. Os pequenos proprietários, assim como os posseiros, parceiros e as outras camadas que compunham a parcela mais pobre do campo representavam 87% da população rural brasileira. Eles não conseguiam competir com os grandes latifundiários, o que tornou a questão rural um problema de dimensões drásticas, principalmente a partir da década de 1960, com a mecanização do campo. Isso culminou nas migrações para as cidades.

A maneira como o modelo capitalista foi empregado no Brasil só agravou ainda mais as desigualdades já existentes; basta comparar os dois tipos sociais protagonistas desse processo de industrialização acelerada: o imigrante estrangeiro e o migrante rural. Nesse processo, os primeiros saíram na frente, se comparados ao outro grupo. Afinal, eles já tinham um contato prévio com o modelo industrial e a vida urbana. Portanto, eles já haviam se elevado a pequenos comerciantes, exerciam trabalho autônomo ou já vinham da indústria. Os migrantes rurais foram condicionados a subempregos, tinham remuneração baixa e péssimas condições de trabalho (MELLO & NOVAIS, 1998).

Em relação à industrialização, a indústria automobilística passou a exercer um papel fundamental nos caminhos do desenvolvimento do país e no modelo de urbanização que se desencadeou neste período. Esse molde preconizou a abertura de

vias largas, de espaços amplos, de estradas para um aumento no fluxo de carros. Também foi implantado um sistema rodoviário que cortava o Brasil (PEREIRA, 2009, p. 375).

Até 1974, o modelo econômico e industrial voltava-se basicamente para suprir os anseios de modernização do mercado interno, ainda que com grande destaque nas indústrias voltadas para a substituição de importações de bens de consumo duráveis, com conseqüente simplificação do crédito ao consumidor. Essa reestruturação industrial foi feita no sentido de suprir as carências nacionais de insumos básicos para a indústria e de bens de capital, visando diminuir a ampla importação de petróleo e de matérias primas industriais e inserir o país num estágio de capitalismo mais avançado.

Algumas dessas ações entraram em choque com a prática preservacionista da DPHAN, que desde 1945 não tinha sido alvo de grandes debates. Para Joaquim Falcão, essa estabilidade era sintoma da importância relativa que os regimes pós-Estado Novo e seus opositores deram à questão do patrimônio histórico e artístico nacional (FONSECA, 2005, p. 139).

Tatyana Maia salienta que durante a ditadura civil-militar (1964-1985) é possível observar uma redefinição do papel da cultura para a legitimação da política brasileira. A partir do golpe em 1964 e da construção do Estado ditatorial, de caráter nacionalista, o sentido político da palavra cultura desloca-se da produção de sentidos sobre a construção da nação (primeiro governo Vargas (1930-1945)) para a produção de sentidos sobre a relação entre o cidadão e o Estado, fomentado através do civismo (2010, p. 27).

Assim, segundo Tatyana Maia, "“espírito da nacionalidade” divulgado pelos ideólogos do Estado Novo transformou-se em “consciência cívica”". Os intelectuais do Conselho Federal de Cultura (CFC) ⁹ apropriaram-se da concepção de cultura nacional legitimada durante o Estado Novo, e incorporaram a valorização do passado e a defesa

⁹ O Conselho Federal de Cultura foi criado através do decreto-lei n.74 de 21 de novembro de 1966, foi o principal órgão responsável pela elaboração e execução das políticas culturais no Brasil durante a ditadura civil-militar.

dos bens considerados símbolos da nacionalidade¹⁰. Portanto, ampliaram a defesa dos artefatos representativos do Estado-nação através de uma política cultural centralizada e dedicada à proteção do patrimônio cultural brasileiro (2010, p. 27).

Para Livia Morais e Silva, a associação entre as narrativas da preservação do patrimônio e a construção de símbolos nacionais é clara nesse período. Segundo a autora, a partir da análise da obra de Eric Hobsbawm e Terence Ranger, “A invenção das tradições” pode-se observar como foi comum nas décadas que precederam a Primeira Guerra Mundial a ocorrência da criação, ou “invenção”, das nacionalidades, mas, sobretudo dos símbolos e rituais que as sustentavam. (HOBSBAWM & RANGER, 2008, p. 271 APUD SILVA, 2011, P.3-4). Dessa maneira, o patrimônio é entendido como um elemento de formalização, de convergência entre os incipientes Estados e a sociedade, ressaltava-se uma memória coletiva e construía-se “identidades coesas e homogêneas”. Assim, a afirmação do patrimônio, como a “invenção” das nacionalidades, pertence a um movimento homogeneizador, de supressão das minorias e da diversidade (SILVA, 2011, p. 3-4).

As mudanças político-culturais foram necessárias na tentativa de legitimar o novo governo, além destas mudanças, ocorreram ações repressivas contra as propostas de mudanças sociais e políticas que reivindicavam o alargamento da democracia política e a realização de reformas do capitalismo brasileiro, também em contrário a politização das organizações dos trabalhadores (no campo e nas cidades), que contavam com crescente espaço no cenário político.

No período da ditadura civil-militar no Brasil foi possível classificar três frentes de atuação governamental no âmbito da cultura: primeiro, a censura de

¹⁰ Os bens considerados símbolos da nacionalidade podem ser: os “símbolos oficiais” de representação do Estado, tais como bandeira, hino, escudo, selos, representação gráfica do perímetro espacial onde se exerce a soberania (mapa), comemorações de datas em homenagem a episódios ou personagens da história nacional, com seus rituais cerimoniais específicos; os “símbolos patrimoniais materiais” constituídos por bens culturais de valor histórico, artístico ou ambiental, como monumentos arquitetônicos (civis, militares, religiosos ou cívicos) e conjuntos urbanos, acervos museológicos e documentais (artístico, arquivístico, bibliográfico, cartográfico, entre outros), sítios arqueológicos, reservas naturais; são referenciais objeto de políticas preservacionistas que se valem do instituto do tombamento; e os “símbolos patrimoniais intangíveis”, constituídos por práticas, saberes e fazeres que incluem técnicas, comemorações, rituais, cerimônias religiosas, danças, ritmos, receitas medicinais ou culinárias, entre outras ações possíveis.

produções culturais que foram consideradas como oposição ao governo; segundo, o investimento em infraestrutura em telecomunicações (ações que pertenciam ao projeto de modernização do país e as políticas de integração e segurança nacional, que também favoreceram o fortalecimento da indústria cultural no país; a terceira, a criação de órgãos governamentais destinados a planejar e implementar a política cultural oficial (como a reformatação do IPHAN, e a criação do CFC e o DAC (Departamento de Assuntos Culturais) que serão trabalhados posteriormente)).

Deste modo, como parte do projeto de modernização do país, durante o regime militar, houve grandes investimentos do governo em obras de infraestrutura, inclusive no setor de telecomunicações, que permitiram a criação de redes nacionais de televisão. Em 1965 foi criada a Embratel, que iniciou uma política modernizadora para as telecomunicações. Neste ano, o Brasil se associou ao sistema internacional de satélites (Intelsat), e em 1967 foi criado o Ministério das Comunicações.

Ademais, durante este período foram propagadas inúmeras leis, decretos-leis, portarias, com o objetivo de auxiliar na organização dos produtores, da produção e da distribuição dos bens culturais. Ademais foi criado o Instituto Nacional de Cinema¹¹, extinto alguns anos depois para o estabelecimento da Empresa Brasileira de Filme (EMBRAFILME). O cinema era visto como um meio eficiente na propagação de análises ideológicas que interessavam ao governo militar, contribuindo para formar a opinião pública.

Para Vanderli Silva, o investimento na área cultural naquele momento, também teve influência direta da Doutrina da Escola Superior de Guerra (ESG) que apresentava a cultura como um dos elementos da "expressão psicossocial do poder nacional" que desempenhava um importante papel na obtenção e manutenção dos "objetivos nacionais" de segurança e desenvolvimento (2001, p.190).

¹¹ O Instituto Nacional de Cinema foi instituído durante o Regime Militar, pelo Decreto-Lei número 43, de 18 de Novembro de 1966. o INC surgiu com funções de formular e executar a política governamental relativa à produção, importação, distribuição e exibição de filmes, ao desenvolvimento da indústria cinematográfica brasileira, ao seu fomento cultural e à sua promoção no exterior.

De acordo com Vanderli Silva, a doutrina da ESG definia cultura como "o acervo espiritual, material e não material dos homens e dos grupos sociais", inclusive abrangia diversas manifestações culturais como "a língua, as tradições, os valores espirituais e morais, a produção filosófica, artística, científica e técnica". Assim, o patrimônio cultural, tanto material quanto espiritual (valores, costumes...) consistia como base da personalidade e da nacionalidade de um povo, e a falta da preservação deste patrimônio era um risco para a segurança nacional (2001, p. 190).

Desse modo, observa-se que nas décadas de 60 e 70 no Brasil, as ações culturais do regime militar buscavam colocá-las sob sua orientação, por compreender a dimensão e força política da produção simbólica. A política cultural alterna entre o passado e o presente, a tradição e a modernidade e foi pensada por intelectuais e técnicos, que uniam a "cultura do povo" e a "cultura nacional" buscando a integração da nação.

A importância do passado na produção cultural no regime militar foi fundamental no campo político para a construção de um imaginário social que se identificasse com o Estado nacional. O processo de "recuperação do passado", apresentado por Angela de Castro Gomes (1996, p. 141), pode ser relacionado à noção de "perda do patrimônio", estabelecida por José Reginaldo Santos Gonçalves. O passado, resultado da associação entre as tradições e os eventos singulares, estaria ameaçado pelo descaso com o patrimônio, desfigurando a nação.

A "retórica da perda", de Gonçalves (1996), vinculada à necessidade de "recuperação do passado" pressupõe que a identidade brasileira é identificada por elementos concretos e objetivos. Procurava-se numa suposta essência nacional os referenciais que precisavam ser reorganizados e resguardados (GONÇALVES, 1996, p. 89).

2.1.1 Legislações voltadas para a preservação do patrimônio no Brasil no período de 1965-1979

No decorrer dos anos do regime militar foram outorgadas diferentes leis de preservação ao patrimônio, algumas destas foram listadas e estão disponíveis para

consulta no site do IPHAN¹². Destas leis ressaltadas foram elencadas aquelas que foram outorgadas até o ano de 1979¹³, quando Renato Soeiro ausentou-se da direção do IPHAN. Sendo assim, irei me deter na análise de algumas destas leis, a fim de realizar um panorama geral da legislação que abrangia o patrimônio na ditadura.

Em 1965 outorgaram a Lei nº 4.717 de 29 de junho, que regula a ação popular, analisando as ações do cidadão em relação ao patrimônio; a Lei nº 4.771 de 15 de setembro, que institui um novo código florestal; e a Lei nº 4.845 de 19 de novembro, que proíbe a saída para o exterior de obras de arte e ofícios produzidos no Brasil até o fim do período monárquico.

Em relação ao ano de 1966, é destacado no site do IPHAN apenas o Decreto nº 58.077 de 24 de março, que converte em monumento nacional o município fluminense de Paraty.

De 1967 é ressaltado o Decreto nº 60.183 de 8 de fevereiro, que altera o nome do Parque Nacional do Rio de Janeiro para Parque Nacional da Tijuca; e o Decreto Lei nº 200 de 25 de fevereiro, a qual dispõe sobre a organização da Administração Federal e estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa.

Em 1968, é aprovada a Lei nº 5.471, de 9 de julho, que dispõe sobre a exportação de livros antigos e conjuntos bibliográficos brasileiros.

Posteriormente, remete-se ao Decreto nº 70.694, de 8 de junho de 1972 a qual altera o artigo 1º, do decreto nº 68.172, de 4 de fevereiro de 1971 que cria o Parque Nacional da Serra da Bocaina; Decreto Legislativo nº 71 de 28 de novembro de 1972 o qual aprova o texto da convenção sobre as medidas a serem tomadas para proibir e impedir a importação e transferência de propriedade dos bens culturais aprovadas pela XVI sessão da conferência geral da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), realizada em Paris, de 12 a 14 de novembro de 1970.

¹² Leis disponíveis no site do IPHAN: <http://portal.iphan.gov.br/legislacao>.

¹³ Foi delimitado o período 1965-1979, pois este é um espaço de tempo que essas leis podem ter influenciado na gestão de Renato Soeiro ou podem ter sido influenciadas a partir da atuação dele no IPHAN, DAC e CFC.

Em 1973 a 1975 foram aprovadas respectivamente, a Lei nº 72.312 de 31 de março de 1973 a qual promulga a convenção sobre as medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação, exportação e transferência de propriedades ilícitas dos bens culturais; a Portaria nº 29 de 23 de outubro de 1974 que resolve disciplinar os pré requisitos dos projetos a serem apreciados pelo IPHAN; e a Lei nº 6.292 de 15 de dezembro de 1975 outorga que o ato de tombamento de bens fica sob homologação do MES após a aprovação do Conselho Consultivo do IPHAN.

Os últimos a serem listados do período estudado é o Decreto nº 80.978 de 12 de dezembro de 1977 que promulga a convenção relativa à proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, de 1972; e o Decreto nº 84.017 de 21 de setembro de 1979 o qual aprova o regulamento dos parques nacionais.

As leis federais outorgadas no ano de 1965 foram assinadas por Humberto de Alencar Castelo Branco, primeiro presidente da ditadura militar (1964-1967). A primeira lei listada acima, a Lei nº 4.717 de 29 de junho de 1965 legitima a ação de qualquer cidadão (pessoa física nos gozos dos direitos políticos) a fim de anular ações lesivas ao patrimônio (bens e direitos de valor econômico e artístico, estético, histórico ou turístico (Artigo 1º).

Nota-se o interesse de proteger o patrimônio histórico, artístico, a partir de ação popular. Assim, o cidadão pode buscar uma ação do poder judiciário para anular um ato que esteja causando prejuízo ou lesionando um patrimônio público, ou de alguma entidade que o Estado participe.

A Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965 estabelece um novo código florestal. No Artigo 3º é delimitado:

Consideram-se, ainda, de preservação permanentes, quando assim declaradas por ato do Poder Público, as florestas e demais formas de vegetação natural destinadas:

- a) a atenuar a erosão das terras;
- b) a fixar as dunas;
- c) a formar faixas de proteção ao longo de rodovias e ferrovias;
- d) a auxiliar a defesa do território nacional a critério das autoridades militares;

- e) a proteger sítios de excepcional beleza ou de valor científico ou histórico;
- f) a asilar exemplares da fauna ou flora ameaçados de extinção;
- g) a manter o ambiente necessário à vida das populações silvícolas;
- h) a assegurar condições de bem-estar público.

Observa-se o interesse em preservar as florestas e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, pois são vistas como bens de interesse comum a todos os habitantes do país.

No artigo 5º o poder público fica responsável em criar parques nacionais, estaduais e municipais e reservas biológicas, com o objetivo de proteger atributos excepcionais da natureza, conciliando a preservação integral da flora, da fauna e das belezas naturais, para fins educacionais, recreativos e científicos.

Observa-se que no decreto lei 25/37 já identificava a necessidade de preservar o patrimônio natural. No artigo 1º §2º do decreto lei 25/37 está explícito que "são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que também são importantes conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana". Porém, não se desenvolve esta parte. Assim, se faz necessária outras leis, como Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965 que abrange com maior especificidade a preservação do patrimônio natural.

A Lei nº 4.845 de 19 de novembro de 1965 proíbe a saída, para o exterior, de obras de arte e ofícios produzidos no país, até o fim do período monárquico. Fica decretado que:

Art.1º - Fica proibida a saída do País de quaisquer obras de artes e ofícios tradicionais, produzidas no Brasil até o fim do período monárquico, abrangendo não só pinturas, desenhos, esculturas, gravuras e elementos de arquitetura, como também obra de talha, imaginária, ourivesaria, mobiliário e outras modalidades.

(...)

Art.4º - Para fins de intercâmbio cultural e desde que se destinem a exposições temporárias, poderá ser permitida, excepcionalmente, a saída do País de algumas obras especificadas nos artigos 1º, 2º e 3º, mediante autorização expressa do órgão competente da administração federal, que mencione o prazo máximo concedido para o retorno.

Nesta lei são especificados os bens que não podem sair no país sem autorização de um órgão da administração federal. Portanto, amplia a abrangência do artigo 14 do decreto lei 25/37, que constava que o bem tombado só poderia sair do país em curto prazo e para fim de intercambio cultural, com autorização do Conselho Consultivo do SPHAN.

A partir do Decreto nº 58.077 de 24 de março de 1966, o presidente da república, Castelo Branco converte em monumento nacional o município fluminense de Paraty. Esta ação justifica-se, uma vez que de acordo com o texto deste decreto consideraram:

(...) o interesse público relevante que milita no sentido de ser regulamentada a aplicação do preceito constitucional do art. 175 e da legislação complementar sobre o assunto às condições peculiares das cidades e sítios de excepcional valor artístico, histórico e paisagístico; (...) a necessidade urgente de ser assegurada proteção especial ao acervo arquitetônico e natural da tricenária municipalidade de Paraty, no Estado do Rio de Janeiro, sob ameaça iminente de sofrer deformações irreparáveis.

Em Paraty, ocorreram diferentes tombamentos que abrangem a cidade: o conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade foi tombado pela então DPHAN, em 1958; o município de Paraty recebeu o título de Monumento Nacional, em 1966 (lei citada acima); e um novo tombamento, posterior a esta lei, incluiu o entorno do conjunto arquitetônico e paisagístico do município, em 1974. Neste conjunto, é destacado seu "valor excepcional, a extraordinária beleza natural, a originalidade da área do município, além da importância do papel histórico que Paraty representou como elemento de ligação entre as capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais"(site do IPHAN).

O Decreto nº 60.183 de 8 de fevereiro de 1967 altera o nome do Parque Nacional do Rio de Janeiro para Parque Nacional da Tijuca.

Artigo 1º - Fica alterada para Parque Nacional da Tijuca (PNT) a denominação do Parque Nacional do Rio de Janeiro, criado pelo Decreto nº 50. 923, de 6 de julho de 1961, e subordinado a Departamento de Recursos Naturais Renováveis do Ministério da Agricultura.

Artigo 2º - A área patrimonial do Parque Nacional da Tijuca, referida no art. 6º do presente Decreto, será inalienável e poderá ser acrescida de outras áreas adquiridas por doação ou desapropriação.

Sendo assim, este decreto altera o nome do parque, e o mantém subordinado ao Ministério da Agricultura e enfatiza a necessidade da preservação de toda a extensão e aos arredores, que são delimitados no Art. 6º em um total de 3.200 hectares (32 Km²).

O Parque Nacional da Tijuca foi criado em 6 de julho de 1961, para preservar um patrimônio que pode ser considerado paisagístico, híbrido, natural e cultural. É uma região que foi reflorestada depois que seu devastamento causou sérios problemas ambientais para a cidade do Rio de Janeiro, um deles a escassez de água (nos séculos XVII e XVIII).

Além da vasta vegetação protegida, há também construções tombadas dentro do Parque, ruínas das antigas fazendas. Desde 1861, as florestas da Tijuca e das Paineiras foram declaradas por D. Pedro II como Florestas Protetoras. A partir dessa ação iniciou-se um processo de desapropriação de chácaras e fazendas, com o objetivo de promover o reflorestamento e permitir a regeneração natural da vegetação.

A Lei nº 5.471 de 9 de julho de 1968 outorgada pelo presidente Arthur Costa e Silva, dispunha sobre a exportação de livros antigos e conjuntos bibliográficos brasileiros. De acordo com os artigos 1º e 2º:

Art. 1º Fica proibida, sob qualquer forma, a exportação de bibliotecas e acervos documentais constituídos de obras brasileiras ou sobre o Brasil, editadas nos séculos XVI a XIX.

Parágrafo único. Inclui-se igualmente, nessa proibição a exportação de:

a) obras e documentos compreendidos no presente artigo que, por desmembramento dos conjuntos bibliográficos, ou isoladamente, hajam sido vendidos;

b) coleções de periódicos que já tenham mais de dez anos de publicados, bem como quaisquer originais e cópias antigas de partituras musicais.

Art. 2º Poderá ser permitida, para fins de interesse cultural, a juízo da autoridade federal competente, a saída temporária, do País, de obras raras abrangidas no art. 1º de seu parágrafo único.

Assim, restringe-se a saída de obras e documentos datados entre o século XVI e XIX. Sendo permitida, conforme o Art. 2º apenas para fins culturais e com autorização federal.

O Decreto nº 70.694 de 8 de junho de 1972 outorgado pelo presidente Emílio G. Médici, altera o Artigo 1º, do Decreto nº 68.172 de 4 de fevereiro de 1971 que cria o Parque Nacional da Serra da Bocaina. De acordo com o Artigo 1º, "fica criado, nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, o Parque Nacional da Serra de Bocaina (PNSB), com área superior a cem mil (100.000) hectares (1.000 Km²)." Neste primeiro artigo constam detalhadamente os pontos e limites desta área.

Além disso, no artigo 2º, autoriza o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal, a realizar as desapropriações necessárias para a implantação deste parque.

Observa-se que a preservação do patrimônio natural era um assunto que estava sendo bastante discutido no ano de 1972, como será dissertado posteriormente.

O Decreto legislativo nº 71 de 28 de novembro de 1972 regulamentado pelo presidente do senado Petrônio Portella, aprova o texto da "Convenção relativa às medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação, exportação e transferência de propriedades ilícitas dos bens culturais", realizada entre os dias 12 e 14 de novembro de 1970, em Paris. Esta convenção discutiu sobre as medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação validada pela XVI sessão da conferência geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

De acordo com o texto publicado como resultado desta conferência geral:

ARTIGO 2º

1. Os Estados-Partes na presente Convenção reconhecem que a importação, a exportação e a transferência de propriedade ilícitas dos bens culturais constituem uma das principais causas do empobrecimento do patrimônio cultural dos países de origem de tais bens, e que a cooperação internacional

constitui um dos meios mais eficientes para proteger os bens culturais de cada país contra os perigos resultantes daqueles atos.

2. Para tal fim, os Estados-Partes comprometem-se a combater essas práticas com os meios de que disponham, sobretudo suprimindo suas causas, fazendo cessar seu curso, e ajudando a efetuar as devidas reparações.

(...)

ARTIGO 14º

A fim de impedir as exportações ilícitas, e cumprir as obrigações decorrentes da implementação da presente Convenção, cada Estado parte na mesma deverá, na medida de suas possibilidades, dotar os serviços nacionais responsáveis pela proteção a seu patrimônio cultural de uma verba adequada, e, se necessário, criar um fundo para tal fim.

Desta maneira este decreto legislativo legaliza o texto desta conferência, reconhecendo o problema com as transferências ilícitas dos bens culturais e procurando agir de acordo com as indicações da UNESCO.

O Decreto nº 80.978 de dezembro de 1977 promulga a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural em 1972. Assim, o presidente Ernesto Geisel autoriza a utilização das medidas aprovadas nesta convenção.

Segundo texto aprovado nesta convenção:

Artigo 5º - A fim de garantir a adoção de medidas eficazes para a proteção, conservação e valorização do patrimônio cultural e natural situado em seu território, os Estados Partes na presente Convenção procurarão na medida do possível, e nas condições apropriadas a cada país:

- a) adotar uma política geral que vise a dar ao patrimônio cultural e natural uma função na vida da coletividade e a integrar a proteção desse patrimônio nos programas de planificação geral;
- b) instituir em seu território, na medida em que não existam, um ou mais serviços de proteção, conservação e valorização do patrimônio cultural e natural, dotados de pessoal e meios apropriados que lhes permitam realizar as tarefas a eles confiadas;
- c) desenvolver os estudos e as pesquisas científicas e técnicas e aperfeiçoar os métodos de intervenção que permitam a um Estado fazer face aos perigos que ameacem seu patrimônio cultural e natural;
- d) tomar as medidas jurídicas, científicas, técnicas, administrativas e financeiras adequadas para a identificação, proteção, conservação, revalorização e reabilitação desse patrimônio; e
- e) facilitar a criação ou o desenvolvimento de centros nacionais ou regionais de formação no campo da proteção, conservação e revalorização do patrimônio cultural e natural e estimular a pesquisa científica nesse campo.

Além de definir questões como o conceito de patrimônio cultural e natural este documento, como foi citado no Artigo 5º, propõe medidas de proteção a estes bens. Ademais, criou-se um Comitê Intergovernamental da Proteção do Patrimônio Cultural e Natural de Valor Universal Excepcional, denominado "Comitê do Patrimônio Mundial" e também, foi criado um Fundo para a Proteção Mundial, Cultural e Natural de Valor Universal Excepcional, denominado Fundo do Patrimônio Mundial. O Comitê possuía o papel de investigar os patrimônios culturais e naturais em perigo, a fim de listá-los, para decidir sobre a preservação e o Fundo arrecadaria verba para tais ações de preservação.

O Decreto nº 84.017 de 21 de setembro de 1979 aprova o regulamento dos parques nacionais, enfatiza-se que estes parques são criados com fins científicos, educativos e recreativos e têm "o objetivo principal dos Parques Nacionais reside na preservação dos ecossistemas englobados contra quaisquer alterações que os desvirtuem" (Art. 1º §2º e §3º).

Ao analisar estas leis, observa-se que no período delimitado foram outorgadas diversas leis voltadas para a ação em torno do patrimônio. Nota-se que foram leis em relação ao patrimônio cultural, natural, arquitetônico, dentre outras, procurando atender as demandas do período.

2.1.2 A proteção do patrimônio brasileiro e a relação com órgãos internacionais: desenvolvimento aliado a preservação

Constata-se que nas décadas de 60 e 70, as políticas de preservação do patrimônio no Brasil, foram marcadas por grande influência de órgãos internacionais. Principalmente, a partir de 1967, quando Renato Soeiro assumiu a direção da DPHAN. Dessa maneira, se baseando em orientações da UNESCO, da Organização dos Estados Americanos (OEA), documentos como as Normas do Quito (1967), a DPHAN passou a defender e colocar em prática a utilização do patrimônio cultural para alavancar o desenvolvimento dos países por meio do turismo.

As principais preocupações de Soeiro que estão presentes nos seus textos eram a preservação dos patrimônios cultural e natural, a compatibilização do desenvolvimento

econômico com a preservação desse patrimônio, a cooperação internacional, o fomento do potencial turístico do patrimônio e a integração dos estados e municípios às ações de preservação da União. Assim, o seu plano de ação (que será analisado no item 2.2.1) condiz com as necessidades do período.

Então, além das leis citadas no item anterior, outras ações abrangeram a área da cultura e assim, influenciaram a preservação de bens culturais. Renato Soeiro participou dessas ações, como diretor do IPHAN e do DAC e membro do CFC. Assim, neste período houve a criação de órgãos e planos de importante ação na organização do setor de cultura, como o Conselho Federal de Cultura (CFC), Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura (1973) e o Plano Nacional de Cultura (PNC), em 1975, entre outros.

Assim, ele dirigiu projetos e participou de elaborações de leis e análises destas, como será desenvolvido no decorrer deste capítulo.

Em relação ao auxílio internacional, a UNESCO foi grande parceira do Brasil na preservação do patrimônio¹⁴. No âmbito do programa "Turismo Cultural", a UNESCO enviou ao Brasil, em 1966, um especialista, o inspetor Michel Parent, técnico do Serviço Principal de Inspeção dos Monumentos e de Inspeção de Sítios na França, para avaliar a situação do patrimônio cultural brasileiro e auxiliar no desenvolvimento de medidas de preservação.

Esta visita originou o relatório "Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico", entregue em 1968. Este documento teve grande importância tanto no âmbito da preservação do patrimônio cultural brasileiro quanto entre os demais consultores da UNESCO que o seguiram em visitas ao Brasil e na elaboração de propostas para a então DPHAN, no que diz respeito à proteção das cidades brasileiras.

¹⁴ A representação da UNESCO no Brasil foi estabelecida em 1964 e seu Escritório, em Brasília, iniciou as atividades em 1972, tendo como prioridades a defesa de uma educação de qualidade para todos, a promoção do desenvolvimento humano e social. Em relação a cultura, a UNESCO intervém para a proteção e o estímulo à diversidade cultural e a preservação do patrimônio cultural.

As avaliações feitas por Parent, sobre as mais de 35 cidades visitadas durante suas estadas no Brasil resultaram produtos importantes, tanto em relação à proteção pela DPHAN, quanto na relevância que tais localidades passaram a assumir junto à UNESCO. Além de ter propiciado uma visão das ações, iniciativas e perspectivas desta organização no que cabia ao conhecimento e preservação dos bens culturais em uma amplitude mundial, seu texto contribuiu para se entender a relação estabelecida pela noção de “turismo cultural” entre a DPHAN e a UNESCO, relação que foi concretizada, neste período, com a visita de vários peritos a cidades brasileiras.

Embora essa inspeção tenha sido deflagrada no final do mandato de Rodrigo M. F. de Andrade junto com o embaixador Carlos Chagas, é entre os anos de 1967 a 1979, que a contribuição internacional passa a ser explorada pelo IPHAN. O interesse por esta cooperação era fomentado pelo desejo de desfrutar da experiência europeia de inclusão dos sítios históricos no processo de desenvolvimento urbano e de reconhecimento da arte e cultura brasileira como valor universal.

Ainda no início da gestão de Renato Soeiro, no final de abril de 1968, ele vai para Roma para uma reunião do Conselho do ICCROM¹⁵, para o qual foi eleito, um pouco antes, para o biênio 1967/1968, e também para lecionar uma aula no curso de especialização do Centro. Após o término das atividades em Roma, Soeiro seguiu para Paris, onde acertou com a UNESCO a volta do Arquiteto Michel Parent para uma segunda visita ao Brasil, relativa a um estudo específico sobre o Pelourinho, em Salvador.

Apesar do arquiteto Michel Parent não ter conseguido voltar ao Brasil, foi acertada a vinda, em 1972, do arquiteto Jean-Bernard Perrin, especialista em legislação de conjuntos e cidades históricas, que desenvolveu um interessante relatório sobre a situação presente no Brasil (AZEVEDO, 2013, p. 42).

¹⁵ O Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauo de Bens Culturais (ICCROM) é uma organização intergovernamental dedicada à preservação do patrimônio cultural em todo o mundo através de programas de formação, informação, pesquisa, cooperação e advocacia. Destina-se a potenciar o campo de conservação-restauro e conscientizar para a importância e fragilidade do patrimônio cultural.

De acordo com Cecília Ribeiro, o discurso para o turismo cultural foi considerado por Saskia Cousin como “bom turismo”. A ideia dessa autora está relacionada às vantagens econômicas do turismo, sem considerar às dificuldades, desvantagens, enganos ou conflitos que poderiam ocorrer. Assim, creditava-se sentido positivo para técnicos, países envolvidos, instituições e turistas. Com isso, ela destacou o turismo cultural como um discurso alternativo ao turismo de massa (COUSIN, 2008, p. 44 APUD RIBEIRO, 2016).

Porém, para Ribeiro, o turismo cultural não poderia ser uma proposta alternativa ou que se opunha ao turismo de massa. O turismo cultural se relacionava ao turismo de massa e tinha-o por referência, uma vez que a atração de muitos turistas poderia gerar grandes investimentos em infraestrutura básica e específica para o turismo e tinha como objetivo o desenvolvimento econômico de uma região ou país (2016).

No Brasil, o turismo cultural pode ser visto como grande aliado para o andamento de ações culturais, importante para o desenvolvimento, inclusive econômico, do país e para a preservação dos bens culturais a partir da utilização destes.

2.2 Renato de Azevedo Duarte Soeiro e a preservação dos bens culturais no Brasil nas décadas de 60 e 70

No dia 24 de junho de 1967, Renato Soeiro assumiu a direção da DPHAN. Como foi explicitado na introdução desta dissertação, alguns estudiosos, como Maria Cecília Londres Fonseca e José Gonçalves, veem a figura de Soeiro e sua administração como apagadas, sem o carisma que tiveram as gestões de Rodrigo M. F. de Andrade e Aloísio Magalhães. Assim, eles destacam estas duas gestões relatando-as, respectivamente, como a “fase heróica” e a “fase moderna” do IPHAN.

De modo geral, a fase dirigida por Soeiro é descrita como um prolongamento da gestão de Rodrigo M. F. de Andrade, ou um momento de espera pela gestão de Aloísio Magalhães. Se comparada a esses outros dois dirigentes, é forçoso reconhecer que na gestão de Renato Soeiro, como será dissertado neste subcapítulo, foram dado passos

definitivos e fundamentais para a modernização do sistema estatal de preservação do patrimônio, assim como viabilizados os meios financeiros e materiais para o desencadeamento desse processo. Assim, pode-se afirmar que a “fase moderna” da preservação no Brasil começa com Renato Soeiro.

A indicação de Soeiro para o cargo de diretor geral do IPHAN pelo Ministro de Educação e Cultura, Tarso de Moraes Dutra, não foi nenhuma surpresa, afinal ele substituiu Rodrigo M. F. de Andrade diversas vezes nesta posição. Além disso, ele trabalhou nesta instituição desde os primórdios desta, ocupando a partir de 1946 o cargo de diretor da Divisão de Conservação e Restauração (DCR). Soeiro também era o principal representante do IPHAN em eventos internacionais.

Em um depoimento de Lúcio Costa, publicado no livro "Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural" (1987), Costa justificou a escolha de Soeiro para a direção da DPHAN. Segundo ele, apesar do grande lastro de colaboradores ao redor do Rodrigo havia altos e baixos na dedicação às tarefas, sendo empenhados e relapsos ao mesmo tempo. Para Costa, a correta e serena dedicação do “confiável Soeiro” escapou dessas oscilações, daí a sua escolha para a sucessão na direção do Patrimônio (COSTA APUD ANDRADE, 1986).

Ademais, Rodrigo M. F. de Andrade escreveu uma carta para o então ministro do MEC, indicando Renato Soeiro para o cargo, ressaltando a presteza deste, diante suas funções na instituição:

...peço permissão para reiterar/ a V. Exa. o apêlo que lhe dirigi, no sentido de conceder seu prestigioso patrocínio à nomeação do Arquiteto Renato Soeiro, ocupante desde janeiro de 1946 do cargo de Diretor da Divisão de Conservação e Restauração do órgão interessado.

Tal como tomei a liberdade de encarecer a V. Exa, na ocasião em que lhe apresentei meu requerimento de aposentadoria, êle não é somente um arquiteto de talento e um técnico de conservação de monumentos da maior/proficiência, mas também um administrador exímio, chefe de serviço incomparável serenidade e circunspeção perfeita. Além dessas circunstâncias, desde muitos/ anos Diretor Substituto da DPHAN, o Dr. Soeiro está/habilitado melhor que ninguém pelo conhecimento completo e minucioso dos problemas de repartição, a assumir em caráter permanente a respectiva direção (ANDRADE, 1967, p.1 e 2).

No discurso de posse de Renato Duarte de Azevedo Soeiro à direção da DPHAN, ele enfatiza a importância do decreto-lei 25/37 e dos primórdios desta instituição. Então, este relata como está dividida a diretoria e quais seriam as transformações propostas.

...Conta atualmente essa Diretoria com apenas 2 Divisões Técnicas: a de Estudos e Tombamento sob a Direção do Arquiteto Lúcio Costa, e a de Conservação e Restauração até há dias sob a minha própria; um Serviço Auxiliar; 4 Distritos, sediados respectivamente em Recife, Salvador, Belo Horizonte e São Paulo. Com base na reformulação de sua estrutura irá dispôr de mais 4 Divisões especializadas e 5 novos Distritos, tornando-se apta a enfrentar a tarefa para a qual fui convocado... (SOEIRO, 1967, p. 3)

Além disso, Soeiro ressalta a necessidade de ampliar os cursos para capacitação de mão de obra na preservação do patrimônio.

A demanda de novos técnicos, estou certo, também será atendida, com a providência que peço permissão para sugerir a S. Ex^a. que patrocine, determinando estudos para a inclusão em curriculum universitário, de cursos de extensão universitária ou do post de graduação, de cadeiras especializadas em conservação e restauração de monumentos e obras de arte, a exemplo do que já fez a Escola Nacional de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com o curso de "Teoria, Restauração e Conservação da Pintura", a cargo do Coordenador Edson Motta, responsável por êsse setor da DPHAN. Com o mesmo objetivo, outras iniciativas S. Ex^a. poderá providenciar e principalmente, a reorganização, em nível universitário, do curso de conservadores de museus, técnicos que carecem, de maneira presente, as organizações especializadas já existentes e em organização no país, cuja importância será desnecessário acentuar... (SOEIRO, 1967, p. 4).

Ademais, Renato Soeiro neste discurso salienta que a preservação do patrimônio deve ser um trabalho realizado em conjunto com o Conselho Consultivo (que passou a ser presidido por Soeiro, enquanto ele era diretor do DPHAN), a administração pública federal, estadual e municipal, autoridades eclesiásticas e instituições públicas e privadas que zelam pelo patrimônio. A junção destes apoiadores "com maiores recursos, maior número de técnicos e reestruturação administrativa a DPHAN" seria possível cumprir

com o mesmo vigor e severidade, a proteção, a valorização e a divulgação do acervo histórico, artístico e arqueológico no país (SOEIRO, 1967, p. 4).

2.2.1 O "Plano Estratégico de Ação" da gestão de Renato Soeiro na DPHAN

No primeiro ano de sua gestão, Soeiro elaborou um projeto que pode ser considerado um “Plano Estratégico de Ação” (AZEVEDO, 2013, p. 28). Era uma proposta de possíveis ações que dialogavam com as recomendações internacionais, que nortearia a sua administração.¹⁶ As ações mais significativas já apareciam em seu discurso de posse.

Este plano foi dividido em cinco princípios fundamentais: filosofia, instrumentação, irradiação nacional, recursos e legislação. Na primeira parte denominada *Filosofia*, Soeiro trata da ampliação conceitual da noção de patrimônio, incluindo manifestações imateriais, urbanas e rurais. Ainda ressalta a mise en valeur (realce) dos monumentos e sítios influenciada pela Carta de Veneza (UNESCO, 1964) e também pelas recomendações de Quito (OEA, 1967) e de longa data seguida pela DPHAN que permitirá a inclusão desses bens como pólos de atração no Plano Nacional de Turismo (PNTUR). O PNTUR seria incluído aos planos nacionais de desenvolvimento econômico do país, para contribuir na afirmação da nacionalidade "compreensão mútua dos povos, o desenvolvimento e a salvaguarda de suas culturas específicas". (M. Parent, 1968 apud SOEIRO, 1967, p.1).

A partir da leitura do texto de Júlia Pereira, é possível observar que principalmente na década de 1960, a transformação acelerada das estruturas sociais e econômicas, o desenvolvimento industrial explosivo em certas regiões ameaçavam sítios e monumentos que deveriam ser resguardados. Obras públicas de indiscutível importância que eram elaboradas sem considerar a existência desses valores, a repentina valorização da propriedade imobiliária, o crescimento do número de veículos em circulação nos centros urbanos exigiu sempre maior espaço entre outras causas,

¹⁶ Este documento nunca foi publicado. Esta disponível para consulta nos arquivos do IPHAN (SOEIRO, 1968).

inclusive de interesse turístico mal ordenado, poderiam em curto prazo, destruir ou alterar de modo irreparável, monumentos ou conjunto de monumentos até então só atingidos pela ação do tempo. Portanto, aumenta-se a preocupação com a preservação dos centros urbanos (PEREIRA, 2009, p.130).

Sendo assim, de acordo com Júlia Pereira, o tombamento de núcleos urbanos pode ser analisado como uma das soluções encontradas a essa situação, conforme se possibilitava a preservação da “memória viva” e o testemunho das ocupações passadas, agregava-se a tal ação o recebimento de auxílio financeiro por parte de outras esferas do governo. Para esse fim, foi fundamental integrar tais centros, diferenciados e dispersos em território brasileiro, no agrupamento patrimonial do país. Tornou-se necessário a reclassificação desses bens, com base em outros valores e significados, da qual a importância para a construção histórica do país os transformaria em “objetos portadores-de-sentido” da nação (PEREIRA, 2009, p.88).

Na *Instrumentação*, Renato Soeiro se referiu à modernização da estrutura administrativa do órgão e sua integração no Plano Nacional do Turismo. Na instrumentação atualizada da DPHAN adaptando-se ao artigo 172 do Decreto-lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967, constam as sugestões que foram encaminhadas ao Ministro da Educação e Cultura. Soeiro sugeriu: criação de 4 divisões técnicas (Restauração de obras de talha e pintura, Arqueologia, Museus regionais e casas históricas e Difusão Cultural); organização de 5 distritos (Belém, São Luís, Rio de Janeiro, Brasília e Porto Alegre); constituição de um Serviço de Consultoria Jurídica; reformulação dos quadros administrativos e técnicos.

Algumas questões relacionadas à instrumentação foram citadas por Soeiro em seu discurso de posse, como a criação de 4 divisões técnicas e a estruturação em 5 distritos, como é possível observar no trecho do discurso transcrito anteriormente.

Em *Irradiação Nacional*, ele ressaltou a importância de criar uma rede de preservação do patrimônio, que envolvesse a complementação de ações por meio dos órgãos estaduais e municipais. Sugeriu que os conselhos estaduais de cultura e as casas de cultura fossem instalados sempre que possível em prédios de interesse histórico ou artístico nacional.

A partir dos Encontros dos Governadores realizados em 1970 e 1971 (que serão estudados no decorrer deste trabalho), nota-se que iniciaram as deliberações para a atuação dos estados e municípios na preservação do patrimônio.

Na parte de *Recursos*, Soeiro propôs que além das verbas orçamentárias que lhes foram atribuídas no orçamento da União, os órgãos autônomos do PHAN e dos Museus Nacionais deveriam participar com receitas alternativas, inclusive provenientes de tributações e incentivos fiscais que incidissem direta ou indiretamente sobre atividades culturais, relacionadas ao turismo, transações e exportações de objetos e obras de arte, vendas de ingressos, publicações, reproduções e fundos de participação dos estados e municípios através do convênio Fundo Nacional de Desenvolvimento da Cultura etc.

Em relação à *legislação*, ele indicou medidas complementares às leis específicas de proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como: efetivação da lei do Plano Nacional de Cultura proposta pelo Conselho Federal de Cultura; distinção nos projetos a serem propostos entre zona monumental e zona de ambientação, como indispensável maior proteção aos bens tombados agrupados e constitutivos de conjuntos urbanísticos integrantes do patrimônio histórico e artístico nacional; obrigatoriedade de uma consulta prévia ao órgão responsável pela proteção do patrimônio para aprovação de qualquer iniciativa, pública ou particular, que interfira na visibilidade e na ambiência do bem tombado; conveniência de se atribuírem aos proprietários mediante proposta legislativa, de imóveis tombados que o requeiram, benefícios e isenções compensatórios dos ônus do tombamento.

Além disso, Soeiro propôs a reformulação dos currículos escolares do primário ao universitário atribuindo-se: noções sobre história da arte; informações sobre a existência de monumentos, sua significação o dever de preservá-los. Ele também defendeu a criação em nível superior de cursos de técnica de museus e cursos de pós graduação de cátedras e de obras de arte, como o CECRE do qual falaremos mais a frente (SOEIRO, 1967).

Neste plano administrativo, Renato Soeiro traçou suas metas como diretor da então DPHAN. Assim, as ações realizadas durante sua administração seguiram essas

ideias que foram norteadas por ele neste plano de ação, como veremos neste subcapítulo.

2.2.2 A participação de Renato Soeiro na Reunião do Quito (1967)

Ainda no ano de 1967, como diretor da DPHAN, Soeiro participou da preparação de importantes documentos internacionais da UNESCO, como a Reunião do Quito - Equador, da Organização dos Estados Americano, realizada entre os dias 28 de novembro e 02 de dezembro de 1967 (AZEVEDO, 2005).

As Normas do Quito reconhecem que, os bens do patrimônio cultural representam um valor econômico e podem contribuir com o progresso. A partir desta ideia ampliou-se a concepção de que o turismo pode ser visto como uma alternativa de conservar o patrimônio de forma sustentável. Em relação à conservação, o desenvolvimento turístico era um dos princípios integrados ao modelo contemporâneo de administração dos centros históricos, onde o patrimônio ambiental e urbano é visto de forma ampliada, sendo gerado pela união entre o poder público, a sociedade organizada e a iniciativa privada. Tratava-se de um modelo de conservação conjunta, que tem como foco principal as áreas ambientais, culturais e históricas, através dos princípios do desenvolvimento sustentável, com o objetivo principal de estabelecer uma relação harmônica entre a conservação, restauração e a renovação dos centros históricos.

No documento, "Notas sobre a reunião de Quito", Soeiro apresenta um resumo da reunião de Quito e relata sobre a participação do Brasil, neste encontro:

O Brasil, no presente encontro de Quito, contribuiu não só com sua experiência no trato das questões técnicas atinentes aos problemas de preservação, valorização e utilização dos bens culturais como também em relação à aplicação de legislação específica pertinente, subscrevendo integralmente as indicações relativas à complementação dessa legislação e, bem assim, às da defesas da paisagem e da exportação de obras de arte.

Defendeu o Brasil o estabelecimento de um programa em 2 estágios: o primeiro, de emergência, e curto prazo, para evitar o desaparecimento dos

bens culturais ameaçados de perecimento, que deve ser precedido de intensa campanha de esclarecimento público, pelos meios atuais disponíveis, imprensa, rádio, TV, cinema, publicações, exposições, etc., com o fim de não só chamar a atenção para dever e obrigação das autoridades responsáveis como para os benefícios econômicos que advirão de seu adequado aproveitamento dentre dos respectivos planos nacionais de desenvolvimento. No segundo estágio, seriam estabelecidas as normas para a conservação permanente desses bens (SOEIRO, 1967, p. 4).

A reunião citada acima deu origem a um documento "Normas do Quito" (1967), em que consta a assinatura do então diretor do IPHAN, Renato Soeiro. Este registro é o resultado da necessidade da conservação e utilização do patrimônio monumental e da relação de esforços multinacionais que se comprometeram a realizar os governos da América.

Além disso, neste escrito evidenciam a importância de preservar o espaço em volta do bem cultural. Determina-se que "a idéia do espaço é inseparável do conceito do monumento e, portanto, a tutela do Estado pode e deve se estender ao contexto urbano, ao ambiente natural que emoldura e aos bens culturais que encerra" (Normas do Quito, 1967, p. 2).

As Normas do Quito foram inspiradoras do Programa das Cidades Históricas do Nordeste (PCH)¹⁷ principal ação da administração de Renato Soeiro e um dos mais importantes programas da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral da Presidência da República, durante o Regime Militar (AZEVEDO, 2013, p. 30).

2.2.3 Os Encontros de Governadores para Preservação do Patrimônio (1970 e 1971)

Com o propósito de organizar e institucionalizar as ações do "Plano Estratégico de Ação" foram realizados os Encontros de Governadores para Preservação do Patrimônio, que aconteceram em Brasília, em 1970, e em Salvador, em 1971.

¹⁷ A partir de 1979, o Programa das Cidades Históricas do Nordeste passou a ser conhecido como Programa das Cidades Históricas, pois foi expandido para outras regiões do país.

O Encontro de Brasília (1970) originou um documento que ficou conhecido como Compromisso de Brasília. Neste foram estabelecidas as linhas gerais da nova política de preservação. A partir do plano estruturado por Renato Soeiro, se fundaria, basicamente, uma ação integrada da União, estados e municípios, sob a orientação e coordenação da DPHAN e com a ação supletiva de órgãos estaduais e municipais especialmente criados para esse fim. Assim, a DPHAN auxiliaria estes na elaboração de leis voltadas para a preservação do patrimônio, na criação de cursos em níveis superiores, médio e artesanal, sendo indispensável criar cursos visando à formação de arquitetos restauradores, conservadores de pintura, escultura e documentos, arquivologistas e museólogos de diferentes especialidades (1970, p. 2).

O Compromisso de Brasília também enfatizava a inclusão da questão da preservação no currículo escolar em todos os níveis, e definia o culto ao passado como “elemento básico da formação da consciência nacional”. Para isso recomendava-se a instituição de museus regionais, que documentem a formação histórica tendo em vista a educação cívica e o respeito da tradição.

Essa inclusão nos currículos escolares deveria seguir os seguintes critérios: no nível fundamental, noções que estimulassem a atenção para os monumentos representativos da tradição nacional; no nível médio, a partir da disciplina de Educação Moral e Cívica¹⁸; no nível superior, a introdução, no currículo das escolas de Arte, da disciplina de História da Arte no Brasil; e nos cursos não especializados, a de Estudos Brasileiros parte destes consagrados aos bens culturais ligados à tradição moral.

Sendo assim, observa-se que Soeiro desde o planejamento da sua gestão (como foi analisado no plano de ação) se preocupou com a educação patrimonial. No ensino fundamental como forma das crianças e jovens conhecerem sobre bens patrimoniais e da importância de preservá-lo. Em relação ao ensino técnico, superior e pós graduação havia a preocupação em formar mão de obra qualificada.

Além disso, nesse encontro foi estabelecido que: dever-se-ia preservar o patrimônio paisagístico e arqueológico dos terrenos da Marinha, a partir de legislações

¹⁸ A disciplina Educação Moral e Cívica foi criada em setembro de 1969, por meio do decreto-lei n.º 869. Subscrito pelos ministros militares, foi instituído como disciplina obrigatória nas escolas do país.

que permitissem tais concessões. Caberia as secretarias competentes dos Estados a promoção do acervo dos bens culturais da devida área, utilizando os meios de comunicação em massa; destacou-se necessidade o entrosamento com a hierarquia eclesiástica e superiores de ordens religiosas e confrarias, para que as obras que sejam realizadas em imóveis de valor histórico ou artístico de sua posse, guarda ou serventia, sejam precedidas da audiência dos órgãos responsáveis pela proteção dos monumentos; dar-se-ia preferência em utilizar imóveis de valor histórico e artístico, que a proteção seja dever do poder público, para serem usados para atividades culturais; dentre outras recomendações.

Este acordo foi assinado pelo ministro da Cultura e Educação, Jarbas Passarinho, governadores de Estado presentes à reunião por este convocada, Secretários de Estado, Diretores dos Departamentos de Cultura, Diretores dos Conselhos Estaduais de Defesa do Patrimônio Histórico, pelos presidentes do CFC, professor Artur Cesar Ferreira Reis, do Patrimônio Histórico Nacional, professor Renato Soeiro, presidente do Instituto Histórico Brasileiro, professor Pedro Calmon, e delegados de outras entidades culturais do país representadas no conclave.

O II Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio ocorreu em Salvador (1971). No documento escrito e aprovado nesta reunião os presentes reafirmaram as decisões do Compromisso de Brasília e acrescentaram-lhe novas diretrizes, voltadas para a operacionalização da política estabelecida. Os principais pontos do chamado Compromisso de Salvador são relativos à complementação da legislação de proteção para melhor adequá-la às novas tarefas, às formas de financiamento das operações de conservação e à integração de agências governamentais das áreas de meio ambiente, habitação e turismo no sistema de preservação.

Dentre estas recomendações estava a criação de um Ministério da Cultura e de secretarias em âmbito estadual, elaboração de uma legislação complementar a fim de ampliar o conceito de visibilidade de bem tombado, bem como estender o sentido de proteção mais eficiente dos conjuntos paisagísticos, arquitetônicos e urbanos de valor cultural e de suas ambiências.

Renato Soeiro ao destacar a importância da participação dos estados e dos municípios na proteção do patrimônio regional, ele enfatizou a dificuldade de preservar os conjuntos arquitetônicos diante das pressões provocadas pela urbanização e modernização das cidades. Segundo o diretor da DPHAN, a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e regional dependia do reconhecimento do poder público e dos grupos sociais da importância daquele bem cultural para a nação e seu potencial de gerar desenvolvimento por meio do investimento no turismo (SOEIRO, 1971).

Era necessário associar preservação-turismo para que os órgãos de defesa do patrimônio cultural conseguissem contornar a pressão que o crescimento econômico e a ampliação da infraestrutura do país se tornaram no governo federal para autorizar intervenções drásticas nos conjuntos arquitetônicos e reservas naturais já preservados. Dessa maneira, a política de proteção não aparecia como impedimento ao processo de desenvolvimento econômico, ao contrário, movimentava positivamente a economia do país pelos recursos gerados com o turismo (MAIA, 2012, p. 167).

No Compromisso de Salvador, também foi estipulado que os governos estaduais incluíssem no ensino de 2º grau, um curso complementar de estudos brasileiros e museologia, que permitisse aos diplomados a prestação de serviços nos museus do interior, onde haja profissional de nível superior. Também recomendaram que na organização do Departamento de Assuntos Culturais (DAC)¹⁹ fossem previstas maiores possibilidades de apoio e estímulo às manifestações de caráter popular e folclórico, através do órgão específico federal e por fim sugeriu que os estados criem um calendário anual com as datas destas festividades tradicionais e folclóricas, e que apoiem a organização destas.

Em relação às questões financeiras, recomendou-se a convocação do Banco Nacional de Habitação e dos demais órgãos financiadores de habitação para colaborarem no custeio de todas as operações necessárias à realização de obras em edifícios tombados. Sugeriu-se também, em âmbito nacional e estadual, a criação de

¹⁹ O Departamento de Assuntos Culturais (DAC) foi criado a partir do decreto n.º 66.967, de 27 de julho de 1970. Sob direção de Renato Soeiro. No DAC, Soeiro criou o primeiro esboço de política cultural integrada do país, com o Programa de Ação Cultural (PAC), em 1973.

fundos provenientes de dotações orçamentárias e doações ou outros incentivos fiscais, para fins de atendimento à proteção dos bens naturais e de valor cultural especialmente protegido por lei. Além disso, enfatizou-se que era necessária na reorganização do IPHAN, a concessão de condições especiais em recursos financeiros e humanos, capazes de permitir o pleno atendimento e seus objetivos (MEC & IPHAN, 1971, p.2).

2.2.4 Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural (1972)

Em 1972, liderando a delegação brasileira, Soeiro participou do Comitê Especial de Peritos Intergovernamentais responsáveis de preparar Projetos de Convenção e Recomendação aos Estados Membros da UNESCO sobre a Proteção de Monumentos, Conjuntos e Lugares Históricos, realizado em Paris, de 4 a 22 de abril. Esta reunião contou com a participação de delegados de 52 países. Soeiro foi eleito o vice presidente deste Comitê. Os países europeus, asiáticos e latino-americanos queriam que a temática fossem os monumentos, conjuntos e lugares históricos, de acordo com o que havia sido convocado na reunião. Contudo os Estados Unidos e o Canadá, que possuem grandes parques e paisagens naturais, insistiram para que o foco fosse ser o patrimônio natural, como anuncia matéria publicada no Jornal do Brasil, em 8 de abril de 1972.

Segundo Azevedo, Soeiro procurou evitar o confronto dos dois grupos, ele manteve o tema dos valores culturais sem desconsiderar o patrimônio natural. Dessa maneira, à proposta final adquire uma amplitude que não possuía originalmente. Esta era a reunião preparatória da 17ª Assembleia da UNESCO, realizada de 17 de Outubro a 21 de Novembro do mesmo ano em Paris, que aprovou a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural e a Recomendação para a Proteção, em âmbito nacional, do Patrimônio Cultural e Natural. Assim, Soeiro teve uma participação importante na organização desta convenção, uma vez que foi vice presidente da reunião que coordenou os trâmites para esta convenção. (AZEVEDO, 2013, p. 43).

Na Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972), cada país identificou e delimitou os diferentes bens situados no seu território, sejam monumentos, conjuntos, lugares de interesse culturais e naturais.

Assim, analisaram a situação desses bens e constataram que em âmbito nacional, o patrimônio cultural e o patrimônio natural estão cada vez mais ameaçados de destruição; que a degradação ou o desaparecimento desses bens constitui um empobrecimento efetivo do patrimônio; e consideraram que as convenções, recomendações e resoluções internacionais existentes no interesse dos bens culturais e naturais demonstram a importância que constitui, para os povos, a salvaguarda de tais bens, únicos e insubstituíveis, qualquer que seja o povo a que pertençam; entre outras observações.

Para estes fins, no documento desta convenção é destacado:

Com o fim de assegurar uma protecção e conservação tão eficazes e uma valorização tão activa quanto possível do património cultural e natural situado no seu território e nas condições apropriadas a cada país, os Estados parte na presente Convenção esforçar-seão na medida do possível por:

a)Adoptar uma política geral que vise determinar uma função ao património cultural e natural na vida colectiva e integrar a protecção do referido património nos programas de planificação geral;

b)Instituir no seu território, caso não existam, um ou mais serviços de protecção, conservação e valorização do património cultural e natural, com pessoal apropriado, e dispondo dos meios que lhe permitam cumprir as tarefas que lhe sejam atribuídas;

c)Desenvolver os estudos e as pesquisas científicas e técnica e aperfeiçoar os métodos de intervenção que permitem a um Estado enfrentar os perigos que ameaçam o seu património cultural e natural;

d)Tomar as medidas jurídicas, científicas, técnicas, administrativas e financeiras adequadas para a identificação, protecção, conservação, valorização e restauro do referido património; e

e)Favorecer a criação ou o desenvolvimento de centros nacionais ou regionais de formação nos domínios da protecção, conservação e valorização do património cultural e natural e encorajar a pesquisa científica neste domínio (Art. 5º Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, 1972).

Nesta reunião também se criou junto da UNESCO o Comitê do Patrimônio Mundial. Este seria composto por quinze Estados eleitos em assembléia geral no decurso de sessões ordinárias da Conferência Geral da UNESCO. Ficou previsto também, que o número de membros deste Comitê será elevado até vinte e um, a partir do momento em que quarenta Estados fizerem parte deste Comitê (Art. 8º Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, 1972).

Ademais, se determinou que assistissem às sessões do Comitê com voto consultivo um representante do Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais (Centro de Roma), um representante do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) e um representante da União Internacional para Conservação da Natureza e Seus Recursos (UICN), aos quais poderão ser acrescentados, a pedido dos Estados parte, reunidos em assembléia geral no decorrer das sessões ordinárias da Conferência Geral da UNESCO, representantes de outras organizações intergovernamentais com objetivos idênticos (Art. 8º Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, 1972).²⁰

O diretor da UNESCO juntamente com estes representantes eram responsáveis pela preparação da documentação do Comitê, a ordem do dia das suas reuniões e da certificação da execução das suas decisões.

²⁰ O Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais foi criado como resultado de uma proposta apresentada na Conferência Geral da UNESCO em Nova Deli, em 1956. Três anos depois, o Centro foi criado em Roma. Este Centro é uma organização intergovernamental dedicada à preservação do patrimônio cultural em todo o mundo através de programas de formação, informação, pesquisa, cooperação e advocacia. Destina-se a potenciar o campo de conservação-restauro e consciencializar para a importância e fragilidade do patrimônio cultural.

O ICOMOS, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, teve a sua criação em 1965, como resultado dos primeiros encontros organizados por arquitetos, historiadores e especialistas internacionais no início do século XX e que se materializou na adoção da Carta de Veneza em 1964. Esta é uma organização não governamental global associada à UNESCO. A sua missão é promover a conservação, a proteção, o uso e a valorização de monumentos, centros urbanos e sítios. Participa no desenvolvimento da doutrina, evolução e divulgação de ideias, e realiza ações de sensibilização e defesa.

A UICN foi fundada em 1948. A missão desta organização é influenciar e assistir sociedades para a conservação da natureza, e assegurar que todo e qualquer uso dos recursos naturais seja equitativo e ecologicamente sustentável. A colaboração com governos nacionais e locais, comunidades e outros organismos, para que sistemas de áreas protegidas sejam criados e geridos corretamente, é uma das especialidades da UICN e constitui um de seus focos principais e das organizações que a compõem.

2.2.5 O Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas do Nordeste (PCH)

Uma das principais ações que Soeiro participou como diretor do IPHAN e do DAC foi o Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas do Nordeste, conhecido como PCH. Este pode ser considerado o primeiro programa do governo federal que investiu significativamente na preservação do patrimônio cultural urbano, abrangendo-o dentro da perspectiva do desenvolvimento urbano e regional e do planejamento governamental no Brasil (CORREA & FARIA, 2011, p. 20).

De acordo com o que foi relatado por Henrique Oswaldo de Andrade à Sandra Magalhães Correa, a ideia do PCH surgiu a partir de uma visita à Olinda, do então ministro do Planejamento e Coordenação Geral (Miniplan), João Paulo dos Reis Velloso, no final de 1972 e início de 1973. Velloso teria se sensibilizado com a situação da cidade, apresentada por Ayrton Carvalho, diretor do 1º Distrito Regional do IPHAN (Pernambuco), em que este afirmou a falta de recursos humanos e materiais para enfrentar a degradação dos centros históricos brasileiros (CORREA, 2012, p.123 e 124).

Neste momento ocupavam altos cargos do governo federal homens naturais de duas regiões menos desenvolvidas do país: Jarbas Passarinho, acreano, Ministro da Educação e Cultura; João Paulo Reis Velloso, piauiense, da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral da Presidência da República e, depois do Ministro Passarinho, estava Renato Soeiro, paraense, diretor do IPHAN e Josué Montelo, maranhense, diretor do Conselho Federal de Cultura. Esses homens estavam muito impressionados com a possibilidade de desenvolvimento das regiões Nordeste e Norte através do turismo cultural. Essa era uma oportunidade para crescer aquelas regiões e moderar as tensões sociais na região, evitando uma conflagração como ameaçavam as Ligas Camponesas (AZEVEDO, 2015, p.243).

Após a aprovação pelo Presidente da República da EM 301-B/72, em 29 de dezembro, foram indicados os representantes do Grupo de Trabalho escolhido por Velloso para trabalhar em cima do problema avistado por ele. Foram indicados: Renato Soeiro (diretor do DAC e do IPHAN), da Educação e Cultura, Ney Tinoco (diretor da

Embratur), da Indústria e Comércio, Edileusa Rocha (da Sudene), do Interior. Representaram o Miniplan Affonso de Lima Vitule (Secretário Geral Adjunto), Fernando Quintela (coordenador do GT) e Luiz Siqueira (Assessor - Secretário Executivo do GT). Este grupo ficou responsável por traçar um plano de ação. As viagens começaram a serem realizadas em 1973 (CORREA, 2012, p.124 e 125).

O principal objetivo do PCH era o desenvolvimento econômico do Nordeste através da atividade turística, tendo como notável capital o patrimônio cultural. Ao sugerir soluções para áreas degradadas, presumia-se a reativação econômica regional, ou a redistribuição das atividades. Esse pensamento estava sendo discutido em âmbito internacional. Como foi visto anteriormente, a ideia de agregar valor econômico ao valor cultural foi uma das recomendações das Normas de Quito, em que a valorização econômica da cultura é vista como uma forma de democratização de acesso à mesma para as maiorias populares.

Os recursos do PCH provinham do Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados (FDPI) e dos orçamentos dos governos estaduais e municipais envolvidos no programa. O FDPI era um dos fundos da Secretaria de Planejamento (SEPLAN), criado para auxiliar financeiramente programas regionais integrados de desenvolvimento e programas urbanos. Este fundo também podia ser utilizado para financiar projetos que possuíssem a autorização do Presidente da República, como foi o caso do PCH (SANT'ANNA, 1995, p. 144).

Na etapa Nordeste do PCH as entidades federais comprometidas eram a SEPLAN, o IPHAN, a EMBRATUR e a SUDENE, essas últimas participaram somente das avaliações de projetos dentro de sua área de competência. A intenção era estadualizar e, em seguida, municipalizar (o que não foi feito) a execução das ações de preservação, incluindo-as num sistema federal de contribuição técnica e financeira. Contudo, o sistema funcionou assim apenas parcialmente. O IPHAN, com sua verba específica, se envolveu também na execução de ações, permanecendo em dois sistemas paralelos: um do PCH propriamente dito e um exclusivo do IPHAN, que prosseguiu formulando sua política de proteção e conservação de modo independente e não obrigatoriamente integrado.

Segundo Márcia Sant'anna, no final desta fase do PCH, observa-se que dentre os vinte e dois projetos concluídos até 1976, apenas seis eram capazes de gerar os recursos para sua própria conservação. Porém, esta questão não aparecia com peso nas avaliações e relatórios deste programa. Para a autora "o Estado era um péssimo conservador, deixando que todos aqueles imóveis restaurados se deteriorassem". Assim, a autora analisa que o sucesso do programa no Nordeste foi mais vinculado às obras em importantes monumentos que foram realizadas no período e aos expressivos recursos financeiros destinados à preservação, do que aos resultados globais (1995, p. 148).

O montante dos recursos movimentado pelo PCH provocou o interesse imediato dos estados do Sudeste, inicialmente para os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo e Mato Grosso. Entretanto, o desempenho do PCH no Sudeste não foi tão bom quanto no Nordeste. Exceto em Minas Gerais, onde foram desenvolvidas várias ações em conjunto com organismos estaduais; no Rio de Janeiro foi feito muito pouco, e no Espírito Santo o programa não saiu das intenções. O volume de recursos destinados à região foi significativo. No final da gestão de Renato Soeiro no IPHAN, 102 projetos haviam sido beneficiados pelo PCH. Sendo que, 61 estavam concluídos e cerca de 1.500 empregos permanentes haviam sido gerados (SANT'ANNA, 1995, p. 149).

Em relação à atuação do IPHAN no programa, o instituto estava envolvido desde os primeiros momentos da organização do PCH. Coube ao IPHAN o papel de analisar as intervenções no que se referia à sua preservação física. Isso garantiu a essa instituição a legitimidade exclusiva para análise dos aspectos relacionados às técnicas e ao projeto de restauração. Além disso, o IPHAN recebeu recursos para atender às cidades denominadas "prioridade 3", cuja aplicação era de sua exclusiva responsabilidade, não precisando de aprovação do Ministério do Planejamento.

Segundo Sandra M. Correa, parece que a parceria teve seus papéis definidos separadamente, e então, não se confirmou uma articulação para efetivar uma política única de recuperação das cidades históricas estruturada pelos mesmos órgãos. Desse modo, Correa cita Marcia Sant'Anna:

Com sua verba específica, o IPHAN não deixou de se envolver também na execução das ações, mantendo-se, na verdade, dois sistemas paralelos; um do PCH propriamente dito e um exclusivo do IPHAN, que continuou formulando sua política de proteção e conservação de modo independente e não necessariamente integrado. (SANT'ANNA, 1995, p. 165 APUD CORREA, 2012, p.142).

Além disso, o IPHAN além da participação no PCH continuou gerindo a preservação dos bens patrimoniais que o programa não abrangia.

No que se refere a resultados quantitativos, até 1979 foram investidos 17,3 milhões de dólares provenientes do Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados (US\$ 9 milhões no Nordeste, de 1973 a 1979, e US\$ 8,3 milhões no Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo de 1977 a 1979). Com esses recursos foram realizadas 143 obras em monumentos (85% dos investimentos); cursos de qualificação de mão de obra nos três níveis (superior, intermediário e operário); planos urbanísticos; e algumas obras em espaços públicos (urbanos).

Em 1979, inicia-se uma nova fase no PCH. Este programa foi estendido a todo país e incorporado ao IPHAN. Mesmo a instituição tendo menores recursos que a SEPLAN-PR, Soeiro não desanimou e acreditou que poderia contar com os recursos destinados à habitação social do Banco Nacional da Habitação, BNH, como afirma no texto abaixo:

Uma nova etapa é aguardada com a incorporação definitiva do Programa (das Cidades Históricas) ao IPHAN e o envolvimento indispensável com outros setores da Administração Pública e da área privada, o que deverá resultar na cooperação de organismos federais de financiamento para a tarefa de preservação e valorização do acervo residencial dos bairros e núcleos urbanos tombados. Somente uma ação conjunta com aqueles organismos financeiros aliados, mais uma vez, aos órgãos de cultura será possível resguardar a nossa identidade cultural, possibilitando, de maneira democrática, a solução para o problema que a coletividade brasileira enfrenta para garantir estes direitos básicos do indivíduo: o da habitação e o da livre transmissão da cultura SOEIRO, 1979, APUD AZEVEDO, 2015, p.246).

O PCH foi uma das maiores realizações na gestão de Renato Soeiro no IPHAN. Embora não tenha sido uma ação exclusiva do instituto, a estruturação deste programa a

participação de Soeiro. E neste projeto ele conseguiu unir algumas das suas ideias em relação à preservação do patrimônio no Brasil, como: a proteção do entorno e não só do bem cultural, a utilização do bem para o turismo; a arrecadação de verba com essas atividades para o desenvolvimento do país, principalmente das regiões Norte e Nordeste.

2.2.6 Curso de Especialização em Restauração e Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos (CECRE)

Em 1974, 1976 e 1978, foram realizados três cursos, em estados do Brasil, organizados como demanda do MEC e do IPHAN nos Encontros de Governadores de 1970 e 1971. A partir do PCH, com sua utilização para fins turísticos, a incitação aos cursos tornou-se prioridade. O sucesso do projeto, contou com a participação de professores e alunos de diversos lugares do Brasil, da América Latina e da Europa, o que levou à sua continuidade, permanecendo na Bahia até os dias de hoje, e, desde 2009, como curso de Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos (NASCIMENTO, 2016, p. 207).

Em 1974, o PCH financiou a participação de funcionários do IPHAN e de entidades estaduais no Curso de Conservação e Restauo, executado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP) em conjunto com o próprio IPHAN e o Condephaat. Segundo Lowande, o curso teve como coordenadores os arquitetos Nestor Goulart dos Reis Filho (professor da FAU/ USP), Luís Saia (da Delegacia Regional do IPHAN em São Paulo) e Ulpiano Bezerra de Menezes (FAU/USP). A realização desse curso atendia às recomendações dos compromissos de Brasília e Salvador, que propunham a realização de cursos de especialização na área de preservação e conservação e a realização de parcerias entre o IPHAN e as universidades (LOWANDE APUD CORREA, 2016, p. 41).

Segundo Flávia Brito do Nascimento, o “Curso de 1974”, como ficou conhecido, transformou-se em um lugar de memórias da constituição das políticas de preservação no estado de São Paulo. As aulas lecionadas pelo francês Varine-Bohan tiveram um

caráter inovador, responsáveis por mudar o pensamento cristalizado pelas práticas do “velho IPHAN” (2016, p.208).

Embora o primeiro curso só tenha acontecido em 1974, logo após o Encontro de Salvador começaram as trocas de ofícios para a organização do curso em São Paulo. O professor Nestor Goulart Reis Filho, iniciou em 1969 um diálogo com o IPHAN para a proposta de um curso. Em 1970, ele esteve presente ao Encontro de Governadores em Brasília levando seu livro “Quadro da Arquitetura no Brasil, estruturado a partir de artigos publicados na imprensa. Ainda em 1970, Luiz Saia, como conselheiro do Condephaat deu parecer favorável à efetivação do curso, ressaltando que São Paulo, além do Rio de Janeiro, era o único lugar em que se encontrava a documentação gráfica do IPHAN, portanto, indispensável para a realização do curso (NASCIMENTO, 2016, p. 214).

Em 1970, o curso foi aprovado pelo Conselho da USP. Em 1971 foram divulgadas notas do convênio entre a Secretaria de Cultura e de Esportes de São Paulo e o Ministério da Educação e Cultura para realização na FAU/USP do curso de Especialização sobre arquitetura tradicional com ênfase nos trabalhos de restauração, ambientação e aproveitamento de monumentos. Os recursos seriam repassados da Secretaria de Estado de Cultura de São Paulo, no valor de trezentos mil cruzeiros, para o “custeio de viagens, manutenção e remuneração de professores, contratação de serviços necessários à organização e funcionamento do curso, inclusive sua secretaria e tarefas de registro e reprodução de aulas”. A distribuição de verbas seria para o diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo que o gerenciaria (NASCIMENTO, 2016, p. 214).

Em 1974, o curso, que na divulgação já era denominado de “Curso de Restauração e Conservação de Monumentos e Conjuntos Arquitetônicos”, teve uma grande divulgação através de ofícios aos governadores de estado, prefeitos, às universidades e diretorias locais de patrimônio.

Em 1976, o PCH financiou integralmente, por meio de um convênio com o Centro de Artes, Arquitetura e Comunicação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco, novo curso para formar arquitetos

ou engenheiros, com duração de quatro meses. Os participantes obrigatoriamente deveriam ser funcionários de entidades estaduais envolvidas na execução do programa. O projeto objetivava, além da qualificação profissional, suprir a falta de bons projetos de intervenção no PCH. Desse modo, durante o curso, o profissional deveria desenvolver um anteprojeto para uma obra de restauração que fizesse parte do plano estadual apresentado e aprovado pelo programa. A responsabilidade de garantir as condições para finalização do projeto executivo e dos complementares quando do retorno do profissional à entidade estadual era da entidade local que o indicou. O programa era encarregado de garantir os recursos necessários à execução da obra de restauração (CORREA, 2016, p. 41 e 42).

A terceira edição do curso ocorreu em Minas Gerais, em 1978, com duração de seis meses. O quarto curso aconteceu em 1981, sob associação com o Centro de Estudos de Arquitetura da Bahia (CEAB), este foi vinculado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, quando recebeu o nome de Curso de Especialização em Restauração e Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos (CECRE).

A partir da inserção do CECRE em Salvador e da adesão pela UFBA, o curso conquistou um importante reconhecimento. Assim, em 1983, o Curso de Especialização em Conservação e Restauração em conjunto com o Curso de Especialização em Planejamento Urbano e Regional (CEPUR) deram origem ao Mestrado Acadêmico em Arquitetura e Urbanismo (MAU UFBA), precursor do atual Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU UFBA). Um programa de grande referência para a área de Arquitetura, Urbanismo e Design no Brasil.

Em 2009, o CECRE foi transformado em mestrado profissional, e fazendo o caminho inverso, passou a fazer parte do PPGAU.²¹

Assim, observa-se que em relação à implantação de cursos de especialização, técnico, superior e pós graduação, defendida por Renato Soeiro como constava no seu plano de ação, foi iniciada ainda durante sua administração no IPHAN. E a partir desta

²¹ Disponível em: <https://cecre.ufba.br/historico>.

influência foi se desenvolvendo e hoje se concretiza em um mestrado profissional de renome no Brasil.

2.2.7 Reforma na estrutura administrativa e mudança para IPHAN

Enquanto, as ações citadas anteriormente estavam em andamento, aconteceram mudanças no interior da DPHAN. Em 1970, ocorreu a reorganização do MEC, pelo Decreto nº. 66.967, de 27 de julho. Houve algumas modificações na estrutura ministerial, dentre elas, a nova denominação Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que substituiu a DPHAN. Além disso, este instituto passou a ser vinculado a DAC. No entanto, somente em 1976, com a Portaria nº. 230 adotaram-se um novo regimento interno que modificou a organização do Instituto.

As competências do IPHAN foram definidas na Portaria como:

A catalogação sistemática e a proteção dos arquivos estaduais, municipais, eclesiásticos e particulares, cujos acervos interessem à história nacional e à história da arte no Brasil. A coordenação e a orientação das atividades dos museus federais que lhe forem subordinados [...] e o estímulo e a orientação no País da organização de museus de arte, história, etnografia e arqueologia. A realização de exposições temporárias de obras de valor histórico e artístico, assim como de publicações e quaisquer outros empreendimentos que visem difundir, desenvolver e apurar o conhecimento do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e paisagístico do País (MEC, 1976, art. 1).

Foram incluídas na estrutura do Instituto nove diretorias regionais que seriam os órgãos de execução das atividades finais do IPHAN, uma em cada região. Também foram criadas algumas seções, tais como: a Divisão de Museus e de Difusão Cultural e a Divisão de Arqueologia, além de outras de natureza puramente administrativa, como era o caso das divisões de Pessoal e de Execução Orçamentária e Financeira.

Então, essa “descentralização” das ações de preservação do patrimônio, contribuiu para a efetivação, no campo patrimonial, do trabalho de construção da unidade a partir da diversidade, uma vez que, se passou a “buscar” em diferentes regiões aspectos que representassem a diversidade e a pluralidade da unidade nacional.

A aparente divisão que se estabeleceu na área do patrimônio entre valor “nacional” e valor “regional” ocultava a questão da “heterogeneidade” da cultura brasileira, visto que, eles não se excluíam, e complementavam-se na diversidade da identidade da nação. Embora os critérios estético-estilísticos utilizados demarcassem uma diferenciação no momento da proteção legal, o incentivo à preservação dos aspectos locais se fazia necessário para reforçar a ideia de variedade das culturas dentro de uma unidade nacional (PEREIRA, 2009, p. 79).

A transformação de Diretoria para Instituto e a ampliação da estrutura interna do IPHAN, principalmente no que se refere a departamentos responsáveis pelo orçamento e planejamento, podem ser observadas como consequência do processo de “racionalização” que se manifestou no Estado após 1964, especialmente no planejamento das políticas governamentais (em particular a cultural) (PEREIRA, 2009, p.78).

Essa mudança não foi apenas uma estratégia mais competente de organização, mas correspondeu, de acordo com Ortiz, a um momento de desenvolvimento do capitalismo brasileiro que precisou de reformas internas. Assim como a Política Nacional de Cultura e as demais instituições estatais criadas neste período, a referida transferência é fruto dos novos incentivos à área cultural provenientes da euforia do “milagre econômico” (2006, p. 81).

Tais modificações geraram uma maior independência administrativa do órgão, possibilitada pela reforma administrativa da década de 1960. Desse modo, o IPHAN adquiriu certa autonomia face ao Ministério da Educação e Cultura, uma vez que passou a possuir estruturas administrativas próprias. Em 1978, o Decreto nº. 81.454 modificou a denominação do órgão supervisor do IPHAN: o DAC passou a Secretaria de Assuntos Culturais (Seac), mas não foi alterada sua relação com o Instituto.

2.3 O Conselho Federal de Cultura (CFC) e o Departamento de Assuntos Culturais (DAC)

O Conselho Federal de Cultura foi criado pelo do Decreto-Lei nº 74 de 21 de novembro de 1966, e instalado a partir do Decreto nº 60.237, de 27 de fevereiro de 1967, como órgão consultivo e de assessoria ao ministro da educação e cultura. O Conselho teve um duplo objetivo: a orientação da função política da cultura e do papel estatal no setor e, uma disputa no interior do campo cultural pela definição do conceito de cultura e de identidade nacionais.

A proposta de criação de um Conselho no interior do Ministério concentrado ao setor cultural foi de Josué Montello, que assumiria sua presidência, durante um encontro com presidente Castelo Branco na Academia Brasileira de Letras. Inicialmente o CFC era constituído por 24 membros, nomeados pelo presidente da República. Internamente, este conselho era dividido em quatro câmaras: artes, letras, ciências humanas, patrimônio histórico e artístico nacional. Dispunha-se também de uma comissão de legislação e de normas que funcionava como uma quinta câmara. O número de conselheiros por câmara variava de cinco a seis. A comissão de legislação e normas não possuía conselheiros exclusivos, assim, esta era formada por membros oriundos nas outras câmaras (CALABRE, 2006, p. 82).

Os membros do Conselho foram divididos entre as Câmaras conforme sua formação e experiência profissional. O Conselho era composto em parte por intelectuais atuantes no aparelho burocrático desde a década de 1930.

A distribuição de tarefas e a autoridade sobre o discurso ficavam nítidas nas comissões permanentes e temporárias. Estas comissões eram espaços similarmente importantes na ação do Conselho. Às comissões temporárias organizavam projetos específicos, enquanto à Comissão de Legislação e Normas elaboravam a redação final dos anteprojetos de lei, dos convênios, das regras para distribuição de verbas, do regimento interno, dentre outras documentações.

Na presidência da Comissão de Legislação e Normas, Afonso Arinos de Melo Franco permaneceu entre 1967 e 1975. Sua larga experiência como jurista e no

Congresso Nacional qualificou-o ao cargo. Nessa comissão também atuavam Gustavo Corção, Hélio Vianna, Pedro Calmon, Rodrigo Melo Franco de Andrade. Raymundo Moniz de Aragão e Raymundo Faoro ingressariam, respectivamente, com o falecimento de Rodrigo Melo Franco de Andrade e Hélio Vianna. Outra comissão foi designada para a criação de leis em defesa do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cujos integrantes foram Pedro Calmon, Renato Soeiro, Manuel Diégues Júnior, Burle Marx e Josué Montello (MAIA, 2012, p. 60).

Renato Soeiro tomou posse do cargo no CFC em 1969, quando substituiu Rodrigo M. F. de Andrade que faleceu. Em seguida, trecho do discurso de posse de Renato Soeiro no CFC:

A indicação feita pelo Senhor Ministro da Educação e Cultura, Deputado Tarso Dutra, e acolhida pelo Senhor Presidente da república, para o atual Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional integrar este Egrégio Conselho Federal de Cultura, na vaga de Rodrigo Mello Franco de Andrade, é ato que muito honrado agradeço e registro como das mais expressivas manifestações de apreço e reconhecimento àquele órgão, por ele criado em 1937 e dirigido até princípios de 1967, quando se aposentou e então o sucedi.

A sucessão que agora me cabe, entretanto, é pela sua ausência definitiva. Se difícil fôra substituí-lo na DPHAN - onde entrei em 1939 quase diretamente da antiga Escola Nacional de Belas Artes - somente por ter recebido a assistência generosa de sua inteligência desde os primeiros encargos de que fui incumbido como arquiteto do antigo Serviço Histórico e Artístico Nacional é que estarei ocupando seu lugar, neste Conselho, para prosseguir no trabalho que aqui vinha ele realizando (SOEIRO, 1969, p. 100).

As principais funções do CFC foram definidas e hierarquizadas no documento de sua criação: preservar o patrimônio e elaborar uma política nacional para o setor. É no âmbito do patrimônio que o Estado exerce uma das suas notáveis ações na cultura. O conceito de patrimônio cultural, nesta ocasião, incluía as obras artísticas e arquitetônicas de valor histórico, os museus, as bibliotecas, os teatros, as academias de letras e os institutos históricos, as cerimônias cívicas, as grandes obras da literatura, as festas populares, os centros históricos, a produção intelectual e científica. O patrimônio era

toda atividade cultural que destacasse a “comemoração do passado legítimo” e os aspectos da “verdadeira essência nacional” (MAIA, 2009, p. 3).

Eram direcionados ao CFC muitos pedidos de auxílio financeiro para pesquisa, aquisição de equipamentos, de acervos, de passagens, de imóveis; realização de congressos, espetáculos, festivais, homenagens e entre outros. Também havia solicitações de pareceres e estudos sobre diversas questões, tais como a da destruição de sambaquis ou de jazigos com valor histórico, por exemplo. O conselho também tinha como função o reconhecimento das instituições culturais. Inclusive projetos de lei e normas jurídicas, do campo da cultura, eram criados ou analisados pelo órgão, como, por exemplo, os projetos para criação do Plano Nacional de Cultura, a instituição de casas culturais, a formação da Secretaria de Cultura. As solicitações eram transformadas em processos e distribuídas para análise pelas respectivas áreas. Nas câmaras, um conselheiro era responsável por analisar o processo e emitir um relatório, que era relatado e votado em reunião plenária (CALABRE, 2006, p. 82).

Em 1968, o CFC organizou a “I Reunião Nacional dos Conselhos de Cultura”, realizada entre os dias 22 e 24 de abril, em Brasília. Esta reunião foi uma estratégia política do Conselho para agilizar o processo de criação de conselhos ou secretarias estaduais.

O debate sobre as dificuldades orçamentárias dominou as reuniões do grupo de trabalho (GT) criado para estudar a reforma e a atualização das instituições culturais. O GT era composto por membros do CFC, diretores de instituições culturais e representantes dos ministérios da Fazenda e do Planejamento pelo Decreto nº 63.235, de 12 de setembro de 1968. O GT era formado por Josué Montello (presidente do CFC), Pedro Calmon (CFC), Iolanda Penteadó (Museu de Arte), Donatelo Grieco (chefe do Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores), Renato Soeiro (diretor da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), Umberto Peregrino (diretor do Instituto Nacional do Livro), Joracy Camargo e dois representantes técnicos indicados pelos ministérios da Fazenda e do Planejamento. Os recursos destinados ao setor cultural eram distribuídos para diversos órgãos do MEC.

Ao final das reuniões, o GT recomendou a criação da Secretaria de Assuntos Culturais, como solução à ineficiente gestão administrativa do MEC para o setor cultural, marcada pelo improvisado e descentralização das políticas culturais.

Os intelectuais do CFC ressaltavam a necessidade de um órgão executivo, dedicado à rotina burocrática e, principalmente, que prescindisse o Conselho dos encargos executivos aceitos pela ausência de um órgão específico.

Segundo Tatyana Maia, para os conselheiros, a principal função do Conselho era funcionar como um orientador das políticas culturais, como um órgão normativo e de assessoramento ao ministro, tal como definido no decreto de sua criação e corroborado em seu regimento.

“A estrutura administrativa da Secretaria deveria contemplar às áreas do patrimônio histórico e artístico nacional, do patrimônio bibliográfico, da música, das ciências humanas, além, dos serviços administrativos e sociais. O projeto previa que a Secretaria ficaria diretamente subordinada ao ministro da Educação e Cultura e contaria com três serviços: Coordenação Administrativa, Coordenação de Programas Culturais e Coordenação de Intercâmbio e Comunicações. Sua criação ocorreria na Reforma Administrativa.” (MAIA, 2010, p. 39).

O projeto da Secretaria de Cultura desenvolvido pelo GT não foi concretizado de acordo com o proposto. Ao invés de uma Secretaria criou-se o Departamento de Assuntos Culturais (DAC), através do Decreto n.º 66.967, de 27 de julho de 1970, com menor atribuição política do que o que constava no projeto inicial²². Sob direção de Renato Soeiro (diretor do IPHAN e membro do CFC), o Departamento fazia parte dos “Órgãos Centrais da Direção Superior”²³.

²² O decreto n.º. 66.967 de 27 de julho de 1970 reorganizou, a partir das diretrizes da Reforma Administrativa do decreto n.200, de 1967, o aparato administrativo do Ministério da Educação e Cultura.

²³ O artigo 24º do decreto lei nº200 de 25 de fevereiro de 1967, define: " Os Órgãos Centrais de direção superior (art. 22, item II) executam funções de administração das atividades específicas e auxiliares do Ministério e serão, preferentemente, organizados em base departamental, observados os princípios estabelecidos nesta lei."

Segundo Arthur Cezar Ferreira Reis, o DAC estava abaixo das necessidades do setor. Sua estrutura administrativa não era similar à de uma Secretaria, limitando sua área de competência (CFC, 1969, APUD MAIA, 2010, P. 39). A criação do DAC não funcionou para captar recursos políticos para o CFC, diversamente, o Conselho perdeu parte de suas atribuições e viu várias de suas funções transferidas para o novo órgão. Situação que foi intensificada pela criação de grupos-tarefas para a realização de projetos específicos. A partir de então, observa-se a redução da atuação política do Conselho.

Apesar dessas mudanças o CFC foi responsável pela produção das Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura (1973). Sérgio Miceli salienta que este documento enfatizou a necessidade de criação de um novo organismo ou a adaptação de algum órgão já existente, com uma atuação mais efetiva no setor, para este autor o documento indicava a importância da criação de um Ministério para a Cultura (proposta anteriormente nos Encontros dos Governadores). Essa proposta, assim como outras, também apresentava uma preocupação da cultura como formadora da “identidade nacional”. Este escrito afirmava a necessidade de uma ação mais efetiva nesse setor, uma vez que deixar de promover ou de preservar as manifestações e o patrimônio cultural nacional ocasionaria um risco para a segurança nacional. Entretanto, as Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura não foram regulamentadas. (MICELI, 1984, p. 92).

Renato Soeiro ganhou força ao assumir o Departamento de Assuntos Culturais, DAC, acumulativamente com a direção do IPHAN. Aliás, essas instituições possuíam políticas complementares. No DAC, Soeiro criou o primeiro esboço de política cultural integrada do país, com o Programa de Ação Cultural (PAC), em 1973. Neste, o patrimônio cultural era visto como uma cultura viva, "um processo contínuo sem distinção entre passado e presente, entre erudito e popular".

A fim de incentivar as manifestações imateriais, Soeiro criou, em 1975, a Funarte, onde reuniu órgãos anteriormente criados para promoção do teatro e do folclore, mas que não tinham recursos; e reestruturou a Embrafilme que passou a financiar a produção cinematográfica e não apenas distribuir o filme nacional, assim, chegou-se a conquistar 40% do mercado nacional (AZEVEDO, 2016, p. 244).

O Programa de Ação Cultural (PAC) objetivava diminuir a carência de recursos e de profissionais na área cultural do MEC. O PAC operava através de núcleos e grupos-tarefas voltados para o atendimento de várias áreas de produção (teatro, dança, literatura, patrimônio, artes plásticas, etc.). Formalmente, o PAC deveria cumprir três objetivos primordiais: a preservação do patrimônio histórico e artístico, o incentivo à criatividade e à difusão das atividades artístico-culturais, além da capacitação de recursos humanos (MICELI, 1984, p. 56).

Tatyana Maia destaca sobre a importância do PAC nas mudanças no setor cultural, usando as palavras de Isaura Botelho:

Com o Programa de Ação Cultural (PAC) – pela primeira vez a cultura, no MEC, tinha recursos dignos para o estímulo às suas atividades. Ao que tudo indica, o fato de o Programa ter um caráter emergencial e não ter nenhuma orientação prévia em relação à condução de sua política levou-o a ir ocupando os vazios deixados pela dificuldade que a administração direta impunha ao Departamento de Assuntos Culturais. [...] Não é difícil imaginar os conflitos internos resultantes dessa liberdade de ação e do poder do Programa, que abrangia o incentivo à criatividade, à difusão de bens de valor cultural e à preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. Tendo de priorizar a promoção de eventos para evitar as rotas de colisão com outros órgãos do MEC, o PAC acabou por transformar o ministério “num poderoso e moderno empresário de espetáculos, abrindo novas frentes de trabalho no mercado cultural” (BOTELHO, 2000, p.62 APUD MAIA, 2012, p. 101 e 102).

Além dessas ações, houve a aprovação da Política Nacional de Cultura (PNC) em 1975. O lançamento da PNC demonstrou o reconhecimento oficial da importância de incluir a cultura nos planos de desenvolvimento do governo para o país. A atuação do Estado na área da cultura, que até então havia se limitado em planos e projetos circunstanciais, assumiu um lugar na política geral de desenvolvimento e segurança do governo. De acordo com Miceli, "foi a única vez na história republicana que o governo formalizou um conjunto de diretrizes para orientar suas atividades na área cultural, prevendo ainda modalidades de colaboração entre os órgãos federais e de outros ministérios (...), com secretarias estaduais e municipais de cultura, universidades, fundações culturais e instituições privadas" (MICELI, 1984, p.57).

Segundo Vanderli Maria da Silva, Ney Braga esclareceu que o documento pretendia explicitar quais eram as concepções básicas adotadas à definição de "cultura brasileira" e de "política de cultura", quais eram os elementos legais da ação do governo no setor campo cultural, além de estabelecer os objetivos, as diretrizes, e as formas de ação para a área (2001, p. 116).

Observa-se na análise de Vanderli M. da Silva, que o ministro destacou na apresentação do PNC, que tal documento visava estabelecer no âmbito cultural federal "...diretrizes que possam salvaguardar o nosso acervo cultural próprio e caracteristicamente brasileiro, sem, contudo, descuidar da aproximação com a cultura de outros povos e nações, consoante a própria vocação universalista do nosso povo" (PNC, 1975, p. 5 apud SILVA, 2001, p. 117).

Assim, em conforme com Gabriel Cohn, tal documento procura relacionar cultura e desenvolvimento e destacar a importância da política cultural no planejamento nacional. Assim, o autor ressalta que o PNC retoma a ideia das Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura, de que a cultura teria um lugar essencial para ocupar no plano de desenvolvimento do país (1984, p.90).

Portanto, analisa-se que durante o período do regime militar, o desafio das políticas culturais era relacionar desenvolvimento com preservação cultural. A partir, das diversas ações direcionadas pelo IPHAN, DAC e CFC conseguiu-se aprovar um Plano Nacional de Cultura, em 1975, assim, o setor cultural conquistou um lugar na política de desenvolvimento e segurança do governo.

No terceiro e último capítulo, será analisado o final da direção do Renato Soeiro no IPHAN e o início da gestão de Aloísio Magalhães como diretor da instituição. Assim, será historicizado sobre os principais acontecimentos ocorridos neste período e sobre hipóteses para a escolha do novo diretor.

CAPÍTULO 3: O FIM DA GESTÃO DE RENATO SOEIRO: UM BALANÇO DE 1967 A 1979 E A TRANSIÇÃO PARA ALOÍSIO MAGALHÃES

A gestão de Renato de Azevedo Duarte Soeiro como diretor do IPHAN (1967-1979) foi marcada por um período de *boom* do turismo no cenário mundial (do ocidente). Este estava relacionado ao desenvolvimento e crescimento econômico, nos quais os “patrimônios nacionais” tornaram-se um dos instrumentos dessa dinâmica (ORTIZ, 2006, p. 123).

No Brasil, por exemplo, a “indústria do turismo” e a “indústria do cinema” foram elementos que constituíram esse movimento, onde a “ideologia dos empresários da cultura sublinhou a dimensão da distribuição e do consumo no lugar da preservação dos bens culturais” (Idem).

Ao observar este contexto pode-se verificar que por parte do Ministério da Educação e Cultura, do IPHAN e de outros setores relacionados à preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ocorreu um esforço em reordenar o pensamento tradicional da preservação com o desenvolvimento econômico, iniciando um movimento de "comercialização" do patrimônio.

Renato Soeiro, em conforme com a necessidade de transformação do pensamento em relação à preservação do patrimônio, assumiu uma postura crítica às mudanças em curso, como expõe em abril de 1970:

A transformação acelerada das estruturas sociais e econômicas, o desenvolvimento industrial explosivo em certas regiões ameaçam sítios e monumentos que devem ser resguardados. Obras públicas de indiscutível necessidade, planejadas entretanto sem considerar a existência desses valores, a súbita valorização da propriedade imobiliária, o aumento do número de veículos em circulação nos centros urbanos exigindo sempre maior espaço entre outras causas, inclusive de interesse turístico mal ordenado, podem em prazo muito reduzido, destruir ou alterar de maneira irremediável, monumentos ou conjunto de monumentos até então só atingidos pela ação do tempo (...) (SOEIRO, 1970).

De forma breve, o diretor abordou os desafios enfrentados pelo órgão no decorrer dos anos sessenta e setenta, além da falta de recursos, que pressionaram a política de preservação até então adotada. Sendo assim, era notório que o caráter “marcadamente cultural” do SPHAN nas três primeiras décadas, não se adequou ao novo modelo de desenvolvimento. Nas décadas de 1960 e 1970, segundo Fonseca, a ideia de desenvolvimentismo vinculou ao nacionalismo os valores de modernização, gerando tensões agudas dentro do IPHAN, “especialmente na preservação das cidades históricas e dos centros históricos das grandes cidades” (FONSECA, 2005, p.141).

Soeiro teve o grande desafio de alinhar o pensamento ideológico da época ao IPHAN. O então diretor da instituição começou a adotar o discurso da compatibilidade entre preservação e desenvolvimento, a fim de minimizar a ideia de que a preservação do patrimônio impedia a “modernização” e o “progresso” da sociedade. Era possível que o país crescesse economicamente, se desenvolvesse industrialmente, sem destruir os patrimônios culturais. Ele afirmou, no início dos anos setenta, a existência de uma relação positiva entre desenvolvimento e preservação, uma vez que “ao invés de ser prejudicial ao patrimônio histórico e artístico nacional como muitos pensam”, o desenvolvimento econômico do país pode ser, não só adaptado a preservação, mas complementar a esta” (SOEIRO, 1970).

Durante a sua gestão no IPHAN, o Conselho Consultivo aprovou o tombamento de 130 bens, dentre os quais 12 conjuntos.

De acordo com o estudo realizado pela pesquisadora Daniela Carvalho Sophia²⁴, a maior parte dos bens tombados estava localizado na região Sudeste (79), nos estados do Rio de Janeiro (42), São Paulo (22), Minas Gerais (11) e Espírito Santo (1), seguido pela região Nordeste (36), nos estados da Bahia (14), Pernambuco (12) e Ceará (5) (Figura 3). Juntos, a quantidade de bens tombados na região Sudeste representava o total de 60% (2015, p.332).

²⁴ Doutora em História das Ciências (COC/Fiocruz) e Pesquisadora da Coordenação de Museologia do Museu de Astronomia e Ciências Afins (CMU/MAST). Utilizou como fonte a Base de dados do Projeto Políticas de Preservação do Patrimônio: uma análise dos processos de tombamento (CMU-MAST).

Entre 1967 e 1979 foram realizadas 40 reuniões do Conselho Consultivo, uma média de 3 reuniões anuais. Em 1974 e 1979 ocorreu o maior número de reuniões. Este aumento ocorreu, principalmente, devido a dois fatores: primeiro, aos processos de mudanças políticas²⁵ pelas quais o país passou neste momento, início do governo do presidente Ernesto Geisel; em segundo, no âmbito do Conselho ocorreu o processo de discussão sobre a implementação do Programa de Cidades Históricas.

De 1967 a 1979 discutiu-se no cenário das políticas públicas temas que relacionavam, sobretudo, aos processos de aprovação de tombamento, seguidos de empréstimos de obras de arte, como foi possível analisar nas atas do Conselho no período e nas leis voltadas para preservação do patrimônio que foram outorgadas nas décadas de 1960 e 1970.

Além disso, como foi dissertado no decorrer do segundo capítulo, na gestão de Renato Soeiro destacaram-se o tombamento de conjuntos urbanos em decorrência das políticas públicas instituídas no período e o intercâmbio constante com os organismos internacionais.

Neste período, a restauração de bens imóveis (tombados ou não) estava incluída em medidas de valorização das cidades e dos centros urbanos. Algumas prefeituras buscaram aliar-se aos programas e ações estatais (por exemplo, o PCH), e trabalharam em conjunto com o IPHAN no tombamento de seus conjuntos urbanos ao invés de tombamentos isolados.

Então, seguindo as transformações na política e na economia brasileira, também na área do patrimônio ocorreram modificações no sistema federal de proteção ao patrimônio. No dia 27 de março de 1979, o arquiteto Renato Soeiro, que desde 1938 trabalhou no órgão, foi substituído por Aloísio Magalhães, até então coordenador do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC).

²⁵ No governo de Ernesto Geisel iniciou-se um processo de “liberalização” que, dentro de um estrito controle, objetivava uma transição “lenta e gradual e segura”, que lhe garantisse a sua própria estabilidade e lhe permitisse estabelecer um processo de eventual transferência do poder aos civis a médio prazo e em condições aceitáveis para as cúpulas militares. Porém, tal processo exigia um período de manutenção da atividade econômica a fim de evitar os piores efeitos de uma recessão, mas também permitir um prazo necessário para a maturação dos investimentos programados pelo governo Geisel na indústria de base e infra-estrutura. Nesse período foi instituído o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), com a finalidade de estimular a produção de insumos básicos, bens de capital, alimentos e energia (LESSA, 1997, p.78).

Ao transferir a responsabilidade do cargo de diretor geral do IPHAN para Aloísio Magalhães, Renato Soeiro escreveu um texto onde consta um resumo sobre sua gestão, as dificuldades do IPHAN, e agradecimentos²⁶. Neste documento foi ressaltada a importância do PCH para a transformação, ampliação deste órgão. Assim, Soeiro destacou:

Tão importante quanto os benefícios diretos propiciados pelo Programa de Cidades Históricas - de 97 projetos no período 73/79, estão concluídos 58 - foram aqueles outros dele decorrentes. De fato, ao carrear para a preservação do patrimônio cultural recursos que nunca antes fora possível obter - Cr\$ 700 milhões - o Programa o fez de modo adequado, pois integrou os Estados nessa responsabilidade. E ao exigir dos beneficiários a contrapartida de 20 por cento dos recursos previstos para qualquer obra, não teve em mira apenas a compensação financeira mas, principalmente, o objetivo de envolver outras áreas governamentais e privadas tanto na preservação e valorização o patrimônio, como na definição, para ele, de uso compatível, de interesse social e cultural (SOEIRO, 1979, p.4).

Soeiro ainda salientou que o PCH teve um efeito multiplicador nas ações do IPHAN, "tais como a criação de novos órgãos estaduais e municipais e conscientização de co-responsabilidade na defesa dos bens". A instituição adotou novas posturas para se adaptar a essa nova realidade (1979, p. 4 e 5).

Assim, com o auxílio da SEPLAN-PR, o IPHAN tratou de modernizar sua estrutura administrativa e ampliou sua área de atuação. Segundo Renato Soeiro, em 1978, os titulares das Diretorias Regionais do Rio de Janeiro, Brasília, São Paulo e Rio Grande do Sul e também da Coordenadoria de Museus e Casas Históricas em Minas Gerais foram empossados.

A partir dessa ampliação das tarefas na preservação do patrimônio, com o apoio da SEPLAN e da UNESCO, o IPHAN abriu espaço para institucionalizar a interação com outros segmentos da administração pública e a área privada, para conseguir financiamento para a tarefa de preservação e valorização do acervo residencial dos bairros e núcleos urbanos tombados (SOEIRO, 1979, p.5).

²⁶ Texto escrito no dia 30/03/1979, na cidade de Rio de Janeiro.

Ao terminar esse resumo sobre sua gestão, Soeiro fez os seguintes agradecimentos:

Ao transmitir-lhe, Aloísio, o pesado encargo de Diretor-Geral do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, desejo ressaltar o apoio recebido dos Ministros Tarso Dutra, Jarbas Passarinho, Nei Braga e Euro Brandão, durante a gestão que ora se encerra, e sem o qual o IPHAN não teria podido adotar providências cautelares que lhe cabe preservar. Igual reconhecimento cumpre-se destacar em relação aos órgãos do Poder Judiciário, especialmente ao Tribunal Federal de Recursos e ao Supremo Tribunal Federal, sensíveis às causas do patrimônio histórico e artístico do país e ao acerto das deliberações que visam à proteção desse acervo. E com satisfação e respeito agradeço e presto minhas homenagens ao Conselho Federal de Cultura, sempre atento aos problemas relacionados com este órgão (SOEIRO, 1979, p.6).

Finalizando este documento, Renato Soeiro agradeceu aos colaboradores da preservação do patrimônio, aos que já estão aposentados e continuaram atuando de alguma forma, e aos que ainda estavam presentes na instituição. Ademais, ele homenageou alguns antigos companheiros que haviam falecido, dentre eles: Rodrigo Melo Franco de Andrade, Alfredo Rusins (assessor de arqueologia), José Loureiro Fernandes (assessor de arqueologia), Manoel Bandeira, Mário de Andrade, Noronha Santos (historiador), entre outros nomes (1979, p. 6).

Assim, encerrou-se a administração de Renato Soeiro como presidente do IPHAN. A respeito da demissão de Soeiro, o Conselheiro do IPHAN, Paulo Ormino de Azevedo, destacou que “coube a Carlos Drummond, afrontando a ditadura, fazer o desagravo da grotesca exoneração de Soeiro ao publicar a única homenagem a esse trabalhador incansável do Patrimônio, sob o título A recompensa de Soeiro”:

Modesto até o silêncio, dedicado até o limite da resistência física, sereno e compreensivo, Soeiro identificou-se com o que Clarival do Prado Valadares chamou de escola de filosofia do IPHAN, uma escolha de conceituação dos bens culturais inseridos no processo dinâmico da vida nacional, como fator de dignificação do homem, a alegria de ter bem cumprido a missão sem embargo daquilo que não pode fazer, por deficiências insanáveis do aparelho administrativo brasileiro, há de pousar na casa de Renato Soeiro como recompensa melhor, senão única, do seu trabalho (ANDRADE, 1979).

Então, pode-se dizer que a partir da década de 1970, observa-se que apesar das dificuldades ocorreu um maior direcionamento e melhor gerenciamento dos recursos destinados à área, destinado principalmente ao PCH e em sua gestão no âmbito da SEPLAN/PR sob a consultoria do IPHAN. Na esfera do IPHAN, destaca-se a colaboração que a instituição teve da UNESCO na década de 1960, que auxiliou no direcionamento das políticas públicas relacionadas à área, e contribuiu com a elaboração de normas, discussão dos conceitos, além de buscar ampliar a consciência e a importância da preservação dos conjuntos no desenho das políticas implementadas.

Após se afastar do cargo de diretor geral do IPHAN, Soeiro assumiu o cargo de diretor executivo da Fundação Casa Rui Barbosa (10/07/1979), a convite do Presidente desta instituição Américo Jacobina Lacombe²⁷.

Em 23 de maio de 1980, Renato Soeiro foi nomeado membro do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para um mandato de dois anos (Decretos "P" de 23 de maio de 1980).

Portanto, apesar de ter se desligado do IPHAN, Renato de Azevedo Duarte Soeiro manteve-se trabalhando e contribuindo para a preservação do patrimônio histórico e artístico brasileiro.

3.1 Aloísio Magalhães e o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC): a disputa pela direção do IPHAN e o fim da gestão de Renato Soeiro

Aloísio Magalhães foi um artista plástico, incentivador e produtor cultural, homem público, designer oficial do regime militar²⁸, primeiro secretário de Cultura do Brasil.

²⁷ Soeiro permaneceu no cargo até 1980, mas não se conhece a data precisa.

No período em que cursou graduação em Direito, Aloísio e colegas de estudo agitaram a vida cultural de Pernambuco. Cenógrafo e figurinista do Teatro do Estudante de Pernambuco, ele se tornou pintor premiado, recebeu uma bolsa para estudar museologia no Louvre, em Paris, quando voltou estava com várias ideias sobre design. Então, tornou-se membro da O Gráfico Amador, editora inovadora, experimental. Segundo Isis Fernandes Braga, a experiência nesta editora despertou "a vontade de Aloísio produzir para um público maior, para o povo - fazer design". Assim, ele mudou para o Rio de Janeiro e criou o seu primeiro escritório de design, em 1960 (BRAGA, 2004, p. 34).

Aloísio começou a deixar de lado seu trabalho no escritório de designer voltou-se para a área da cultura. Sua experiência como designer na área pública trouxe-lhe uma visão das necessidades do país nesse campo. Ele influenciou vários designers e segundo Roberto Verschleisser, a criação do Curso de Design na Escola de Belas Artes da UFRJ (BRAGA, 2004, p. 35).

Para Aloísio Magalhães, a cultura precisava realçar uma consciência em relação ao passado histórico para se desenvolver. Segundo Isis Braga, esse foi o pensamento que norteou seus atos durante todo o tempo em que foi diretor do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) e nos cargos de gestão cultural que ocupou, preocupou-se também em preservar bens imateriais (2004, p. 36).

Em 1975, o CNRC idealizado por Aloísio Magalhães, foi criado a partir de um convênio entre a Fundação Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA), Ministério de Educação e Cultura, através do Departamento de Assuntos Culturais, Ministério da Indústria e do Comércio, Ministério do Interior, Ministério das Relações Exteriores, através do Departamento de Cooperação Cultural Científica e Tecnológica, Caixa Econômica Federal, Fundação Universidade de Brasília e Fundação Cultural do Distrito Federal.

O principal objetivo do CNRC era traçar um sistema referencial básico para a descrição e análise da dinâmica cultural brasileira contemporânea. As principais

²⁸ Aloísio Magalhães foi o designer das cédulas do Cruzeiro Novo, e das logomarcas do Banco Central, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, da Petrobrás, da Itaipu Binacional, de Furnas, Light e Docevale.

características eram: adequar às condições específicas do contexto cultural do país; abranger e flexibilizar a descrição dos fenômenos que se processam em tal situação e vinculá-los as raízes culturais do Brasil; explicitar do vínculo entre o embasamento cultural brasileiro e a prática das diferentes artes, ciências e tecnologias, objetivando a percepção e o estímulo, nessas áreas, de adequadas maneiras regionais (SPHAN, 1980, p. 24).

Embora tenha sido criado independentemente do complexo IPHAN-PCH, o estabelecimento do CNRC era visto como uma sequência a esta instituição e a este programa. O CNRC ambicionava a articulação entre os marcos monumentais e a história que os envolve, conduzindo os significados que lhes são atribuídos pelas correspondentes comunidades. Para Magalhães, era necessário estimular o zelo comunitário para com um patrimônio pertencente a todos (SPHAN, 1980, p. 24-27).

Os projetos do CNRC desenvolveram-se segundo quatro Programas de Estudos: o do Artesanato, os dos Levantamentos Sócio-Culturais; o da História da Ciência e da Tecnologia no Brasil e os dos Levantamentos de Documentação sobre o Brasil.

A atenção dada pelo CNRC aos bens culturais, como, por exemplo, em relação à tecelagem do Triângulo Mineiro ou o artesanato indígena, possibilitou um olhar para estes bens dentro do IPHAN. Portanto, promoveu a difusão de fazeres populares, que, junto a mobilizações sociais, contribuiu para que outras instâncias do poder público assegurassem o direito à preservação e propagação destas práticas em lei.

Segundo Paulo Ormindo de Azevedo (2015, p. 247), desde a criação do PCH, que Aloísio Magalhães, mesmo sem ter nenhum antecedente na preservação patrimônio do Brasil, disputava o poder com Soeiro pela administração do IPHAN.

Segundo Vanessa Gayego Bello Figueiredo (2014), esse episódio ocorreu devido à interferência do recém empossado presidente General João Batista Figueiredo. A súbita demissão de Renato Soeiro interrompeu uma gestão com o objetivo de controlar e direcionar melhor os grandes recursos do PCH, que se estenderia até 1983. Assim com a finalidade de minimizar o impacto limitador das ações do órgão sobre a especulação imobiliária nos sítios urbanos e ambientais sob sua proteção.

Para Vanessa G. B. Figueiredo (2014) a escolha de Aloísio Magalhães foi feita a partir do vislumbamento de bens imateriais, sem valor de mercado, como relevantes objetos de preservação, isto devido às ações do CNRC, que trouxe uma nova concepção bem cultural, enfatizando a importância da produção artesanal e do saber, ou seja, relacionando ao patrimônio imaterial.

O conceito de bem cultural, exposto pelo CNRC, além do patrimônio histórico, artístico nacional, abrangia as culturas das etnias indígenas, a arte popular e as técnicas artesanais. Assim, a concepção de bem cultural estava atenta as diversas manifestações do fazer do homem brasileiro e para as condições do meio ambiente em que se insere esse fazer (SPHAN, 1980, p. 27).

Porém, o Departamento de Assuntos Culturais (DAC) do MEC, instituído em 1970, com a direção de Renato Soeiro, além da defesa e preservação do patrimônio histórico, artístico, paisagístico e arqueológico nacional, intervinha na criação de novas condições para o acervo cultural brasileiro, incluindo o apoio e o estímulo a todas as manifestações da literatura e das artes, procurando valorizar o trabalho artesanal e divulgar o folclore.

De acordo com a definição do termo folclore presente na Carta de Folclore (1951)²⁹:

- “1. O I Congresso Brasileiro de Folclore reconhece o estudo do Folclore como integrante das ciências antropológicas e culturais, condena o preconceito de só considerar folclórico o fato espiritual e aconselha o estudo da vida popular em toda sua plenitude, quer no aspecto material, quer no aspecto espiritual.
2. Constituem o fato folclórico as maneiras de pensar, sentir e agir de um povo, preservadas pela tradição popular e pela imitação, e que não sejam diretamente influenciadas pelos círculos eruditos e instituições que se dedicam ou à renovação e conservação do patrimônio científico e artístico humano ou à fixação de uma orientação religiosa e filosófica.
3. São também reconhecidas como idôneas, as observações levadas a efeito sobre a realidade folclórica, sem o fundamento tradicional, bastando que sejam respeitadas as características de fato de aceitação coletiva, anônimo ou não, e essencialmente popular.

²⁹ Segundo Carlos Rodrigues Brandão, esta carta foi resultado do I Congresso Brasileiro de Folclore. Embora a definição do termo folclore tenha evoluído em algumas ideias, o conceito estabelecido nesta carta é a base para os estudos deste tema (1997).

4. Em face da natureza cultural das pesquisas folclóricas, exigindo que os fatos culturais sejam analisados mediante métodos próprios, aconselha-se, de preferência, o emprego dos métodos históricos e culturais no exame e análise do Folclore.”

Portanto, ao analisar a definição de folclore e as ações culturais realizadas no país com influência de Renato Soeiro no IPHAN, DAC e CFC, observa-se que ao divulgar o folclore, se defendia a preservação da tradição popular em seu aspecto material e espiritual.

Para Ana Loryn Soares, o Plano de Ação Cultural (PAC) trouxe para o folclore o incentivo que faltava. De acordo com programação estabelecida, teve-se a apresentação do Grupo Maracatu Indiano, do Recife, exibindo-se em Brasília. Um grupo de Danças Gaúchas, em Belém do Pará, e o Grupo “Postais da Bahia” na inauguração da exposição de estandartes folclóricos e o lançamento do selo comemorativo do 1º Festival Nacional de Folclore. Além disso, demonstrações de arte, de música, de teatro, de cinema, danças e outras manifestações foram realizadas em diversas regiões do país, num esforço para revelar a arte e a cultura a todo Brasil (2011, p. 12).

Através do Plano de Ação Cultural (PAC), o DAC realizou um trabalho eficaz e continuado, a fim de levar a cultura a todas as camadas da população brasileira, em todo o território nacional.

De acordo com Azevedo (2013, p. 27) o PAC do DAC trazia:

[...] o conceito de cultura como identidade, que tem sua origem na expressão alemã kultur, como espírito de uma comunidade, situada no tempo e no espaço e com profunda identidade com as práticas cotidianas do grupo. Este conceito não conflitava com o outro universalizante de cultura, ao contrário, o completava.

Assim, nota-se que na administração de Soeiro havia a preocupação em preservar o patrimônio, popular e erudito, material e imaterial. Por conseguinte, embora a partir do CNRC exprima-se o conceito de bem cultural, percebe-se que anteriormente já havia a preocupação com a tradição popular.

Portanto, a junção do CNRC ao IPHAN-PCH para dar continuidade ao programa, não pode ser utilizada como justificativa para a demissão de Renato Soeiro e sua substituição por Aloísio Magalhães, visto que, Soeiro através da DAC poderia continuar as ações deste.

Aloísio Magalhães assumiu a diretoria do IPHAN, em 1979, e conseguiu que o CNRC fosse integrado a este instituto. Para Fonseca, essa união permitiu que se reunisse “o prestígio e a competência técnica do IPHAN e a visão moderna e renovadora do CNRC” (FONSECA, 2005, p. 154).

A partir desse período, a tônica das políticas culturais do regime, estaria voltada no incentivo dos “estratos mais baixos da população” imprimindo uma ação cultural de base popular. Pedro Demo, Subsecretário do Ministério da Educação e Cultura (MEC) em 1979, e principal idealizador do novo direcionamento das políticas culturais do regime, ressaltava que “Dentro de um país com profundos níveis de desigualdade social a meta prioritária da política social é a população de baixa renda que além de muito pobre é maioria” (DEMO, 1980, p. 89 APUD SABINO, 2015, p.5).

O discurso de Aloísio e os trabalhos do CNRC tornaram o seu nome o mais adequado para tocar a nova política no IPHAN, uma vez que, neste período do regime militar, tinha-se o interesse de cooptar as camadas populares para estruturar uma abertura gradual e controlada frente ao fortalecimento de movimentos sociais como as Comunidades Eclesiais de Base, aos movimentos de favelas, às associações de bairros se apresentando como principal sujeito do processo de abertura política; e garantir interferência na vida da sociedade sem abrir mão de uma política econômica recessiva (ORTIZ, 2006, p.123).

De acordo com Roberto Sabino, essa nova postura do regime militar no campo cultural ia de encontro aos direcionamentos e ações do IPHAN, então dirigido por Renato Soeiro, pois era visto pela crítica como uma gestão elitista. Assim, abriu-se caminho para a posse de Aloísio Magalhães a direção do IPHAN (2015, p. 5).

Com seu carisma, e o apoio da Rede Globo, para quem fez sua primeira logomarca, Aloísio se transformou em uma celebridade nacional. Logo após sua posse,

ele foi entrevistado por um jornalista que lhe perguntou se lhe causou surpresa a sua nomeação para diretor do IPHAN, Aloísio respondeu:

Há duas respostas. A primeira: não me causou surpresa (...) O ano passado comecei a me preocupar com a institucionalização do CNRC(...) Então cheguei à conclusão que havia um órgão oficial onde o CNRC caberia perfeitamente: o IPHAN(...) Me surpreendi com a nomeação porque há grande diferença entre ter um conceito de um determinado problema e se deparar, depois, com a realidade, a fim de resolvê-lo. (MAGALHÃES, 1985, p. 113-114, APUD AZEVEDO, 2015, p. 249).

Ao assumir a direção do IPHAN, Aloísio Magalhães institucionalizou o CNRC a partir da fusão com o instituto. Além da transformação do IPHAN em secretaria no âmbito ministerial (decreto 84.198, 13 de novembro de 1979), o mesmo ministro, Eduardo Portella, aprovou, por meio da outorgada Lei n 6.757, de 17 de dezembro de 1979, a criação da Fundação Nacional Pró-Memória, instituição com personalidade jurídica de direito privado, que tinha como objetivo auxiliar o inventário, classificação, conservação, proteção, restauração e revitalização dos bens de valor cultural. Ao domínio da Fundação, foram transferidos os bens da União que estavam sob o uso e guarda do IPHAN (SPHAN, 1980, p. 28 e 29).

Segundo Paulo Ormino, depois da posse de Aloísio Magalhães, esse pôs em prática os projetos que encontrou de seu antecessor (Renato Soeiro), "como um sistema formado por uma secretaria de estado com poder de polícia e uma fundação com agilidade, ou seja, o sistema SPHAN/PróMemória". Este projeto foi desenvolvido por Irapoan Cavalcanti Lyra, a pedido de Soeiro, seu colega no conselho da Casa de Rui Barbosa, que transformou aquele museu-biblioteca em uma fundação (AZEVEDO, 2015, p. 250).

Dessa forma, a partir do fim do ano de 1979, a responsabilidade pela preservação do acervo cultural e paisagístico do país passou para a então recém-criada SPHAN, que passou a se constituir em órgão normativo, de direção superior e coordenação nacional, que incumbiu à Fundação Nacional Pró-Memória, como órgão

operacional, para proporcionar os meios e recursos que permitissem agilizar as ações da secretaria.

A Fundação Pró Memória, no âmbito dos bens do acervo cultural brasileiro, tinha como objetivo proporcionar à comunidade nacional melhor conhecimento, maior participação e adequado uso desses bens. A Pró Memória possuía o dever de agir de forma descentralizadora e ágil, como elemento catalisador de energias, recursos humanos, metodológicos e financeiros, relacionar com organismos regionais, públicos e privados, associar problemas comuns e distinguir os peculiares dentro da diversidade do mosaico cultural brasileiro (SPHAN, 1980, p. 126).

Para Aloísio Magalhães, com a criação da Fundação Nacional Pró-Memória, as ideias de bem cultural, de diversidade cultural, de continuidade tiveram destaque no campo da preservação e a noção de identidade cultural foi referida a partir de uma perspectiva pluralista, pluralismo esse que se expressa na diversidade regional (CASTRO, 2008, p. 84 e 85).

Através da relação SPHAN/Pró Memória ocorreram profundas modificações no sistema federal de proteção ao patrimônio cultural. Assim, a SPHAN se tornou um órgão administrativo e a Pró Memória a fundação que colocaria em prática. Deste modo, não foi criada uma estrutura organizacional.

O trabalho passou realizado em cima de projetos. A cada demanda seria elaborado um projeto. Deste modo, analisaria as necessidades de material, pessoal, serviços, etc. Esse conjunto, após o término do projeto, iria trabalhar em outro projeto. Ao definir o projeto, era decidido a metodologia, metas parciais, tempo de duração por etapa, recurso financeiro necessário e quais especialistas e quantidade destes seriam preciso para tal realização. A ideia era sempre transferir o pessoal para outro projeto, evitando que estes ficassem desempregados.

Portanto, a SPHAN era responsável pelos cargos da direção e a Pró Memória pelos cargos que atuavam na prática do projeto, ou seja, que colocariam o projeto em atividade.

De acordo, com a necessidade, poderiam ser nomeados representantes regionais, estaduais e municipais. Mas a ideia era deixar a necessidade criar a organização do sistema. Assim, a criação de um órgão deveria ser feita apenas se na prática, na execução das tarefas fosse verificado a indispensabilidade (SPHAN,1980, p. 141).

Então, ações como o tombamento, ficaram sob a responsabilidade da SPHAN, visto que, segundo Irapoan de Cavalcanti de Lyra, era uma ação tão grave que deveria ser um elemento diretamente ligado ao exercício do governo (SPHAN, 1980, p.139).

De acordo com Paulo Ormino, na década de 1980, foram realizados tombamentos “inusitados” (expressão utilizada por Marcia Sant’Anna), que não tiveram êxito, como o do presépio de Pipiripau e o da Fábrica de Vinho de Caju Tito Silva, que encerrou as atividades no ano seguinte ao tombamento (AZEVEDO, 2015, p. 251).

Aloísio Magalhães permaneceu na direção até 1982, quando faleceu, em Veneza, onde estava participando da reunião de Ministros da Cultura dos Países Latinos.

As ideias de Magalhães tiveram continuidade por seus colaboradores do CNRC que as viabilizariam, depois de sua morte. Assim, houve o tombamento da Serra da Barriga, local das lutas de Zumbi dos Palmares, em Alagoas, e do Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho, em Salvador, que segundo Paulo Ormino gerou grandes polêmicas dentro do SPHAN, pelo receio que o tombamento pudesse "engessar a liturgia do candomblé". Para o autor, mesmo os seus "fiéis seguidores" reconheciam que as inovações de Aloísio Magalhães não saíram do discurso (AZEVEDO, 2015, p. 151).

Pouco antes de sua morte, Aloísio transformou o DAC em Secretaria de Cultura do MEC. Ele nomeou Irapoan Cavalcanti Lyra, antigo assistente de Soeiro, para a direção do sistema SPHAN/Pró-Memória.

Após a morte de Magalhães, os pernambucanos com o apoio da delegacia da Seplan-PR no Recife, conseguiram nomear para sucedê-lo na Secretaria de Cultura do MEC, Marcos Vinicius Vilaça, membro do Conselho Diretor da Fundação Joaquim Nabuco. Ao assumir o cargo, ele manteve Irapoan C. Lyra na direção do sistema SPHAN/Pró-Memória, mas a disputa dos dois grupos continua.

Essa estruturação permaneceu até 1990, quando foi extinta a SPHAN, a FNpM e o Ministério de Cultura, pelo então presidente Fernando Collor, devido as intermináveis disputas internas. Então foi criado o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC).

De acordo com Lia Motta, esta transformação foi executada de maneira repentina, autoritária, e que neste período houve o fechamento de vários museus, instituições culturais, e a demissão de profissionais especializados (MOTTA, Lia, 2000 APUD CASTRO, 2008, p. 88).

O presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1994, restabeleceu o nome do IPHAN, com sede em Brasília, em substituição ao IBPC. Deborah Padula Kishimoto salienta que houve uma tentativa de fazer a instituição atuar em conjunto com outras instâncias governamentais, por meio de associações entre esferas públicas vinculadas ao patrimônio cultural. Mas, segundo a autora, a forma como essa política foi integrada enfraqueceu o ideal de gestão compartilhada do patrimônio cultural avaliada pelo IPHAN (RIBEIRO 2005, p. 73 APUD KISHIMOTO, 2012, p. 23).

Para Kishimoto, esta ação buscou atender os interesses ministeriais, e o Ministério da Cultura (restaurado junto com o IPHAN) concentrou o poder de definir a aplicação dos recursos recebidos do Fundo Nacional de Cultura (FNC), “onde optaram por uma política clientelista, voltados para atender os interesses político-partidários e articulações diretas com prefeituras e secretarias da cultura” (RIBEIRO 2005, p. 73 APUD KISHIMOTO, 2012, p. 23 e 24), enfraquecendo o poder de execução e fiscalização do IPHAN.

CONCLUSÃO

Nas décadas de 60 e 70, o Brasil se desenvolveu economicamente e industrialmente e atravessou um período de urbanização. Renato Soeiro como líder do IPHAN (1967-1979), diretor do DAC e membro do CFC, teve o desafio de relacionar o desenvolvimento e a preservação do patrimônio.

Como foi salientado ao decorrer deste trabalho, as principais preocupações de Soeiro foram a preservação dos patrimônios cultural e natural, o equilíbrio do desenvolvimento econômico com a preservação desse patrimônio, o auxílio internacional, o estímulo do potencial turístico do patrimônio e a participação dos estados e municípios às ações de preservação junto da União. Assim, o seu plano de ação (analisado no capítulo 2) condizia com as necessidades do período.

Deste modo, com a colaboração da UNESCO, da Organização dos Estados Americanos (OEA), do MEC, do Ministério do Planejamento, entre outros órgãos, Renato Soeiro conseguiu idealizar e executar projetos que transformaram a trajetória da preservação do patrimônio.

O Brasil, a partir da gestão de Soeiro, aumentou o investimento em turismo nas cidades históricas, quando possível o imóvel tombado era utilizado para a realização de uma atividade cultural; passou a se preocupar com a conservação do entorno do monumento e dos centros urbanos; investiu em educação patrimonial, desde o ensino fundamental até pós graduação, criou cursos de especialização; descentralizou as ações de cuidado ao patrimônio, dividiu a responsabilidade com os estados e municípios para que as ações fossem mais pontuadas de acordo com necessidades específicas, entre estas e outras ações que foram analisadas ao decorrer desta dissertação, mostra-se a magnitude do trabalho realizado por Renato Soeiro.

Um exemplo dessas ações, que pode ser considerado uma das maiores realizações do período voltado para a preservação do patrimônio e para o aproveitamento deste para o turismo, foi a participação de Soeiro no Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas do Nordeste (PCH), um projeto

pioneiro em termos de grande investimento do governo federal na preservação do patrimônio cultural urbano.

Como foi discorrido no segundo capítulo, o PCH atuou no desenvolvimento das regiões Nordeste e Norte através do turismo cultural, e posteriormente atingiu a região Sudeste. O volume de recursos destinados à região foi significativo. No fim da administração de Renato Soeiro no IPHAN, 102 projetos haviam sido beneficiados pelo PCH. Destes, 61 estavam concluídos e cerca de 1.500 empregos permanentes foram gerados (SANT'ANNA, 1995, p. 149).

Através destes grandes recursos do PCH criaram-se cursos de especialização na restauração e conservação do patrimônio. Um dos cursos que foram citados neste trabalho, o CECRE, progrediu e em 2009, transformou-se em mestrado profissional do PPGAU UFBA. Um programa, como foi dito, atualmente é referência na área de Arquitetura e Urbanismo e Design no Brasil.

A partir do que foi desenvolvido neste trabalho, da análise das bibliografias referentes ao tema e dos documentos levantados no Arquivo Central do IPHAN-RJ, pode-se concluir que a gestão de Renato Soeiro no IPHAN (1967-1979), não foi apenas uma continuação da "fase heróica", sem grandes mudanças.

Portanto, Soeiro soube reinventar a instituição e a política de preservação do patrimônio, conseguiu desenvolver, expandir o espaço de abrangência do IPHAN e se adequar as demandas internacionais e nacionais, algo que ainda não tinha sido visto na história da política de preservação do patrimônio nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Emiliano César de. Retrato paulista do Brasil: Paulo Prado, o modernismo e a semana de arte moderna de 1922. Letras escreve, Macapá, v. 5, n. 2, 2º semestre, 2015. < <http://periodicos.unifap.br/index.php/letras>>. Data de acesso: 21 de março de 2016 às 22 horas.

ANDRADE, Mário de. “Cartas de Trabalho. Correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936-1945)”. Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Fundação Pró-Memória, 1981.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. A lição de Rodrigo: In-memoriám, Rodrigo Melo Franco de Andrade... homenagem dos seus amigos e dos amigos da DPHAN. Recife: Amigos da DPHAN, 1969.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/ Fundação Nacional Pró Memória, 1987.

AZEVEDO, Paulo Ormino David de. Homenagem do Conselho Consultivo do Iphan a Renato Soeiro. Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2005, p. 1. Disponível em: portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=363. Acesso em: 27/07/2014 às 18 horas e 43 minutos.

AZEVEDO, Paulo Ormino David de. PCH: a preservação do patrimônio cultural e natural como política regional e urbana. In: Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.24. n.1. p. 237-256. jan.- abr. 2016.

_____. Renato Soeiro e a institucionalização do setor cultural no Brasil. In: AZEVEDO, Paulo Ormino David de; CORRÊA, Elyane Lins. (org). Estado e sociedade na preservação do patrimônio. Salvador: Edufba; IAB, 2013, p. 19-53.

BRASIL. Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: portal.iphan.gov.br/uploads/.../Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf. Data de acesso: 24 de junho de 2015 às 13 horas e 45 minutos.

BRASIL. Decreto-lei nº 8534 de 02 de janeiro de 1946. Passa a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o Serviço do mesmo nome, criado pela Lei número 378, de 13 de janeiro de 1937, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8534-2-janeiro-1946-458447-publicacaooriginal-1-pe.html>. Data de acesso: 24 de junho de 2015 às 15 horas.

BRAGA, Isis Fernandes. Aloísio Magalhães: o artista, a arte e o design brasileiros na óptica de seus contemporâneos. In: Revista do Programa de Pós-Graduação em artes visuais EBA. Rio de Janeiro, UFRJ, 2004. P. 33-37.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é folclore? São Paulo: Brasiliense, 1997.

CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: dos anos de 1930 ao século XXI. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

_____. O Conselho Federal da Cultura, 1071-1974. In: Estudos Históricos, n. 37, janeiro-junho de 2006.

CASTRO, Aloísio Arnaldo Nunes de Castro. A Trajetória Histórica da Conservação Restauração de Acervos em Papel no Brasil. 2008. (Dissertação) Mestrado em História. Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: http://www.bdtd.ufjf.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=247. Acesso em: 12 mar. 2016.

CASTRO, Sonia Rabello de. O Estado na preservação de bens culturais: o tombamento. Rio de Janeiro, IPHAN, 2009.

CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória*. Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

COSTA, Lúcio. Compromisso de Brasília. 1970. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf>. Acesso em: 22 de abril de 2014 às 18:15.

Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972) Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em: 21 de setembro de 2016 as 14 horas e 45 minutos.

CORRÊA, Sandra Rafaela; FARIA, Rodrigo Santos de. O Plano de Cidades Históricas (PCH) no planejamento governamental brasileiro e o desenvolvimento urbano e regional (1973-1979). Risco, São Paulo, 14, 2º semestre de 2011.

CORRÊA, Sandra Rafaela Magalhães. O Programa de Cidades Históricas (PCH): por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural – 1973/1979. 2012. 288 f., il. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)—Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

DOMINGUES, Beatriz Helena. História e literatura na busca pela identidade na América Latina no século XX: a visão de Richard Morse. História da historiografia, Ouro Preto, nº. 7, Nov/dez, 2011, p. 173-199.

FERNANDES, Natália Ap. Morato. A política cultural à época da ditadura militar. In: Contemporânea ISSN: 2236-532X v. 3, n. 1 p. 173-192 Jan.–Jun. 2013.

FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. Da Tutelados Monumentos à Gestão Sustentável das Paisagens Culturais Complexas: inspirações à política de preservação cultural no Brasil. São Paulo, 2014. 542 p. Tese (doutorado - Área de Concentração: Planejamento Urbano e Regional) - FAUUSP.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2ª edição. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/ MinC-IPHAN, 2005.

- GOMES, Angela Maria de Castro. História e historiadores. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A retórica da perda: Os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/ IPHAN, 1996.
- IPHAN: <http://portal.iphan.gov.br/legislacao>.
- KHALEB JR. Horizontes identitários: a construção da narrativa nacional brasileira pela historiografia do século XIX. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.
- KISHIMOTO, Deborah Padula. Gestão do patrimônio cultural: estratégias de preservação do patrimônio cultural na cidade de Parnaíba – PI / Deborah Padula Kishimoto – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012. 86 f.: il.
- LAFETÁ, João Luiz. *1930: a crítica e o Modernismo*. São Paulo: Duas Cidades, 1974.
- LESSA, Antônio Carlos Moraes. Instabilidade e mudanças: os condicionantes históricos da política externa brasileira sob Geisel (1974-1979). In: Revista de Informação Legislativa. Brasília a. 34 n. 133 jan./mar. 1997, p. 73-82.
- MAIA, Tatyana de Amaral. Os cardeais da cultura nacional : o Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975). São Paulo: Itaú Cultural: Iluminuras, 2012.
- _____. A construção do “senado” da cultura nacional em tempos autoritários (1967- 1975). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2010.
- MAGALHÃES. Aline Montenegro. Culto da saudade na Casa do Brasil. Gustavo Barroso e o Museu Histórico Nacional. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, 2006. (Coleção Outras Histórias, 49).
- MATIAS, Carlos dos Passos Paulo; CAMPOS, Juliano Bitencourt Campos; DOS SANTOS Josiel & SANTOS, Marcos César Pereira. A Semana de Arte Moderna e a Constituição da Ideia de Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil. Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=279>. Acesso em: 01/03/2016 as 14 horas e 17 minutos.
- MEC & IPHAN. Compromisso de Salvador. 1971. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20salvador%201971.pdf>. Acesso em: 22 de abril de 2014 às 19:00.
- MEC. *Portaria n.º. 230*. Regimento Interno do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 26 de março de 1976. Brasília/DF: 1976.
- MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.) História da vida privada no Brasil. Contrastes da intimidade contemporânea. V. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MICELI, Sergio. Estado e Cultura no Brasil. São Paulo: DIFEL, 1984.

MORAES, Eduardo Jardim de. A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MORAES, Eduardo Jardim de. Modernismo Revisitado. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 2, 1988, p. 220-238. <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2165>> Data de acesso: 21 de março de 2016 às 09 horas e 37 minutos.

MORSE, Richard M. The multiverse of Latin American identity, c. 1920-c. 1970. In: BETHELL, Leslie. **Ideas and ideologies in twentieth Century Latin America: the Cambridge history of Latin America**. Vol. 10. New York: Cambridge University Press, 1995.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. **Formar e questionar? Os cursos de especialização em patrimônio cultural na década de 1970**. In: Anais do Museu Paulista. v. 24. n.1. Jan.-Abr. 2016. P. 205-236.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. In: Revista Projeto História. Nº 10 História & Cultura. São Paulo: PUC-SP – Programa de Pós-Graduação em História, dezembro de 1993.

OEA. Norma de Quito. Quito, 1967. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>. Acesso em: 27 de julho de 2014 as 18 horas e 40 minutos.

OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de. O conservadorismo a serviço da memória: tradição, museu e patrimônio no pensamento de Gustavo Barroso. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de História, 2003, 119f.

ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PEREIRA, Julia Wagner. Nem heróico nem moderno - A constituição do “Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” na gestão de Renato Soeiro no IPHAN (1967-1979). In: Programa de Especialização em Patrimônio - Artigos (2005 e 2006) / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Coordenação-Geral de Pesquisa e Documentação. Rio de Janeiro: IPHAN/Copedoc, 2009. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/MesProfPat_PraticasReflexoes_3.pdf Data de acesso: 04 de julho de 2016 as 14 horas e 15 minutos.

PEREIRA, Julia Wagner. O tombamento: de instrumento a processo na construção de narrativas, 2009, 141 f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro ; MAST, Rio de Janeiro.

RANGEL, Marcio Ferreira. Museologia e patrimônio: encontros e desencontros. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 7, n. 1, p. 103-112, jan.-abr. 2012.

RIBEIRO, Cecília. O que tinha a Unesco a ver com o desenvolvimento econômico? In Vitruvius. ano 16, fev. 2016.

SABINO, Roberto. As disputas pela representação do patrimônio nacional (1967-1984). Salvador: IPHAN; Oiti Editora, 2015.

SANT'ANA, Márcia. Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990). Salvador : 1995. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia.

SANTOS, Mariza Veloso Mota. O Tecido do Tempo: a idéia do patrimônio cultural no Brasil (1920-1970). Brasília: Instituto de Ciência Humanas/UnB, 1992, (tese de doutorado).

Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Proteção e revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: Uma trajetória. Brasília, Editora Sphan/ Pró Memória, N° 31, 1980. Disponível em: portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=531. Acesso em: 28/07/2014 às 09 horas e 30 minutos.

SILVA, Livia Morais e. Reflexões sobre a preservação do patrimônio: o caso da lista do patrimônio mundial da UNESCO. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH: São Paulo, julho 2011, p. 1-13.

SILVA, Vanderli Maria da. A construção da política cultural no regime militar: Concepção, diretrizes e programas (1974-1978). 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

SOPHIA, Daniela Carvalho. As políticas de preservação do patrimônio na arena federal sob a gestão de Renato Soeiro (1967-1979). In: Marcus Granato (Org.). Coleção MAST:30 anos de pesquisa. 1ed. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2015v.1, p. 316-339.

TELLES, Márcio Ferreira de Pragmácio. Entre a lei e as salsichas: Análise dos antecedentes do Decreto-lei 25/37. In: **V ENECULT** - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. 27 a 29 de maio de 2009. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19408.pdf>. Data de acesso: 15 de abril de 2016 as 11 horas e 56 minutos.

VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: Brasil Republicano 2. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: 2013.

Fontes primárias

ANDRADE, Carlos Drummond de. A recompensa de Soeiro. In: Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, quinta feira, 22 de março de 1979.

ANDRADE, Rodrigo M. F. de. Carta. 10/03/1951. Rio de Janeiro – RJ, para Péricles. Sem local. 1 folha. Soeiro diretor substituto da DPHAN.

_____. Carta. 11/12/1947. Rio de Janeiro – RJ, para SOEIRO, Renato. Salvador. 1 folha. Repasse de verba. Arquivo Técnico Administrativo/ Representante/AA02/M011/P06/Cx0054/376/P.0259.

_____. Carta. 20 out. 1966, Rio de Janeiro - RJ, para Raymundo Augusto de Castro Moniz de Aragão, Rio de Janeiro. Série Assuntos Internacionais.

_____. Carta. 06/03/1967, Rio de Janeiro - RJ, para Tarso de Morais Dutra, Rio de Janeiro. Série: PERSONALIDADES/ AA01/M036/P02?CX0129/P0417. Arquivo Central/IPHAN.

BRAGA, Estephanio. Carta. 19/03/1951. Salvador - BA, para SOEIRO, Renato. Sem local. 1 folha. Pagamento pelo serviço e agradecimentos. Arquivo Técnico Administrativo/ Representante/AA02/M011/P06/Cx0054/376/P.0259.

SOEIRO, Renato de Azevedo Duarte. Curriculum Vitae, sem data. In: Série: PERSONALIDADES. AA01/M036/P02/CX0129/P0417. II-A. Arquivo Central / IPHAN.

_____. Discurso proferido pelo Arquiteto Renato Soeiro, no ato da posse como Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 24 de junho de 1967. In:Série: PERSONALIDADES. AA01/M036/P02/CX0129/P0420. II-A. Arquivo Central / IPHAN.

_____. II-A. 1965 A 1970. Série: PERSONALIDADES. AA01/M036/P02/CX0129/P0422. Arquivo Central / IPHAN.

_____. 30/03/1979. Série: PERSONALIDADES. AA01/M036/P02/CX0129/P0421. II-A. Arquivo Central / IPHAN.

_____. Conservação dos Monumentos Históricos no Brasil. Memória apresentada ao Simpósio Panamericano sobre Preservação de Monumentos Históricos. St. Augustine, Flórida, 10-13/06/1965. In:Série: PERSONALIDADES. AA01/M036/P02/CX0129/P0420. II-A. Arquivo Central / IPHAN.

_____. Discurso do novo conselheiro. In: Cultura. MEC. Agosto de 1969, ano 3, nº 26.

_____. DAC: Defesa e preservação do patrimônio cultural brasileiro. PERSONALIDADES. AA01/M036/P02/CX0129/P0421. II-A. Arquivo Central / IPHAN.

_____. DPHAN-MEC (Plano Estratégico de Ação). 15/09/1968. PERSONALIDADES. AA01/M036/P02/CX0129/P0421. II-A. Arquivo Central / IPHAN.

_____. Notas sobre a Reunião do Quito. 11/12/1967. PERSONALIDADES. AA01/M036/P02/CX0129/P0420. II-A. Arquivo Central / IPHAN

_____. Rapport sur la conservation des monuments et des site au Brésil. Bruxelas, Bélgica. 15/12/1966. In:Série: PERSONALIDADES. AA01/M036/P02/CX0129/P0420. II-A. Arquivo Central / IPHAN.

_____. Ofício 17 abr. 1967 Rio de Janeiro - RJ para Raymundo Augusto de Castro Moniz de Aragão, Rio de Janeiro. Série Assuntos Internacionais.

_____. Carta 12 nov. 1968 Rio de Janeiro - RJ para Carlos Chagas Filho, Rio de Janeiro. Série Assuntos Internacionais.

ANEXO 1

Documentos digitalizados no Arquivo Noronha Santos (IPHAN-RJ)

- Curriculum do Renato Soeiro (formação e experiência, congressos, distinções e prêmios).
- Decreto de nomeação de Renato Soeiro - Diário Oficial (12/06/1967).
- Carta de Rodrigo de Andrade indicando Soeiro para o cargo direcionada ao ministro (06/03/1967).
- Posse e discurso de Renato Soeiro.
- Discurso proferido na sessão inaugural do II Encontro de governadores para preservação do patrimônio histórico artístico, arqueológico e natural.
- Diplomas de mérito e comendador.
- Documento em que Renato Soeiro é indicado pelo ministro do MEC como representante dele no Grupo de Trabalho Interministerial que cuidaria do Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Barrocas do Nordeste.
- Ministro do MEC elogia Soeiro como diretor do departamento de Assuntos Culturais por sua excepcional dedicação e competência (14/03/1974).
- Nomeação de Renato Soeiro como diretor do IPHAN (15/03/1974).
- Aposentadoria de Soeiro (08/03/1979).
- Documento sobre o MEC, DPHAN e Renato Soeiro. Principais pontos abordados: reforma dos museus nacionais, criação de distritos, sugestão de legislação.
- DPHAN (mudança SPHAN-DPHAN)
- DAC: Defesa e preservação do patrimônio cultural brasileiro (comunicação feita a Sétima Reunião de Comitê Interamericano de Cultura da OEA pelo Renato Soeiro)
- DPHAN (importância da preservação do patrimônio, os riscos da falta de proteção, necessidade do encontro de Brasília.
- DPHAN (falta de recursos)
- Carta de Rodrigo M. F. de Andrade para Orlando Gomes.
- Telegramas de Soeiro para Rodrigo.
- Recibos, depósitos, extratos, transferências, cartas ao banco (Banco da Bahia S.A. -RJ).
- Carta de Rodrigo à Dr. Péricles onde ele cita que Soeiro está como diretor substituto.
- Cartas de Maria Elza Mendonça para Soeiro.
- Cartas de Rodrigo M. F. de Andrade para Soeiro (07/1952). Obs: Soeiro estava na Europa neste ano).
- Carta de Aloísio Magalhães para Soeiro (21/05/1979). Soeiro recebeu Moção de autoria do Conselheiro Américo Simas Filho.

- Homenagem de Carlos Drummond de Andrade quando Soeiro aposentou (Jornal do Brasil (22/03/1979).
- Agradecimentos de funcionários depois que Soeiro aposentou.
- Jantar em homenagem a Soeiro oferecido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil.
- Nomeação de Soeiro para membro do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural do RJ.
- Texto de Soeiro, em que ele apresentou no Simpósio Pan Americano sobre Preservação de Monumentos Históricos.
- Repport sur la conservation des monuments et des sites au Brésil (14/12/1966).
- Notas da Reunião do Quito feitas por Renato Soeiro (11/12/1967).
- Discurso feito por Rodrigo M. F. de Andrade na posse de Soeiro (21/06/1967).
- Discurso de Renato Soeiro na sua posse como diretor do SPHAN (21/06/1967).
- Reaparelhamento do patrimônio histórico e artístico nacional - Renato Soeiro(2704/1967);
- DPHAN - projeto (04/1967)
- Relatório sobre reuniões realizadas no Conselho do Centro de Roma e na Sede da Unesco (23/04-06/05/1968).
- DPHAN - Renato Soeiro (01/07/1968).
- Salva-guarda de obra de arte - Renato Soeiro.
- Texto de Renato Soeiro(23/06/1969).
- DPHAN - publicação nº 23 - SPHAN 1969 - Sobre o SPHAN e atividades.
- Preliminares da criação do departamento de assuntos culturais 12p. Renato Soeiro.
- MEC-DPHAN - Renato Soeiro (documento relata sobre os feitos de Rodrigo e sobre seu desaparecimento dois anos antes de completar 70 anos).
- Conceito do patrimônio histórico e artístico. A condição histórica, a condição artística. Conjunção das duas condições - Instituto de Belas Artes - GB).
- Assinatura Convênio entre o MEC x governo de Minas Gerais e prefeituras de Ouro Preto e Mariana.
- DPHAN - fala de Renato Soeiro em Curso de Problemas Brasileiro.
- MEC- Conselho Federal de Cultura - Câmara do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
- Relação dos móveis indicados pela DPHAN para serem adaptados a "pousadas" ou motéis, pelo governo de MG.
- Relatório da DPHAN (1969)
- Catálogo da Exposição do 60º da Independência.
- Conservation of historical monuments in Brazil, Soeiro.
- Questionário destinado ao Sr. Renato Soeiro - diretor do IPHAN - entrevista para a Revista ADEMI.
- Documento sobre o IPHAN escrito por Renato Soeiro (UNESCO, Compromisso de Brasília...).

- Proposta de criação de um programa de cooperação interamericana com a ideia de proteção e valorização dos bens culturais.
- Conservação dos monumentos históricos no Brasil (memória apresentada por Renato Soeiro ao Simpósio Pan Americano sobre preservação de Monumentos Históricos (10-13/06/1965).
- Preservação do patrimônio histórico - entrevista feita por Herval C. Braz ao Renato Soeiro (29/10/?) - relata sobre a preservação do patrimônio na direção de Rodrigo M. F. de Andrade, importância do PCH...)
- Posse de Soeiro ao cargo de diretor executivo da Casa Rui Barbosa em (10/07/1979)
- Participação de Soeiro no III Curso Interamericano de Administração Cultural patrocinado por CNRC e pela Organização dos Estados Americanos. Texto fala da experiência do IPHAN no trabalho com os bens culturais
- Boletim informativo diário - SEDIMAT - Governo do Estado de Mato Grosso - notícia sobre a visita de Renato Soeiro á cidades deste estado.
- O patrimônio histórico e a preservação do acervo cultural brasileiro (aula de Soeiro na UFMG) (06/03/78).
- Boletim do CFC jan/fev/mar 1978 ano 8 - nº30 - texto de Renato Soeiro.
- Discurso de Renato Soeiro na sua aposentadoria.
- Resposta de Soeiro a homenagem recebida pelo IAB.
- Texto que fala um pouco sobre o IPHAN e o PCH (13/03/1979).
- Renato Soeiro escreve sobre sua gestão no IPHAN na sua aposentadoria (30/03/1979).
- Documento em que Renato Soeiro agradece ao governador Negrão de Lima pela homenagem prestada a Rodrigo M. F. de Andrade.
- Compromisso de Brasília (03/04/1970).
- Apresentação de Soeiro no I Seminário de Estudos sobre o Nordeste. "A preservação dos bens de valor cultural no Brasil e sua evolução.
- DAC "Departamento de Assuntos Culturais" (Encontro de Brasília, Plano de Ação Cultural...) (Abril 1970).
- Encontro dos governadores - apresentação do problema pelo diretor Renato Soeiro (1970).
- Apresentação de Renato Soeiro no Curso de Problemas Brasileiros do PPG em Antropologia Social.
- Parecer ao ministro sobre a possibilidade de contribuição de MG a DPHAN - Renato Soeiro (14/01/1970).
- Nomeação de Soeiro como membro do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro (23/05/1980).
- Agradecimento pela palestra de encerramento do "Encontro Nacional de 50 anos de Arquitetura no Brasil" realizado entre 15 e 19/11/1971.
- Texto da palestra cita acima.
- Discurso feito por Renato Soeiro na sessão inaugural do II Encontro de governadores em Salvador (1971).

- Matéria na revista VEJA onde Renato Soeiro fala da indiferença do MEC com a cultura e sobre a DAC onde ele foi o primeiro diretor e organizador (17/11/1971).
- Temário II encontro de governadores 25 a 29/10/1971.
- Relatório da inauguração do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville, enviado por Renato Soeiro ao ministro (14/10/1972).
- Nota sobre palestra de Soeiro no Instituto de Belas Artes (06/01/1972).
- Comunicação feita por Renato Soeiro na 7º Reunião do Comitê Interamericano de Cultura OEA.
- O IPHAN e a defesa e preservação... notícia no jornal de Letras sobre o simpósio realizado em Porto Alegre (11/1973).
- O Programa de Ação Cultural (1972).
- Medidas propostas a execução da política racional de cultura (08/02/1973) - Afonso Arinos.
- I Seminário de estudos sobre o nordeste preservação do patrimônio histórico e artístico - discurso de encerramento - Renato Soeiro (29/11/1974).
- Principais atividades do IPHAN (19/08/1974).
- Discurso pronunciado pelo Renato Soeiro na inauguração do curso de restauração e conservação de monumentos e conjuntos históricos, na cidade de SP (12/08/1974).
- Scurso feito por Renato Soeiro III Encontro de museus mineiros 02/07/1974).
- Matéria sobre o novo diretor do DAC - assume professor Manuel Diégues Jr. (abril 1974).
- Finalidades e realizações do programa de Ação Cultural - entrevista com Soeiro - Jornal das Letras (fevereiro/março 1974).
- Carta de Renato Soeiro para diretor do DAC (04/02/1974).
- Texto: Um programa cultural (1974) - Renato Soeiro.
- Texto sobre o DAC e PAC - Renato Soeiro.
- Perguntas e respostas (14/08/1975) - Renato Soeiro.
- Questionário da IX Reunião do Comitê Interamericano de Cultura (CIDEDEC) da OEA (15/01/1975)- Renato Soeiro.
- Proteção do patrimônio histórico e artístico monumental, móvel e paisagístico (dezembro/1977) - fala sobre a fase heróica e da gestão de Renato Soeiro medidas de preservação.
- Discurso de Renato Soeiro em BH, inauguração do Museu do Homem (29/04/1976).
- Soeiro defende o programa das cidades históricas (02/11/1978) - Jornal de Brasília.
- Situação dos valores culturais face ao desenvolvimento e à cooperação internacional (17/10/1977).
- Entrevista de Renato Soeiro à Jorge Segundo (01/09/1977)- "O Globo".
- Documento escrito por Renato Soeiro em maio/1977 - sobre a criação do SPHAN e da situação da instituição depois de 1967 (UNESCO, PCH...).

- Documento que relata os antecedentes do SPHAN, mas foca na organização do IPHAN (1977).
- Perguntas realizadas pelo Jornal do Brasil para Soeiro (23/07/1976).
- A preservação dos bens de valor cultural no Brasil e sua evolução (07/1976).
- Fala de Renato Soeiro no II Encontro de Municípios para a Defesa e Vigilância do Patrimônio Histórico de MG (20/05/1976) -Renato Soeiro.
- 30º aniversário da instalação do Museu do Ouro. Ocasão em que Soeiro foi representante do ministro Ney Braga do MEC.
- Texto sobre a 2ª fase (a partir de 1967). Disserta sobre a importância de preservar o "entorno" e a relevância de atividades culturais e turísticas para preservação dos bens (Encontros dos governadores, PCH...) (12 a 14/04/1976).
- Renato Soeiro assume o cargo de diretor executivo da Fundação Casa Rui Barbosa, carta para Aloísio Magalhães (26/07/1979).
- O nosso patrimônio e suas guardiães - O Correio Brasiliense publicou a aula inaugural proferida na UFMG por Renato Soeiro (26/03/1978).
- MEC-IPHAN - fala sobre o decreto o decreto lei 25/37 - Renato Soeiro (19/06/1978).
- Questionário feito por Maria Alice P. Barreto - Jornal do Brasil - caderno B. Respondido por Renato Soeiro (19/06/1978).
- La place des valeurs culturelles dans le developpement et la cooperation internationale - Renato Soeiro.

ANEXO 2

Transcrição das Principais fontes primárias utilizadas

a) Discurso de posse proferido por Renato Soeiro ao assumir a direção da DPHAN

-1-

4/6/67

Discurso proferido pelo Arquiteto Renato Soeiro, no ato da posse como Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 24 de junho de 1967.

Trabalhando neste Ministério, na Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional há quase 30 anos, dos quais 22 com o encargo de substituir eventualmente seu Diretor, foi entretanto, a partir do momento em que S. Exa. O Senhor Ministro da Educação e Cultura, convocando-me dias atrás ao seu Gabinete, para consultar-me se aceitaria assumir a Direção Geral da DPHAN, vaga desde o momento em que Rodrigo M. F. de Andrade teve o pedido de sua aposentadoria confirmado, é que me dei conta, em profundidade, da imensa responsabilidade deste cargo, até então exercido em sua plenitude por aquele companheiro, auxiliado pela equipe que formou no Brasil e da qual, com desvanecimento, faço parte. Em agradecimento a S. Exa., pelo convite tão honroso a um arquiteto dessa equipe, declarei-lhe que ao aceitá-lo, o fazia, certo de poder contar com os meus companheiros, e o apoio, a inteligência e a experiência de Rodrigo M. F. de Andrade, Chefe exemplar, amigo dedicadíssimo, batalhador das duras lutas pela defesa do patrimônio histórico e artístico nacional. A proteção legal desse acervo, só se verificou a partir de 1937 quando por ato do Governo Getúlio Vargas, foi organizada com a finalidade de promover em todo o país, e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e sua divulgação. E se tornou efetiva através do Decreto-lei nº 25, promulgado a 30 de novembro de 1937 pelo presidente Getúlio Vargas e seu Ministro Gustavo Capanema, outro ilustre brasileiro, responsável também pela projeção nacional e internacional da obra de tantos dos nossos artistas contemporâneo. Esse Decreto-lei foi baseado no projeto que Rodrigo redigiu em 1936, por incumbên-

-2-

cia do referido Ministro da Educação e Saúde, apoiado nos estudos anteriores de autoria de Mário de Andrade, nos projetos de lei de José Lins e Wanderley Pinho e na legislação estrangeira. A nova constituição de 27 de janeiro último, mantendo o preceito das que a antecederam, determina que “as obras, monumentos naturais, as paisagens e

os locais dotados de particular beleza, ficam sob a guarda do Poder Público”, consolidando aquele diploma como lei complementar ao dispositivo constitucional.

Foi em 1946 que o então SPHAN criado em 1936 se estruturou em Diretoria e assim permanece até hoje, tendo, no desempenho de suas obrigações, tombado cerca de 700 monumentos de arquitetura civil, religiosa ou militar, 9 cidades e o município de Parati; 24 conjuntos urbanos; 8 conjuntos paisagísticos; incorporado ao patrimônio da União 31 imóveis devidamente restaurados e utilizados como dependências da repartição; criado por lei 6 novos museus; instalados 9 outros já em funcionamento; iniciado o cadastramento de jazidas e sítios arqueológicos no país; publicado 15 números de sua revista especializada e 22 monografias; recolhido e restaurado 5 arquivos públicos, municipais e judiciais; promovido pesquisas de natureza histórica e técnica em arquivos públicos civis cartórios e arquivos eclesiásticos que possibilitaram o conhecimento dos elementos básicos para o esclarecimento da História da Arte do país e dos trabalhos de restauração dos seus principais monumentos, e, bem assim, tornado o Brasil presente e ativo nos organismos internacionais especializados mais considerados.

Às pesadas responsabilidades estabelecidas pelo Decreto-lei nº 25 já mencionado, outros encargos nestes 30 anos foram cometidos à DPHAN. Em 1961, atendendo-se às peculiaridades dos momentos arqueológicos e pré-históricos, foi instituída a proteção dos referidos bens culturais em regime de extrema severidade, e determinado caber essa proteção àquele órgão. Em consequência do Decreto que proibiu a saída do país, das obras de arte e offi-

-3-

cios aqui produzidos até o fim do período monárquico, coube à DPHAN o controle e a fiscalização dessa medida, como pela Lei de 1951, que criava a Comissão Nacional de Belas Artes fora determinada ser sua presidência exercida pelo Diretor do PHAN. O aumento considerável de inscrições em seus Livros do Tombo, os encargos decorrentes do desdobramento de suas atividades, como entre outras a expedição do Decreto de 24 de março de 1966, que converteu o município de Parati em monumento nacional, acarretando providências e iniciativas que implicam na colaboração de mais seis Ministérios públicos, consideráveis recursos, maior número de pessoal especializado, bem como, flexibilidade administrativa. É justamente neste momento, com as determinações de S. Exa., acatando orientação do Governo do Marechal Arthur da Costa e Silva que a DPHAN, cumprindo instruções emanadas da Secretaria Geral deste Ministério, apresentou proposta de sua reorganização, assunto que a vem preocupando nestes últimos anos à vista do aumento já referido e sempre crescente de suas atividades.

Conta atualmente essa Diretoria com apenas 2 Divisões Técnicas, a de Estudos e Tombamento sob a Direção do Arquiteto Lúcio Costa, e a Conservação e Restauração

até há dias sob a minha própria; um Serviço Auxiliar; 4 Distritos, sediados respectivamente em Recife, Salvador, Belo Horizonte e São Paulo. Com base na reformulação de sua estrutura irá dispor de mais 4 Divisões especializadas e 5 novos Distritos, tornando-se apta a enfrentar a tarefa para a qual fui convocado. Os recursos suficientes, certamente lhes serão creditados, estimulada se encontra a DPHAN pela compreensão de S. Exa. O Senhor Ministro e do Colendo Conselho Federal de Cultura recentemente criado, que tem demonstrado o maior interesse pelos seus problemas, examinando-os e equacionando-os em termos reais. A atualização da legislação que a rege bem como a dinamização da sua estrutura administrativa, serão obtidas, com a reforma que o Governo se empenha em realizar, e já iniciou, e que atingirá a estrutura

-4-

administrativa nacional. A demanda de novos técnicos, estou certo, também será atendida, com a providência que peço permissão para sugerir a S. Exa. Que patrocine, determinando estudos para a inclusão em curriculum universitário, de cursos de extensão universitária ou de post graduação, de cadeiras especializadas em conservação e restauração de monumentos e obras de arte, a exemplo do que já fez a Escola Nacional e Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com o curso de “Teoria, Restauração e Conservação da Pintura”, a cargo do Conservador Edson Motta, responsável por esse setor da DPHAN. Com o mesmo objetivo, outras iniciativas S. Exa. Poderá providenciar e principalmente, a reorganização, em nível universitário, do curso conservadores de museus, técnicos que carecem, de maneira premente, as organizações especializadas já existentes e em organização no país, cuja importância será desnecessário acentuar. Com essas três medidas, maiores recursos, maior número de técnicos e reestruturação administrativa a DPHAN continuará cumprindo com o mesmo vigor e severidade, a proteção, a valorização e a divulgação do acervo histórico, artístico e arqueológico do país.

Implantada a efetiva proteção dos bens culturais de Nação na primeira e difícil fase dessa obra meritória, de inteiro devotamento e sacrifício que a foi a administração de Rodrigo Mello Franco de Andrade, partiremos para outra etapa, de amplitude também nacional e internacional e internacional e que a consolidará definitivamente.

Esperamos contar com o apoio e as luzes do Egrégio Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com a solidariedade das autoridades e demais órgãos da administração pública federal, estadual e municipal – sob cuja proteção estão também esses valores – as autoridades eclesiásticas, e as beneméritas instituições públicas ou privadas ou privadas que se impuseram, o zelo e a divulgação de setores desse Patrimônio. E continuar contando também com a compreensão e a reação enérgica, daqueles que, alertas contra algumas que não atentaram suficientemente para a importância desse acervo, violentando leis, prescrições do

Código Penal, decisões dos Tribunais Superiores do país, e a sensibilidade brasileira, pretendem desvirtuá-lo, descaracterizá-lo, ou nosso destruí-lo.

Registre-se finalmente, com o merecido destaque, o interesse, a solidariedade, e a capacidade de administrador já demonstrada nestes poucos meses de gestão, do eminente homem público que, no Governo do Marechal Arthur da Costa e Silva, dirige e orienta a política educacional e cultural do país, o Deputado Tarso Dutra, Titular da Pasta da Educação e Cultura.

Renato Soeiro

b) Conservação dos monumentos históricos no Brasil

13/6/1965

CONSEVAÇÃO DOS MONUMENTOS HISTÓRICOS NO BRASIL

Memória apresentada pelo Arquiteto Renato Soeiro ao Simpósio Pan-Americano sobre Preservação de Monumentos Históricos

St. Augustine, Flórida, 10/13 de junho de 1965.

Embora desde 1742 um Vice-Rei tenha manifestado consciência do dever de zelar pela defesa dos monumentos históricos do Brasil (1), somente em 1937 foi organizada a proteção efetiva do Patrimônio histórico e artístico do país (2). Atualmente, uma disposição da própria Constituição determina que os bens culturais existentes no território brasileiro fiquem sob a proteção do poder público (3) e um órgão da administração federal tem a incumbência de classificar e registrar as coisas móveis e imóveis a serem protegidas de acordo com a legislação, assim como de executar os serviços de conservação, reparação e restauração necessários em proveito do referido acervo (4).

O sistema legal instituído no Brasil, para proteção dos monumentos arquitetônicos e bens móveis de valor histórico e artístico, é mais simples do que, em geral, o dos outros países, mas suficientemente rigoroso. Verificada, pela agência federal competente a necessidade ou conveniência pública da conservação de determinada obra de arquitetura antiga ou de outra espécie com requisitos excepcionais, notifica-se ao proprietário a deliberação de sujeitar o bem móvel ou imóvel de sua propriedade ao regime de proteção estabelecido na legislação, mediante o qual a coisa tombada não poderá, em nenhuma hipótese, ser destruída ou mutilada, nem sofrer qualquer intervenção sem prévia aprovação da repartição competente. Ao proprietário é facultado, dentro do prazo de 15 dias a partir do recebimento da notificação, alegar as

razões essas que são apreciadas e julgadas pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, constituído por 10 especialistas nomeados pelo Presidente da República em caráter permanente, além dos diretores dos museus nacionais de coisas de arte e de história. Se o Conselho considerar improcedentes as alegações do proprietário, o tombamento se procede

- (1) Correspondência do Vice-Rei Conde das Galveias ao Governador da Capitania de Pernambuco.
- (2) Decreto –lei Federal nº 25, de 30 de novembro de 1937.
- (3) Constituição Federal do Brasil, art. 175
- (4) Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criada pela Lei nº 8534, de 2 de janeiro de 1941.

2.

Compulsoriamente e não cabe recurso administrativo desse julgamento senão para a autoridade suprema do Chefe do Poder Executivo da União, ainda assim limitada a impugnação a “motivos de interesse público” (5). Tratando-se de monumentos de propriedade da União, dos Estados e dos Municípios, procede-se ao tombamento por meio de identificação endereçada à autoridade pública superior da entidade a que for subordinada ou pertencer o monumento causa.

Submetido este ao regime da proteção legal, não poderá ser transferido, se for de propriedade pública, senão da União para os Estados e Municípios ou vice-versa e, no caso de coisas móveis e imóveis de propriedade particular, somente poderão ser vendidas depois de oferecidas à compra da União, dos Estados e dos Municípios em que forem situadas, ao mesmo preço proposto pelo pretendente. Com relação aos monumentos arquitetônicos pelo pretendente. Com relação aos monumentos arquitetônicos ou sítios históricos, nenhuma construção se poderá fazer em sua vizinhança ou em sua área sem que o respectivo projeto seja previamente aprovado pela agência federal competente.

Quanto às medidas de conservação, reparação e restauração adotadas em proveito do acervo histórica e artístico do país, obedecem ao critério adotado em todas as nações civilizadas. Tem-se em vista, em princípio, conservar ou recuperar os elementos e as características originais dos monumentos, procurando-se, tanto quanto possível, manter ou reconstituir o ambiente que lhes

seja próprio ou conveniente, evitando-se em sua vizinhança construções ou demolições que possam prejudicá-los. A utilização de materiais modernos para garantir a estabilidade das edificações antigas, quando se acha ameaçada, limita-se ao estritamente indispensável para o objetivo visado, preferindo-se com empenho manter os sistemas construtivos originais, substituindo-se as partes e peças imprestáveis ou perdidas por outras da mesma espécie, quer sejam estruturais, quer de acabamentos.

As modalidades de organização dos serviços e as técnicas de execução são determinadas pelas condições variáveis do clima do país, em grande tropical, assim como localização e pelas peculiaridades do acervo monumental do Brasil. Esse acer-

(5) – Decreto-lei nº 3 866, de 29 de novembro de 1 941

3.

vo, estilisticamente, é parte integrante do domínio da arquitetura portuguesa, que, transferida para a parte meridional do continente americano, ajustou-se às condições locais, mas não encontrou remanescentes de civilização autóctone que pudessem influenciá-la.

No patrimônio histórico do Brasil predominam consideravelmente as igrejas, capelas e conventos, porque o fervor do sentimento religioso, nos períodos iniciais do povoamento e do desenvolvimento do país, induzia as autoridades e colonos a dar importância capital à construção e ao adorno daqueles monumentos. Além de obras de arquitetura militar e civil, estas últimas representadas em parte expressiva por edificações rurais.

Embora o descobrimento do país tenha ocorrido em 1500, as poucas construções que se fizeram no seu litoral na primeira metade do século não deixaram vestígios e, das que se erigiram na segunda metade, raríssimas subsistem. Do século XVII, porém, restam numerosos exemplares, muitos dos quais de qualidade superior. Ficam situadas, na maioria, nas cidades e nas áreas

rurais dos Estados do Bahia e Pernambuco, bem como algumas construções civis muito típicas no planalto do Estado de S. Paulo. Todavia, a maior quantidade de monumentos mantidos no território nacional sob a proteção do poder público é constituída por edificações do século XVIII, que foi a fase de grande surto arquitetônico no Brasil colonial, durante a qual não só se desenvolveram e enriqueceram as cidades do litoral, como se formaram, no interior do país, as povoações originadas do descobrimento e exploração das minas de ouro e de diamantes. Nas construções desse período, sobretudo nas obras de arquitetura religiosa, se acentuam e se apuram os traços estilísticos sucessivos do Barroco e do Rococó, destacando-se na segunda metade do setecentos as produções de autoria do arquiteto e escultor Antônio Francisco Lisboa, cognominado o Aleijadinho, no Estado de Minas Gerais, com feição marcadamente original que as distingue dos monumentos contemporâneos da metrópole portuguesa.

Os remanescentes das obras de arquitetura levantadas no Bra-

4.

Sil nos primeiros anos do século XIX com características de estilo neo-clássico e das que se regiram no decurso do oitocentos, já contaminadas de ecletismo, representam parcela relativamente reduzida do acervo de monumentos históricos que a administração nacional assumiu o encargo de conservar. Dentre as primeiras, destacam-se na cidade do Rio de Janeiro, os restos das edificações projetadas pelo arquiteto Grandjean de Montigny, um dos mestres da missão francesa que foi trazida em 1817 para fundar no país a Academia de Belas Artes, as quais se acrescentaram algumas importantes de autoria de seus discípulos mais talentosos.

Ao conjunto de monumentos acima resumido foram incorporados, para efeito de preservação, três das obras mais significativas e influentes da arquitetura moderna brasileira, escolhidas como padrões iniciais da última fase da evolução arquitetônica do país.

Tal é o acervo de monumentos que a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico tem a obrigação de conservar e proteger. Importa assinalar, no entanto, que o encargo assumido pela agência federal instituída para esse fim não se limita a atribuição de zelar por monumentos individuais e, sim, também por certo número de pequenas cidades antigas, cuja integridade arquitetônica e urbanística circunstâncias especiais resguardaram através dos anos, especialmente as que se formaram durante o ciclo de mineração do ouro, das quais a mais valiosa é Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais. As mesmas razões que reclamaram ou justificaram a adoção de regime especial de proteção para as referidas cidades, fizeram com que se pudessem sob regime equivalente os bairros e logradouros mais antigos e característicos de grandes cidades com Salvador da Bahia ou de cidades menores, como Vassouras, no Estado do Rio de Janeiro.

Em relação a esses extensos conjuntos urbanos, é claro que a vigilância exercida para protegê-los tem de se ampliar consideravelmente, enquanto as medidas de conservação e reparação aumentam na mesma proporção, verificando-se, infelizmente, a muitos respeitos e emergências freqüentes, falhas mais ou menos graves na ação desenvolvida pela repartição competente.

Entretanto, considerando-se a vastidão do território ao

5.

longo de qual a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tem de cumprir sua missão; atendendo-se ao número avultado dos monumentos individuais e áreas urbanas a conservar; ponderando-se as condições peculiares do país e a fragilidade dos materiais empregados na imensa maioria das construções; e tendo-se em conta, finalmente, a exiguidade do pessoal técnico e administrativo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, assim como a insuficiência de créditos orçamentários postos a sua disposição, pode ser afirmado que os monumentos históricos do Brasil são beneficiados com proteção relativamente eficaz do poder público.

30.5.1963

c) Discurso do novo conselheiro

-99-

POSSE DE RENATO SOEIRO NO CONSELHO

Iniciando suas reuniões plenárias de junho último, o Conselho Federal de Cultura deu posse ao seu novo membro, Sr. Renato Soeiro, que, por ato do Sr. Presidente da República, passou a ocupar a cadeira vaga com o falecimento de Rodrigo Mello Franco de Andrade. O novo Conselheiro, que é o atual Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, foi saudado pelo Presidente da Câmara de Artes, Conselheiro Clarival do Prado Valladares. O Sr. Renato Soeiro pronunciou um discurso de agradecimento durante o qual fez o elogio do seu antecessor, manifestando o propósito de tudo fazer, no Conselho, em prol da defesa e do maior proveito da cultura brasileira.

-100-

DISCURSO DO NOVO CONSELHEIRO

A seguir, reproduzimos o discurso do arquiteto Renato Soeiro, Diretor da DPHAN.

“A indicação feita pelo Senhor Ministro da Educação e Cultura, Deputado Tarso Dutra, e acolhida pelo Senhor Presidente da República, para o atual Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional integrar este Egrégio Conselho Federal de Cultura, na vaga de Rodrigo Mello Franco de Andrade, é ato que muito honrado agradeço e registro como das mais expressivas manifestações de apreço e reconhecimento aquele órgão, por ele criado em 1937 e dirigido até princípios de 1967, quando se aposentou e então o sucedi.

A sucessão que agora me cabe, entretanto, é pela sua ausência definitiva.

Se difícil fora substituí-lo na DPHAN _ onde entrei em 1939 quase diretamente da antiga Escola Nacional de Belas Artes _ somente por ter recebido a assistência generosa de sua inteligência desde os primeiros encargos de que fui incumbido como arquiteto do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é que estarei ocupando seu lugar, neste Conselho, para prosseguir no trabalho que aqui vinha ele realizando.

A sua perda, irreparável para o Brasil, vem sendo assinalada. Neste recinto, sua memória foi reverenciada com a discrição e o carinho, na medida que deveria sensibilizá-lo . Avesso a manifestações onde sua pessoa fosse tema, realizou a sua tarefa quase em silêncio. Mas com determinação, firmeza e devotamento absolutos. Há poucos dias em Ouro Preto, participando de encontro promovido pelo Governo do Estado de Minas Gerais, os “Diários Associados” e a EMBRATUR, sobre a preservação dos bens culturais, referia-me a sua dedicação a essa causa, a ponto de, como lembrara o Magnífico Reitor Moniz de Aragão ao conceder-lhe o título de Doutor “Honoris Causa” da Universidade Federal do Rio de Janeiro, confundir-se no país _Patrimônio e Rodrigo, o que também acontece fora do Brasil.

Dessa integração sou testemunha: de longíquas paragens, os apelos para reparos em uma pequena igreja ou modesta moradia eram feitos ou chegavam à repartição dirigidos pessoalmente ao seu Diretor. No exterior, quase sempre deparei com algum intelectual ou técnico ligado aos problemas de proteção do patrimônio ou à organização de museus, _ mesmo fora do âmbito dos organismos oficiais, como o ICOM, o ICOMOS ou outros, _ que não se esqueceram da recepção afetuosa no Patrimônio, do contado sempre proveitoso com o seu Diretor, da informação recebida dele com presteza e expectativa de que seria de alguma valia para quem a solicitara.

Era essencialmente homem civilizado e sensível a todas as manifestações de cultura.

Amigo exemplar, como o chamava Manuel Bandeira e pródigo, pois a tantos concedera esse privilégio. A essa qualidade Carlos Drummond Andrade juntara a de mais fiel e humildade escudeiro da DPHAN. E o fora realmente em benefício, em grande parte, do acervo de história e arte nacional. Em 1937, dá forma definitiva a legislação específica e organiza o DPHAN. Em 1946, estrutura-o em Diretoria. Promove o inventário, a do-

-101-

cumentação, os estudos, a consolidação e a recuperação dos mais importantes monumentos nacionais, de suas obras de pintura e de talha. Organiza museus e casas-históricas, incorporando ao Patrimônio da União valiosos exemplares da sua arquitetura. Incentiva e ele próprio realiza pesquisas indispensáveis ao conhecimento e esclarecimento de alguns aspectos da história e da arte brasileiras. Providencia a classificação e a proteção de arquivos públicos, eclesiásticos e particulares, e o cadastramento das jazidas arqueológicas; edita números da Revista especializada e 22 monografias sobre temas inerentes às atividades da DPHAN. Arbitra e resolve as dificuldades provenientes de divergências naturais entre artistas plásticos, no exercício das atribuições que lhe são conferidas na Presidência da Comissão Nacional de Belas Artes. Estimula o interesse especialmente dos jovens em todas essas atividades, sugerindo-lhes temas, ajudando-os a documentá-los e a desenvolvê-los. Atualizado, leitor ávido, seu dia começava de madrugada quando, com o mesmo interesse tomava conhecimento de um relatório técnico e o anotava, de uma obra poética, das anti-memórias de Malraux ou das memórias do General De Gaulle.

Em 1966, sentindo que em outro estágio iria se colocar a proteção dos bens culturais, solicita, à UNESCO, auxílio técnico para projetos dentro do programa denominado _ de turismo cultural. E quando se afasta, três projetos principais tinham se fixado dentro daquela orientação _ o do Plano Diretor da Cidade de Ouro Preto, o do Bairro do Pelourinho e o do Município de Parati.

Em 1967, passa a integrar este Conselho, não havendo assim interrupção em suas atividades principais.

Dois projetos entretanto não poderá levar a termo: concluir o estudo sobre a pintura mineira, destinado ao 2º volume das Artes Plásticas, iniciativa interrompida em 1952, e o estudo das próprias Artes Plásticas no Brasil, apenas esboçado. Mas deixa completo o exemplo de sua vida, dedicada à proteção do patrimônio histórico e artístico nacional; sua memória estará sendo devidamente cultivada na medida em que pudermos continuar o que considerava sua principal obrigação _ sua defesa intransigente.

A honra de aqui ser acolhido se reveste de significação toda especial para mim, pela circunstância de estar, na sua Presidência, antigo companheiro e amigo _ Arthur

Cezar Ferreira Reis, responsável pela documentação e tombamento dos principais monumentos dos Estados do Amazonas e Pará, como também pela contribuição indispensável ao esclarecimento dos fatos e acontecimentos históricos daquela região. Referia-se ele, outro dia, neste local, ao nosso primeiro encontro em Belém, em 1940, quando juntos conferíamos os desenhos e os textos de Alexandre Rodrigues Ferreira _ ocasião em que me entregou, para integrar o arquivo da DPHAN, alguns documentos inéditos sobre a obra do arquiteto Landi naquela cidade. Reveste-se ainda de significação o fato de dever ao seu primeiro Presidente, Josué Montello, a integração nas atividades deste Conselho, desde os seus primeiros dias. Inicialmente em virtude da sua própria instalação em dependências de um monumento tombado, e, logo depois, quando em plena atividade solicitava à

-102-

DPHAN assistência, ou esta, seguidamente, pedia-lhe o seu concurso para algumas das suas muitas dificuldades. Insensivelmente, Josué foi ficando mais enredado nos nossos problemas, das quais desde então não mais se desligou, participando dos mesmos com a sua habitual solicitude e interesse.

Aos eminentes membros deste Conselho, e em particular a dois de seus Conselheiros _ Pedro Calmon e Afonso Arinos de Melo Franco, meus particulares Conselheiros e companheiros de outro Conselho – o Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que tanto lhes deve _ desejo assegurar o meu empenho em procurar trazer alguma contribuição que possa ajudá-los na dura tarefa: a de atender ao que a Lei determina e as Autoridades Superiores confiaram-lhes, incumbindo-os de traçar a orientação conveniente e indicar as soluções adequadas na defesa e em proveito da Cultura Nacional.

Inteiramente consciente da relevância de tal encargo é que passo neste momento a considerá-lo da minha responsabilidade também.”

d) DAC: DEFESA E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO

Comunicação feita à Sétima Reunião de Comitê Interamericano de Cultura da OEA pelo Arquiteto RENATO SOEIRO, Diretor do Departamento de Arquitetos Culturais do Ministério da Educação e Cultura.

Salvador foi sede, em maior deste ano, de VI Reunião do Comitê Interamericano de Cultura da Organização dos Estados Americanos. Do encontro resultou a reformulação do Programa Regional de Desenvolvimento Cultural, promovido por aquele organismo.

A Reunião, que passou a ser conhecida como Normas de Paris, teve profunda repercussão nos países do continente, inclusive no Brasil.

Em condiplência à orientação do governo e surgindo diretrizes fixadas pelo Ministro Jarbas Passarinho, em consonância com as recomendações da Reunião de Salvador, é que foi implantado o Programa de Ação Cultural, que vem sendo executado através de Departamento de Assuntos Culturais do MEC.

As determinações do Ministro Jarbas Passarinho vão assim sendo cumpridas, dentro de uma sistemática realística e produtiva, com visitas à defesa, preservação e restauração do nosso patrimônio histórico e artístico e ao estímulo e apoio e todas as manifestações de nossa cultura, quer individuais, quer coletivas.

O Departamento de Assuntos Culturais do Ministro da Educação e Cultura tem como principal meta a defesa e preservação do nosso patrimônio histórico, artístico, paisagístico e arqueológico. Daí porque suas atividades se orientam no sentido da execução e criação de novas condições para o acervo cultural brasileiro, incluindo o apoio e o estímulo a todas as manifestações da literatura e da arte, sejam individuais ou coletivas.

A ação do DAC, através do Programa de Ação Cultural, se traduz num trabalho efetivo, eficaz e continuado, visando levar a cultura a todas as camadas da população brasileira, em todos os pontos do território nacional.

Objetivos específicos

Entre os objetivos específicos do Programa de Ação Cultural, visando à sua ativação e pleno desenvolvimento através de programações previamente aprovadas, podemos destacar: descoberta de novos focos de interesse e ressurgimento de movimentos culturais regionais e locais; aumento do campo de trabalho para autores, atores, produtores, literatos, dramaturgos e todos os demais profissionais da área cultural; preservação do nível qualitativo dos eventos selecionados; conquista de ritmo de planificação, coordenação e execução e programas culturais itinerantes, com tráfego nacional, para toda a estrutura funcional do Departamento de Assuntos Culturais, com apoio subsídio para os programas de 1974 e dos anos seguintes; proteção dos bens de valor cultural existentes no acervo brasileiro, identificados ou a identificar, com a localização, classificação e preparo dos trabalhos de preservação e restauração de obras e monumentos nacionais.

Incentivo à pesquisa

Como sabemos, existe no país uma parte de seu acervo cultural ainda não inteiramente conhecida. Trabalhos anteriores, de caráter pioneiro, limitados pela vasta extensão territorial brasileira, não puderam desenvolver pesquisas metódicas e exaustivas, dispensando em parte a documentação já conseguida.

A falta de meios de comunicação entre as diversas regiões, assim como preconceitos arraigados provocando distorções várias,

-2-

Dificultavam a senhoria do intercâmbio cultural, mas atualmente, com os estímulos originados dos novos de comunicação, exigem uma avaliação e um estudo da nova situação, para o conhecimento das transformações culturais imprimidas à nossa época. Já não existe a falta de recursos financeiros, humanos e materiais que impedia a execução, em âmbito nacional, de pesquisa que englobasse todos os aspectos do acervo cultural. Hoje, a oportunidade de iniciação é provocada pelas facilidades de estruturas administrativas, políticas e sociais dinamizadas e prontas a gerar, na área cultural, os meios necessários a empreendimentos de tal ordem.

Daí o Ministério da Educação e Cultura determinar que se proceda a um diagnóstico do estágio de maturação cultural atingido por nosso processo histórico, utilizando-se as vantagens das ciências do homem e da tecnologia moderna, com as quais será possível o levantamento da realidade brasileira.

Projeto Rodrigo M. F. de Andrade

Esse projeto é o inventário da inteira produção do passado e do presente brasileiro e nos diversos campos da cultura, e pretende integrar, preservar e incentivar tudo aquilo que for digno do apreço e que, ao mesmo tempo, torne as populações conscientes dos seus valores locais, dentro da cultura nacional.

O Projeto tem como finalidade geral fazer tal inventário, localizando, identificando, classificando, catalogando, cadastrando e utilizando adequadamente o acervo do bens de valor cultural do país. Entre seus objetivos específicos, temos: descobrir e preservar os bens de valor cultural, impedindo sua deformação, transformação inadequada ou extinção, ou ainda a ação predatória; incentivar no jovem universitário o surgimento de sensibilidade pelo patrimônio cultural brasileiro, fazendo-o participar diretamente da ação; interligar os currículos das universidades com os temas que permitam uma visão mais objetiva e real da cultura no Brasil; sensibilizar a opinião pública para aceitar a realização do levantamento do nosso acervo cultural com a retomada de um processo de redescobrimto nacional; promover o conhecimento potencial turístico brasileiro, valorizando suas regiões e desenvolvendo os roteiros

culturais adequadamente elaborados. Organização e publicação do inventário dos bens culturais.

Metas preliminares

O Programa de Ação Cultural tem como suas metas preliminares, entre outras, o estabelecimento da programação em cada área;

-3-

da cronologia de realização dos eventos e condições de sua efetivação, considerando-se a colaboração de outros poderes públicos estaduais e municipais, e de um calendário geral, de modo a permitir ampla divulgação dos eventos nos locais de sua realização, com a antecedência mínima de vinte dias.

Equipes de trabalho

As equipes de trabalho já se acham em plena atividade, tendo à frente o próprio diretor do Departamento de Assuntos Culturais, arquiteto Renato Soeiro, que atua como gerente. Há os supervisores das diversas áreas: Apoio, Artesanato e Artes Populares, Artes Plásticas, Cinema, Divulgação e Relações Públicas, Espetáculos, Folclore, Livro, Música, Patrimônio e Museu, Rádio, Teatro, TV o Núcleo de Apoio ao AA, cada Área com seus assessores. As Equipes trabalham em consonância com o Grupo Tarefa, instituído através de Portaria Ministerial.

Atividades do PAC

O Programa de Ação Cultural desenvolveu intensa atividade, nos últimos meses, destacando-se, entre outros eventos: excursão da Orquestra Sinfônica Brasileira por diversas capitais brasileiras; concertos de pianistas Artur Moreira Lima, Edson Elias o Laís Brasil; igualmente em diversas capitais; Curso de Alta Interpretação Pianística, a cargo da Professora Magdalena Tagliaferro; Curso de Musicologia e Análise de Óperas para o Povo, ministrado pelo Maestro Salvatore Ruperti; Concerto sinfônico na Quinta da Boa Vista, com a presença de mil participantes, entre músicos e cantores; numerosos recitais de canto, piano, violão, também em várias cidades brasileiras; Concurso Nacional de Canto Carmon Gomes, no auditório do MEC, na Guanabara; excursão da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre, pelas capitais dos Estados; apresentação do Conjunto Armorial do Recife em dez capitais; recitais do violinista Turbido Santos, da harpista Léa Bach e de Tatsuo Sasaki (xilofone), na Casa de Rui Barbosa; exibição do Tamba Trio em cinco Universidades da Guanabara e em três do Estado do Rio de Janeiro; apresentação do Madrigal Palestrina em oito capitais; exibição da Orquestra de Câmara de Brasília, em Goiânia, Anápolis e Belo Horizonte; recital do Quarteto de Brasília em seis cidades; recitais e concertos na Casa de Rui Barbosa e no Museu Nacional de Belas Artes; concertos didáticos de música erudita.

O Ballet Brasileiro da Bahia exibiu-se em algumas cidades, enquanto, na área do teatro, foram encenadas peças infantis e

-4-

Uma clássica, pelo Grupo Teatro Expressão, e Os Moirinhos, de Martine Pena, na Guanabara.

Assinalemos, quanto às exposições: Exposição Itinerante do Museu Histórico Nacional, em várias capitais; Exposição Itinerante do Museu Imperial de Petrópolis, em Belo Horizonte e diversas cidades fluminenses; Exposição comemorativa do tricentenário da morte de Molière, no saguão da Biblioteca Nacional; Exposição “Síntese da Pintura Brasileira”, no Tijuca Tênis Clube, na Guanabara; Exposição Júlio Vieira (pintura), igualmente no Museu Nacional de Belas Artes; exposições e palestras sobre pintura em 35 escolas de bairros cariocas.

Merecem também referência destacada o Curso de Linguística, ministrado na Guanabara pelo Professor Herculano de Carvalho, catedrático da Universidade de Coimbra, e o Programa Especial comemorativo do IV Centenário de Niterói, com a realização do Ciclo de Estudos Fluminenses, a se realizar em novembro que ora se inicia, sob o patrocínio do DAC.

Ressaltamos que a prestação de servidor técnicos ou profissionais, ao Departamento de Assuntos Culturais, para cumprimento do Programa de Ação Cultural, se realiza mediante contrato, resguardando-se, assim, os direitos e obrigações do órgão e de seus contratados. Nossa base é que se vêm realizando concertos, recitais, representações teatrais etc.

Outras realizações

Podemos igualmente destacar como realizações do PAC o Concurso Universitário de Cultura Brasileira, sob o patrocínio do Conselho Federal de Cultura, e o concurso, de âmbito nacional, visando a premiar trabalhos jornalísticos tendo como temas os eventos do Programa de Ação Cultural.

Em relação aos próximos meses, o PAC realizará intensa atividade, em suas diversas áreas, entre as quais a produção de filmes culturais para a televisão e o cinema comercial, abrangendo música, teatro, artes plásticas, arquitetura, folclore, sítios e monumentos históricos.

Quanto nos espetáculos, teremos, além da apresentação do Ballet Jovem e dos Jograis da Guanabara, danças regionais do Grupo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Circo de Marionetes Pa-

-5-

Ihaço Malmequer, o Corpo de Baile do Teatro Municipal do Rio, o Grupo Teatro e Expressão e a Orquestra Sinfônica da UFRJ, com o declamador Paulo Batista Pereira, em espetáculo de arte integrada.

No campo do folclore, além do VII Congresso Nacional, em Brasília, em janeiro de 1974, haverá a Feira de Arte Popular e Artesanato Folclórico e danças dramáticas regionais.

No que se refere ao teatro, além de representações infanto juvenis, teatro clássico e teatro comidramático, haverá festivais para amadores de teatros universitários, bem assim a concessão de auxílios para a construção de auditórios, montagem de teatro amador, e dez recitais de poesia “Reencontro Drumond Todo Dia”, com a atriz Maria Mompeu.

Quanto às artes plásticas, teremos as exposições: Rio de Janeiro – Uma Viagem ao Passado e Treze Artistas do Brasil Moderno.

No terreno do livro, várias edições e apresentação de numerosas reedições e coedições com o Instituto Nacional do Livro, além da reedição de Notícias do Brasil.

Restauração e preservação

Na área da preservação, o início dos trabalhos sistemáticos da recuperação do conjunto arquitetônico da cidade de Goiás, de museus regionais e de casas históricas. Devem ao mesmo tempo, ser implantados os Projetos Mário de Andrade e Rodrigo M. F. de Andrade e concluída a recuperação e mantida a preservação do Parque Santuário de Congonhas (museu ao ar livre) e o Parque Cemitério da Soledade, em Belém, incluindo a composição da ambiência e paisagem locais.

Na área da música, além dos concertos de Arnaldo Estrela e Nelson Freire, haverá excursões das Orquestras Sinfônicas de Porto Alegre, da Armorial de Pernambuco e de Câmara de Brasília, que se apresentarão em diversas capitais dos Estados.

Quanto às artes populares, serão realizados trabalhos de pesquisa, documentação e levantamento destinados a reunir peças visando à uma exposição de arte popular.

E, no campo da divulgação, a realização dos programas radiofônicos A Renovação Cultural e Adolescência e Tudo Isso é Brasil; espetáculos de TV, com programas gravados sobre música, patrimônio histórico e artes plásticas. A par disso, conferências ver-

-6-

sando sobre diversos aspectos culturais, em várias cidades do país, além de exposições bibliográficas.

Defesa da Cultura

Desse vasto planejamento, grande parte já em execução, se depreendo que o Programa de Ação Cultural, não apenas idealizou, em bases técnicas, mas vem realizando um trabalho de defesa, estímulo e apoio dos mais diversificados setores da cultura nacional. A fixação dos pontos de sua programação se efetua de maneira realística e eficaz, merecendo ainda uma referência a reformulação dos currículos do ensino artístico.

Cultura brasileira

E, ao encerrarmos esta exposição, cabe-nos lembrar estas palavras do Ministro Jarbas Passarinho; recentemente proferidas: "Queremos reafirmar nossa conceituação da cultura brasileira, que consideramos ser a preservação da herança do nosso passado, base de toda criação autêntica e que, por assim dizer, é a própria essência da nacionalidade. É ela que pretendemos divulgar em todo o país, de modo dinâmico, através do Programa de Ação Cultural".

e) "Plano Estratégico de Ação"

M.E.C – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Renato Soeiro

I – FILOSOFIA

Organizada a proteção efetiva do patrimônio histórico e artístico nacional com a promulgação do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o órgão incumbido dessa proteção, a DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, tem inventariado, classificado, tombado, divulgado, conservado e restaurado monumentos, sítios, obras, documentos e objetos de valor arqueológico, histórico e artístico existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico. A essa tarefa que realiza em toda a extensão do território nacional ajunte-se a preservação de sítios e paisagens de notável beleza natural.

Rodrigo M. F. de Andrade, ao informar sobre a atuação desse órgão, defina com a maior propriedade o que constitui essencialmente o país, conservado íntegro através

manifestações da inteligência, “só a extensão territorial com seus acidentes e riquezas naturais somada ao povo que a habita não configura de fato o Brasil, nem corresponde a sua realidade. Há que computar também, na área imensa povoada e despovoada, as realizações subsistentes dos que a ocuparam e logaram às gerações atuais: a produção material e espiritual duradoura ocorrida do norte ao sul e de leste a oeste do país, constituindo as edificações urbanas a rurais, a literatura, a música, assim co o tudo mais que ficou em nossas paragens, como traços de caráter nacional, do desenvolvimento histórico do povo brasileiro. O acervo dessas produções, da sucessão já longa de nossos predecessores é que, ligando os brasileiros de hoje, as populações que os antecederam, originárias da própria terra ou provindas de outros continentes, em verdade autêntica e afirma a existência nacional”.

A necessidade de preservar esses bens que em conjunto “constituem os documentos de identidade da nação brasileira”, (x) tem tido obrigação cívica e cultural sempre presente as autoridades responsáveis pelas sucessivas Constituições adotadas no Brasil desde 1934, revigorada recentemente na Constituição Federal vigente, no seu artigo 172 que determina: “o amparo à cultura é dever do Estado” e no seu “Parágrafo único – Ficam, sob a proteção especial do poder público, os documentos, e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas”.

-2-

A subsistência desses documentos, “comprova, melhor que qualquer outra coisa, nosso direito de propriedade sobre o território que habitamos”. (x)

A atualização da estrutura da DPHAN e dos recursos que lhe são necessários, é indispensável ao cumprimento de suas obrigações sempre acrescidas depois de 1937. É matéria em pauta e objeto de cuidadosos estudos por parte dos responsáveis pela reformulação administrativa do país.

Alcançada essa atualização, inclusive com a renovação e ampliação dos quadros de especialistas em conservação e restauração de monumentos e obras de arte e em técnica de museus, é tarefa prioritária o amplo esclarecimento, através de todos os meios valores de divulgação contemporânea, do que representam esses bens como valores culturais, como elementos de riquezas, uma vez integrados criteriosamente nos planos nacionais de cultura, turismo e desenvolvimento.

Em resumo: a documentação, defesa, preservação e valorização do acervo de arte, de interesse histórico, arqueológico e paisagístico do país, que se realiza em decorrência do dispositivo constitucional e leis específicas, é trabalho a ser acelerado em virtude das condições precárias em que grande parte desse acervo se encontra, não só devido a deficiência dos meios concedidos, como também em consequência de iniciativas inadequadas, inclusive de órgãos da administração pública. Só a consciência de real e significa desses bens garantir-lhes-à o respeito necessário. Esse conhecimento

poderia ser iniciado desde os primeiros currículos de ensino, aumentado sistemática e gradativamente nos demais níveis até constituir matéria especializada em cursos universitários e pós- universitários, conforme sugestão já encaminhada ao Senhor Ministro da Educação e Cultura. (Of. Nº 1569/DPHAN de 26.9.68).

A mise em valeur dos monumentos e sítios sugerida pela CARTA DE VENEZA (UNESCO, 1964) e mais recentemente pelas RECOMENDAÇÕES DE QUITO (OEA, 1967) e de longa data seguida pela DPHAN permitirá a inclusão desses bens como pólos de atração no plano nacional de turismo, a ser incorporado aos planos nacionais de desenvolvimento econômico do país, vindo a contribuir, não só para a entrada de divisas, mas essencialmente para afirmação da nacionalidade e a “compreensão mútua dos povos, o desenvolvimento e a salvaguarda de suas de suas culturas específicas”. (x)

(x) M.Parente Brasil 1968.

-3-

II- Instrumentação

a)Histórico

Estruturada pelo Decreto nº 20 303, de 2 de janeiro de 1946, a DPHAN é constituída por uma Diretoria Geral, 2 (duas) Divisões Técnicas: a de Estudos o Tombamentos, compreendendo 2 (duas) Seções: Arte e História, e a de Conservação e Restauração integrada pelas Secções de Projetos e Obras; um Serviço Auxiliar; 4 (quatro) Distritos com sedes respectivamente em Recife, Salvador, Belo Horizonte e São Paulo; é assistida por um Conselho Consultivo, composto de personalidades de notório saber nomeadas diretamente pelo Senhor Presidente da República e pelos Diretores dos Museus Nacionais.

Data de vinte e dois anos essa estrutura, hoje insuficiente para atender não só aos encargos a que a abriga o citado Decreto-lei nº25, de 30.11.1937, como, principalmente, aos subseqüentes, em decorrência da Lei nº 1512, de 19.12.1951 que cria a COMISSÃO NACIONAL DE BELAS ARTES; a Lei nº 3924, de 26.7.1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pro-históricos no país e a Lei nº 4845 de 19.11.1965, que proíbe a saída, para o exterior, de obras de arte e ofícios produzidos no Brasil até o final do período monárquico.

Assinale-se, ainda, o surto de desenvolvimento urbano e industrial do país que envolve, em seus planos, monumentos, conjuntos até municípios tombados, obrigando a DPHAN à mobilização de técnicos para o exame e acompanhamento desses projetos, além daqueles de sua própria iniciativa, visando a defesa e a valorização desses bens e sua integração no plano nacional de turismo cultural, alguns, já em realização, com a assistência técnica da UNESCO e possivelmente em breve com a cooperação da OEA.

Basta citar entre os primeiros os projetos referentes aos conjuntos do bairro do Pelourinho, em Salvador; da cidade de Ouro Preto; e do município de Parati, cooperação obtida através do nosso Delegado Permanente junto aquele importante organismo internacional, Embaixador Carlos Chagas Filho. Numa segunda etapa prevê-se o atendimento dos planos de urbanização e valorização de Alcântara, no Estado do Maranhão; de Olinda e Igaráçu em Pernambuco; de São Cristovão em Sergipe; do circuito das cidades históricas em Minas Gerais e o das casas bandeiristas de São Paulo; o conjunto da antiga capital de Goiás; e o da Zona Missioneira do Rio Grande do Sul, em um plano integrado que abrangendo as antigas Missões hoje localizados em territórios do Paraguai e da Argentina, deverá merecer o apoio da OEA, e cuja 1º fase será o reequipamento do laboratório atelier da DPHAN, para a restauração de obras de arte e documentos.

-4-

No setor de Museu, no que lhe incumbe por dispositivo legal, a DPHAN providenciou por lei a criação de 6 (seis) museus; pôs em funcionamento 5 (cinco) outros; tem em organização mais 2(dois), além de 19 (dezenove) casas históricas num total do 32 (trinta e duas) unidades.

A assistência técnica foi prestada aos seguintes museus nacionais: Museu Nacional, na Quinta da Boa Vista (remodelação do prédio e das exposições), Museu Nacional de Belas Artes (projeto e construção das galerias internas); Museu Imperial (projeto e adaptação); Museu Histórico Nacional (execução e fiscalização de serviços de conservação inclusive no Museu da República); além daquela de natureza vária, prestados a museus e entidades particulares.

Neste particular convém registrar a atividade e a orientação da repartição, estabelecendo diferença entre museu de documentação regional de arte e história e casas históricas, e os museus nacionais: os primeiros, adaptados exclusivamente em prédios tombados, constituindo, em conseqüência, as respectivas edificações o principal interesse do conjunto, evidentemente predominante sobre o aspecto museológico da instituição que geralmente fica prejudicada quanto à determinadas características próprias, tais como, circulação, iluminação, etc., à vista das limitações, impostas pela condição do monumento tombado que as abriga e que não deve ser sacrificado.

Nos grandes museus nacionais de arte, história e ciência, contrário, predominam nitidamente as respectivas colocações

b)Atualização

A instrumentação atualizada da DPHAN adaptando-se ao artigo 172 do Decreto-lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967, consta das sugestões encaminhadas ao Senhor Ministro da Educação e Cultura e está indicada no organograma junto.

É sugerida:

a) Criação de mais (4) quatro Divisões técnicas correspondentes aos serviços de:

I – Restauração de obras de talha e pintura, que já funciona em Âmbito nacional e interamericano;

II- Arqueologia que vem promovendo sistematicamente o cadastramento das jazidas arqueológicas em todo o país;

III- Museus regionais e casas históricas que à vista das iniciativas já realizadas e programadas necessita estruturação própria e finalmente a de:

IV- Difusão cultural que deverá abranger não só a divulgação através de ensino, como a iniciativa de execução de filmes documentários, publicações, programas de Rádio e TV Educativa, além de promo-

-5-

ção de exposições, conferências, iniciativas ligadas ao turismo cultural, etc., atividades muito restritas até então. Para caracterizá-los, basta citar o fato de, por carência de meios, há meios, há 6 anos, estarem suspensas as suas publicações especializadas.

b) Organização de mais 5 (cinco) Distritos, com sedes nas cidades de Belém (Estado do Pará); São Luís (Estado do Maranhão); Rio de Janeiro (Estado da Guanabara); Brasília (Sede) e Porto Alegre (Estado do Rio Grande do Sul).

c) Constituição de um Serviço de Consultoria Jurídica

d) Reformulação completa dos seus quadros administrativos e técnicos.

A estrutura reformulada do setor PHAN e Museus, compreenderá:

I- Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, incluindo Museus de documentação regional e casas históricas (DPHAN)

II- Museus Nacionais assistido por um colegiado ou Conselho Deliberativo, constituído pelos Diretores desses museus e por profissionais de comprovada capacidade nas várias especificidades, com a responsabilidade da política nacional de museus e dentro outras insistidas, com a incumbência de:

a) supervisão dos museus nacionais;

b) assistência aos museus nacionais, seja pela convocação dos préstimos de um profissional para qualquer museu em que sua experiência as torne necessária,

seja pela convocação de um técnico estrangeiro, por intermédio de organismo internacionais, quando na falta de elementos do país, sua vivência for tida como indispensável no enriquecimento da experiência nacional.

- c) criação de um Centro de Documentação que reúna, na capital do país, documentário fotográfico e de moldagens das peças mais significativas das várias coleções dos museus e monumentos nacionais, e que substituirá, junto às Universidades e ao ensino médio da região, de museus que ainda não existem, prevendo-se o seu desenvolvimento em relação ao serviço que prestar;
- d) estudo e planejamento de novos museus:
 - 1) por desdobramento das coleções existentes, quer em unidades autônomas, quer em unidades reformuladas;
 - 2) por utilização da disponibilidade das reservas das grandes instituições, em áreas insuficientemente ou não atendidas;
 - 3) por enfoque de setores de cultura ainda programados pelos poderes públicos, obrigando à formação de novas coleções a serem localizados onde julgado convenientemente.
- e) Planejamento e constituição de equipes qualificadas, pela criação de condições favoráveis e pelo incentivo ao aperfeiçoamento científico, ou técnico, das diferentes especialidades e categorias de profissionais em museus;

-6-

- f) orientação aos museus estaduais, municipais e particulares interessados;
- g) estímulo ao desenvolvimento da pesquisa científica universitária dentro dos museus, utilizando tanto as coleções quanto o material dos serviços de documentação existentes;
- h) estímulo ao aperfeiçoamento da produção artística e artesanal do país, reformulando e ativando os processos os processos de atendimento.

Os principais museus nacionais se converterão em Museus-Centrais que responderão pela dos respectivos setores: de arte (Museu Nacional de Belas Artes), de ciências naturais, antropologia e arqueologia (Museu Nacional) e de história (Museu Histórico Nacional e Museu Imperial), prevendo-se a criação de novos setores tão logo se faça oportuno.

III IRRADIAÇÃO NACIONAL

A DPHAN atuando em todo o país, o órgão de irradiação nacional. Sua atuação será complementada:

- a) Pelos Serviços do Patrimônio Histórico e Artístico Estaduais que tem incentivado o se destinam a atender não só a proteção de obras e monumentos de interesse regional, como o de auxiliar a união na preservação dos monumentos nacionais ali localizados.

Cite-se os casos dos Estados da Guanabara o Paraná, cujos serviços especializados têm prestado inteligente e eficaz cooperação no órgão federal, estando em cogitação a organização de outros serviços estaduais semelhantes nos Estados do Maranhão, Ceará, Bahia, Rio de Janeiro, e São Paulo.

- b) Pelos Conselhos Estaduais de Cultura e as Casas de Cultura, de iniciativa do egrégio Conselho Federal de Cultura. Essa órgãos que deverão, sempre que possível, localizarem-se em prédios de interesse histórico ou artístico nacional ou regional, serão de inestimável auxílio às atividades de uma instituição como a DPHAN, pela completa identificação de seus objetivos comuns.

IV RECURSOS

Além das verbas orçamentárias que lhes forem atribuídas no orçamento da União, os autônomos do PHAN e dos Museus Nacionais, deverão participar de outras receitas, inclusive das provenientes de tributações e incentivos fiscais que incidirem direta ou indiretamente sobre atividades relacionadas com a cultura, tais como às ligadas à indústria do turismo, às transações e exportações de objetos e o-

-7-

obras de arte, à venda de ingressos, publicações, reproduções, FUNDOS DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS através de Convênio FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA CULTURA, a ser criado, etc.

O financiamento para os trabalhos exigidos pela DPHAN no que se refere à valorização de monumentos e sítios tombados para fins turísticos será facilmente ressarcido, não constituindo aventura os investimentos iniciais.

Não só as experiências recentes de países como a Espanha, Portugal, México e Peru, para não citar aqueles de larga tradição no campo comprovam, com a arrecadação substancial de divisas, o acerto de uma política de turismo cultural, como as empreendidas no próprio país, apesar de despreparado para a aceitação de certas realizações nessa área, justificam a expectativa otimista de resultados positivos, principalmente após a implantação do PLANO NACIONAL DE TURISMO (FNTUR) em estudos pelo CONSELHO NACIONAL DE TURISMO;

V LEGISLAÇÃO

Indicações de medidas complementares às leis específicas de proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

a) Efetivação da legislação proposta pelo Conselho Federal de Cultura assegurando utilização condigna e conveniente aos monumentos inscritos nos Livros do Tombo da DPHAN.

b) Distinção, em projeto a ser proposto, entre zona monumental e zona de ambientação como indispensável à maior e mais eficiente proteção aos bens tombados agrupadamente e constitutivos de conjuntos urbanísticos integrantes do patrimônio e artístico nacional.

Na 1º Zona estaria vedada qualquer interferência, exceto para fim de recuperação da autenticidade dos que atuais componentes e de admissão de elementos em áreas não ocupadas e cuja introdução contribua para a valorização daquela autenticidade. Na 2º zona será permitida, intervenção desde que não prejudique a ambiência e, especialmente, a escala da zona monumental.

c) Obrigatoriedade legal de prévia consulta ao órgão encarregado da proteção do patrimônio histórico e artístico nacional para fim de aprovação de toda e qualquer iniciativa, pública ou particular, que interfira, de algum modo na visibilidade e na ambiência de bem tombado.

d) Conveniência de se atribuírem aos proprietários mediante proposta legislativa, de imóveis tombados, que o requeiram, benefícios e isenções compensatórios dos ônus do tombamento;

-8-

e) Conveniência de estenderem-se às atividades culturais os benefícios concedidos pelo Grupo de Trabalho de Reforma Universitária em favor das atividades educativas.

f) Conveniência de ser sugerido aos órgãos competentes pela reformulação dos currículos de ensino sugestões tendentes à:

1º) Introdução nos currículos de ensino, do primário ao universitário de: noções sobre história da arte; informações sobre a existência dos monumentos, sua significação e dever de preservá-los, como contribuição indispensável a formação da consciência e da integração da própria nacionalidade.

2º) Criação em grau universitário de cursos de técnica de museus.

3º) Criação em grau pós universitário de cadeiras especializadas em conservação e restauração de monumentos e de obras de arte (baseado nas conclusões do encontro de Pistoia, promovido pela UNESCO, em 14.9.1968).

f) NOTAS SOBRE A REUNIÃO DE QUITO

- 1) A reunião continental de Quito,, realizada no período de 28 de novembro a 2 de dezembro corrente, foi convocada pelo Departamento de Assuntos Culturais da OEA para debater matéria relacionada com a conservação e utilização de monumentos e sítios arqueológicos, históricos e artísticos, dando assim cumprimento e uma das recomendações do Symposium de St. Augustino, efetuado em Flórida, em 1965, por ocasião das comemorações de seu centenário de fundação, que determinou a realização de outra reunião de especialistas dos países da América, a fim de em caráter oficial coordenar e estabelecer diretrizes e medidas que visassem à salvaguarda do patrimônio cultural americano.
- 2) Mas foi, entretanto, atendendo principalmente à Recomendação expressa na Declaração dos Presidentes da América, em Punta del Este, 1967, que a reunião em apreço foi convocada para o necessário exame daquela recomendação, que determinou fosse estendida a cooperação interamericana à conservação e utilização de seus monumentos arqueológicos, históricos e artísticos.
- 3) Levando em consideração essa última Recomendação, o Conselho Interamericano Cultural, em sua 2ª Reunião Extraordinária, resolveu que “a extensão da assistência técnica e ajuda financeira aos planos culturais dos Estados Membros se considerem em função de seu desenvolvimento econômico e turístico”.
- 4) Os resultados do encontro do Quito estão consubstanciados no INFORME FINAL e nas RECOMENDAÇÕES, distintamente de nível nacional e interamericano e sob os aspetos legais e técnicos.

-2-

Participaram da reunião de Quito, organizada e secretariada tecnicamente pelo Sr. Guillermo de Zéndegui, delegados do Brasil, Peru, Guatemala, República Dominicana, Venezuela, México, Estados Unidos, Espanha, além de técnicos e representantes de diversas organizações culturais do Equador.

- 5) Ênfase especial mereceu o estudo das medidas técnicas adequadas à conservação, mise-em-valeur e utilização dos bens culturais, retificando-se os conceitos e diretrizes fixados na CARTA DE VENEZA, bem como aqueles que os consideram parte integrante do equipamento turístico dos países, e razão de ser reconhecida a importância do aproveitamento econômico desses meios que se equiparam aos recursos naturais.
- 6) Atendem ainda essas medidas às conclusões da 4ª Reunião de Incremento ao Turismo (julho-agosto, 1967), onde foi recomendado que os monumentos e bens de natureza arqueológica, histórica e artística podem e devem ser devidamente preservados e utilizados em função do desenvolvimento nacional, como incentivo principal para os programas de atrações turísticas, constituindo esse patrimônio cultural fator decisivo de referido equipamento turístico da Nação,

deve ser ele levado em consideração na formulação dos respectivos planos nacionais de desenvolvimento. E ainda mais, que aqueles interesses culturais e os de índole turística se conjuguem para a preservação e utilização do patrimônio monumental e artístico dos países da América, pelo que é recomendável que os organismos e unidades técnicas de uma ou outra área de atividades interamericanas trabalhem nesse sentido em forma coordenada.

- 7) No caso especial do Brasil, essas recomendações então em execução ou formulação quer no plano nacional quer no internacional, através dos órgãos especializados, principalmente, pela Dire-

-3-

Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Educação e Cultura que, desde 1937, organizou e executa a proteção dos bens culturais nacionais, e que ora pleiteia por iniciativa de Embaixador Carlos Chagas, a cooperação da UNESCO, a se traduzir em auxílio técnico e financeiro para projetos que se enquadram dentro de um de seus principais programas, o de incentivo ao turismo cultural; e também pelo Conselho Nacional de Turismo do Ministério da Indústria e do Comércio, do qual a DPHAN é parte integrante. Esse organismo do Plano Nacional de Turismo que deverá atender especificadamente aos aspectos básicos que motivam suas finalidades culturais, paisagísticas, religiosas, esportivas, sanitárias e recreativas.

- 8) AS RECOMENDAÇÕES DE QUITO serão transformadas pela Secretaria do Departamento Cultural da OEA em RESOLUÇÕES a serem examinadas e ratificadas na próxima reunião do Conselho Interamericano de Cultura, a ser realizado na Venezuela, em fevereiro próximo.
- 9) O Brasil, no presente encontro de Quito, contribuiu não só com sua experiência no trato das questões técnicas atinentes aos problemas de preservação, valorização e utilização dos bens culturais como também em relação à aplicação da legislação específica pertinente, subscrevendo integralmente as indicações relativas à complementação dessa legislação e, bem assim, às da defesa da paisagem e da exportação de obras de arte.
- 10) Defendeu o Brasil o estabelecimento de um programa em 2 estágios: o primeiro, de emergência, a curto prazo, para evitar o desaparecimento dos bens culturais ameaçados de perecimento, que deve ser precedido de intensa campanha de esclarecimento público, pelos meios atuais disponíveis, imprensa, rádio, TV, cinema, publicações, exposições, etc., com o fim de não só chamar a atenção para o

-4-

Dever e obrigação das autoridades responsáveis como para os benefícios econômicos que advirão de seu adequado aproveitamento dentro dos respectivos planos nacionais de desenvolvimento. No segundo estágio, seriam estabelecidas as normas para a conservação permanente desses bens.

- 11) Entretanto, como para a realização desses programas de valorização, mise-em-valeur e utilização dos bens culturais há carência de pessoal técnico especializado, o Brasil, com sua experiência de mais de 20 anos, pôs ainda a disposição seu LABORATÓRIO=ATELIER, onde se vêm formando técnicos para suas próprias necessidades e para as de outros países da América, entre os quais Paraguai, Uruguai, Argentina e Peru. Contudo, a ampliação de suas atividades atuais importará no aumento de seu equipamento, o qual deverá então ser considerado pelos programas de cooperação técnica da OEA; e, na eventualidade da organização de um outro Centro Interamericano de Investigações e Estudos, sugeriu fosse o mesmo localizado no Brasil, para atender a parte meridional do continente, uma vez que o Centro Interamericano “Paul Coremans”, instalado no México sob os auspícios da UNESCO, deve atender à região norte.
- 12) Finalmente, reivindicou o Brasil a necessidade de ser estendida a Portugal a recomendação de vincular a revalorização do patrimônio cultural da América a países extracontinentais, pelas mesmas razões por que havia sido reconhecido à Espanha a necessidade dessa mesma vinculação, tendo em vista “a participação histórica de ambos na formação do dito patrimônio e dada ainda a semelhança dos valores culturais que os mantêm unidos aos povos deste Continente”.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1967

Renato Soeiro
Diretor